

INSTITUTO EQÜIT  
Gênero, Economia e Cidadania Global

# AS MULHERES NA RIO+20

*diversas visões contribuindo ao debate*



eqüit  
INSTITUTO

Gênero, Economia e Cidadania Global



**TERRITÓRIO GLOBAL  
DAS MULHERES**

**CÚPULA DOS POVOS  
RIO DE JANEIRO 2012**



INSTITUTO EQÜIT GÊNERO, ECONOMIA E CIDADANIA GLOBAL  
*Organização*

# AS MULHERES NA RIO+20

*Diversas visões contribuindo ao debate*

Realização:



Apoio:

Secretaria de  
**Políticas para as Mulheres**



## **Coordenação da publicação**

Graciela Rodriguez

## **Projeto gráfico e diagramação**



letraeimagem@letraeimagem.com.br

## **Tradução**

Diana Aguiar (Artigo 5),

Erika Masinara (Artigos 3 e 6)

Lucia Santalices (Artigo 1)

## **Revisão**

Lucia Santalices

## **Fotografias**

Fabiana Karine de Jesus, Flor Brasil e Acervo AMB

Para maiores informações, consulte:

Instituto EQUÏT – Gênero, Economia e Cidadania Global

Rua da Lapa, 180 – 908/909

Rio de Janeiro, Brasil

[www.equit.org.br](http://www.equit.org.br)

[equit@equit.org.br](mailto:equit@equit.org.br)

As mulheres na Rio+20: diversas visões contribuindo ao debate / Organizador Instituto Equit Gênero, Economia e Cidadania Global. – Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2013. 128p.; il.

Inclui bibliografia.  
ISBN: 978-85-60794-16-4

1. Política - Movimentos Políticos. 2. Política mundial. 3. Feminismo. I. Título. II. Instituto Equit.

CDD – 320  
CDU – 327.3

## AGRADECIMENTOS

Com esta publicação, o Instituto EQUÏT busca contribuir com os debates que a Rio+20 atualizou e deixou palpitantes na agenda nacional e internacional em torno dos temas da sustentabilidade e da responsabilidade coletiva com a vida no planeta.

A realização da *Cúpula dos Povos por Justiça Socioambiental* e do *Território Global das Mulheres* em forma simultânea à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a chamada Rio+20 realizada no Brasil em 2012, nos deu a oportunidade de chamar novamente a atenção global para a agenda dos movimentos sociais em torno ao meio ambiente e os bens comuns da humanidade e às ameaças que pesam sobre eles.

O espaço da Tenda das Mulheres e os inúmeros debates, ações, protestos, marchas, os “toxic tour” etc. foram formas encontradas pelos diversos movimentos sociais para visibilizar suas visões e perspectivas, e também focalizar e mostrar a realidade de locais, territórios e populações que sofrem os impactos do atual sistema hegemônico de acumulação predatória. Em todos esses espaços e momentos, aprendemos, ensinamos, trocamos informações, ideias e propostas alternativas, protestamos e denunciemos, em suma, aproveitamos para enriquecer as reflexões e dar um passo à frente na consciência pública sobre a urgência das mudanças no modo de produção e consumo atuais.

Por tudo isso, nosso muito obrigado ao Comitê Organizador e ao conjunto de movimentos sociais brasileiros, latino-americanos e internacionais que nos permitiram vivenciar e aproveitar os incontáveis frutos da *Cúpula dos Povos*.

Em particular, o agradecimento ao movimento de mulheres e as redes e organizações que se empenharam para criar o *Território Global das Mulheres*, espaço privilegiado para as reflexões feministas e das mulheres engajadas nas lutas ambientais. A todas elas, o nosso enorme agradecimento por todos os aprendizados.

Em especial, um caloroso obrigado para a AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras –, com quem construímos o dia a dia da compreensão, das lutas, e do acionar libertário para as mulheres. Cada uma

das companheiras da Articulação contribuiu com seu grãozinho de areia para dar forma, cor e movimento ao Território, que acolheu as mulheres do mundo inteiro que chegaram para a Rio+20.

O apoio financeiro e também a confiança, e até mesmo a aposta no trabalho da AMB e do Instituto EQUIT demonstrado pela Fundação Ford, a Oxfam, a Fundação Heinrich Böll e a Unifem, foram fundamentais para viabilizar os resultados alcançados.

Gostaríamos que esta publicação fosse de utilidade para os movimentos sociais, e em particular para as mulheres, mas também para todos aqueles que buscam caminhos de superação das injustiças sociais que continuam com seus efeitos perversos, como também das injustiças ambientais que tomam a cada dia um maior e dramático peso.

A todos e todas, o nosso agradecimento.

## SUMÁRIO

### **Introdução** 9

*Graciela Rodriguez*

### **1. Crise ambiental e desigualdades de gênero: mais vinte anos?** 15

*Hilda Salazar Ramírez e Rebeca Salazar Ramírez*

### **2. A Cúpula dos Povos na Rio+20**

A voz da sociedade civil global e das mulheres contra a demagogia da sustentabilidade 25

*Erika Masinara*

### **3. Ecofeminismo: superando a dicotomia natureza/cultura** 37

*Graciela Rodriguez*

### **4. Desafiando o crescimento verde e o empoderamento neoliberal:**

a ecologia política feminista encontra a economia política feminista 57

*Christa Wichterich*

### **5. Mulher e natureza: dos sentidos da dominação no capitalismo e no sistema patriarcal** 71

*Maria Betânia Ávila*

### **6. Reflexões sobre igualdade de gênero e a agenda de desenvolvimento pós-2015** 83

*Alexandra Spielfoch*

### **7. Quadro institucional e da governança da sustentabilidade:**

desafios e oportunidades para o empoderamento das mulheres 97

*Mariama Williams*

Declaração da Articulação de Mulheres Brasileiras para a Cúpula dos Povos 113

Declaração do Território Global das Mulheres na Cúpula dos Povos na Rio+20 118

Declaração final da Cúpula dos Povos na Rio+20 121



# INTRODUÇÃO

GRACIELA RODRIGUEZ<sup>1</sup>

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a chamada Rio+20 – realizada em Junho de 2012 no Rio de Janeiro - representou um momento de grande mobilização e convergência da sociedade civil brasileira e internacional para as atividades que tiveram lugar tanto na Conferência oficial, como no Aterro do Flamengo onde foi organizada a Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, o evento paralelo da sociedade civil. A construção da Cúpula dos Povos foi um processo que durou quase dois anos e que concluiu com um relevante documento de consenso dos movimentos sociais que trabalharam na perspectiva das convergências. Assim, o documento é agora um importante marco e ponto de referência para o trabalho da sociedade civil em diante.

O movimento de mulheres, e nós como parte e em representação da Articulação de Mulheres Brasileiras, participamos com os outros movimentos sociais nessa construção coletiva e em particular, fomentando a participação das mulheres na Cúpula e organizando o “Território Global das Mulheres”. Este foi um espaço de encontro e debate feminista na Cúpula, organizado conjuntamente por 35 redes nacionais, continentais e internacionais. O território foi construído e sustentado pelo conjunto do movimento de mulheres, porem contou com o engajamento fundamental do movimento no Brasil e em particular da AMB, a quem agradecemos citando o nome de Schuma Schumacher que foi “alma” fundamental dessa criação.

A fim de viabilizar a participação das mulheres foi organizada a “Caravana das Mulheres” que trouxe para a Cúpula mais de 300 lideranças de inúmeros estados do Brasil e a “Casa Feminista” foi o lugar de partilha, avaliação e vivência delas e de outras mulheres da África e outros países da America Latina.

<sup>1</sup> Feminista, Mestre em Sociologia, Coordenadora do Instituto EQUIT – Gênero, Economia e Cidadania Global e membro da AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras.

Essa enorme mobilização foi possível graças ao trabalho conjunto das mulheres integrantes da Frente de Justiça Socioambiental da AMB (FJSA), que foi se fortalecendo ao longo do processo preparatório da Rio+20. A FJSA surgiu como ideia em 2006, conseqüentemente a um encontro nacional da AMB e a percepção das fortes pressões que as mulheres estavam sofrendo nos territórios e do aumento dos conflitos por recursos naturais em curso no Brasil. De fato a chegada da Rio+20 suscitou a exigência de ampliar, dentro do movimento, os temas ambientais na perspectiva das mulheres e do feminismo. Como parte dos preparativos para a construção da Cúpula dos Povos a FJSA fez um processo de aprofundamento do debate incluindo temas como “economia verde”, mudança climática, modelo de desenvolvimento e sustentabilidade, impactos na vida das mulheres e inclusive avançou numa agenda mais teórica e conceitual desde as perspectivas do feminismo ambientalista y do chamado eco-feminismo.

O debate durante o processo de mobilizações prévias nos levou à ampliação em grande medida do próprio conceito de justiça ambiental para além das simples estratégias de preservação da natureza para a manutenção da vida nos territórios. Isto significou também esmiuçar cada vez mais a crítica ao modelo de desenvolvimento e com isso a vinculação entre os temas ambientais e a lógica da acumulação do capital e do sistema econômico financeiro globalizado e suas implicações sobre os processos geopolíticos, a complexificação da divisão internacional do trabalho e inclusive a reconfiguração das relações Norte/Sul.

Frente a essa realidade cada dia mais complexa, o movimento feminista acumulou muita experiência durante o processo preparatório da Rio+20, a qual vamos somando o debate sobre o sistema econômico-financeiro internacional e seus impactos na governança global aos temas da resistência ambiental dos movimentos sociais nacional e global.

Assim, o processo vivenciado durante 2012, incluindo a realização (Outubro de 2012) de uma avaliação do processo da Cúpula dos Povos, nos permitiu perceber com maior clareza a necessidade de articular os aportes tradicionais do feminismo com visões mais recentes e críticas desse pensamento com a compreensão do processo geopolítico internacional, tudo isto no marco de continuidade das ações de luta e resistência que os movimentos sociais vêm protagonizando nos âmbitos global, regional e nacional.

Desse modo, a ideia de uma publicação que trouxesse ao menos parcialmente essa rica experiência do processo de debate, amplo e diverso, expondo algumas das visões e perspectivas que tiveram presença no “Território Global de Mulheres” e que somaram ao debate e à construção da Declaração final das mulheres presentes ao espaço.

Assim, posteriormente convidamos feministas nacionais e internacionais que têm analisado os temas ambientais, e acompanhado, em alguns casos, as negociações oficiais sobre sustentabilidade e os temas climáticos, para escrever os artigos que compõem a presente publicação.

Com este livro, o Instituto EQUIT, busca fortalecer a reflexão nos temas ambientais e da justiça socioambiental como também dos aspectos que fazem o acompanhamento dos debates no âmbito da ONU e outros espaços internacionais que estão negociando estas questões. Ele não representa estritamente nossa posição como Instituto EQUIT mas sim traz um leque de visões e posições diversas, que compuseram a participação das mulheres no âmbito da Conferencia oficial e na Cúpula dos Povos.

O Instituto EQUIT, a partir da experiência que acumula nos últimos anos a partir do acompanhamento ao movimento de mulheres nas lutas na defesa do ambiente e dos bens comuns, mas também pelas reflexões que nos facilitou a realização da Rio+20, encaramos esta publicação como um resultado concreto de tais processos. Consideramos assim importante este registro no sentido de sua oportunidade e das possibilidades que agora oferece para o aproveitamento pelas organizações de mulheres.

Queremos por tudo isto agradecer a AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras que nos deu o marco nacional para realização dos debates e o desenvolvimento das reflexões e argumentações que permitiram o processo participativo das mulheres no “Território Global das Mulheres” e até sua própria realização.

Também gostaríamos de agradecer ao conjunto dos movimentos sociais que realizaram a Cúpula dos Povos e que na sua rejeição da *economia verde* e das *falsas soluções* de mercado, e na construção do posicionamento coletivo na convergência de perspectivas conseguiu fazer um chamado crucial para os governos do mundo e a humanidade.

Finalmente agradecer as contribuições das autoras dos diversos artigos que atenderam nossa solicitação, pois trazem não apenas as ideias que circularam nos dias agitados vividos em junho de 2012 no Rio de Janeiro, mas suas reflexões posteriores, as preocupações para o movimento feminista que restaram ou que foram impulsionadas pelo encontro das mulheres propiciado pela Rio+20, e também as novas narrativas e abordagens que continuam florescendo...

Em particular, gostaríamos de agradecer em primeiro lugar, a Rebeca e Hilda Salazar que nos aproximam da necessidade de incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas ambientais e suas relações com o desenvolvimento sustentável além de nos enriquecer com um panorama histórico dessa inclusão das mulheres nos debates ambientais.

Já Mariama Williams, Christa Wichterich e Alexandra Spielloch, todas elas colaboradoras da IGTN – Rede Internacional de Gênero e Comercio – e feministas muito renomadas, trazem reflexões sobre os retrocessos no acordo alcançado pela Conferência oficial, as dificuldades na construção da igualdade de gênero nos processos dentro das Nações Unidas, e também visibilizando a agenda do Pós-2015 e os Objetivos da Sustentabilidade que colocam enormes desafios justamente pela lentidão e falta de compromisso dos governos para avançar na solução dos problemas ambientais que afetam o planeta. Já Christa nos apresenta sua contundente crítica ao fortalecimento neoliberal que representa a incorporação atual da perspectiva da *Economia verde* via a mercantilização, comercialização e financeirização da natureza.

Por último, as autoras brasileiras, Betânia Ávila e Graciela Rodriguez, buscaram nos seus artigos problematizar o conceito de Natureza e sua interação com as mulheres, tentando ressignificar essa relação e buscar novas argumentações e narrativas a partir das lutas das mulheres brasileiras nos seus territórios.

Desejamos com muita ênfase, porque este trabalho foi produzido com carinho e entusiasmo, que a publicação seja de utilidade para os movimentos sociais em geral e em especial para o movimento feminista e as organizações da sociedade civil para aprofundar a compreensão dos temas ambientais e ajudar a construir a consciência que a sociedade precisa assumir para enfrentar os desafios de um mundo socioambientalmente justo e sustentável

Rio de Janeiro, setembro de 2013.

Articulação  
de Mulheres  
Brasileiras

IGUALDADE DE  
DIREITOS PARA  
AS Qs Indígenas  
♀ AMB/MS

Indígenas  
na luta contra  
a violência  
♀ AMB/MS

AME SUAS  
DEMARCAÇÕES  
já  
AM





\$

\$

\$

\$

SOMOS AS  
NOSSAS  
HOMENS  
E TR...

...IE

NEM IGREJA  
NEM ESTADO  
MEU!

Meu útero  
Meu Território

TIKE SEU  
ROSÁRIO DO  
MEU OVÁRIO

# CRISE AMBIENTAL E DESIGUALDADES DE GÊNERO

*Mais vinte anos?*

HILDA SALAZAR RAMÍREZ

REBECA SALAZAR RAMÍREZ<sup>1</sup>

## ANTECEDENTES

A Cúpula da Terra<sup>2</sup> realizada no Rio de Janeiro há vinte anos se converteu em uma referência mundial nos temas ambientais ao colocar no centro da discussão a relação entre meio ambiente e desenvolvimento. A Cúpula da Terra gerou, ainda, uma mobilização social sem precedentes, cujo principal feito foi a adoção do paradigma da sustentabilidade nas agendas nacionais de muitos países do mundo.

O debate sobre a participação das mulheres nos temas ambientais também adquire relevância durante a Conferência do Rio de Janeiro em 1992, a chamada Eco 92: o Programa 21 (Agenda 21) incluiu o capítulo 24, sobre “medidas a favor das mulheres para alcançar um desenvolvimento sustentável e equitativo”; as mulheres passaram a ser consideradas como um dos principais grupos; e se reconhece que o “seu papel é fundamental para se alcançar o desenvolvimento sustentável”. Há uma importante participação de feministas e ambientalistas na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) e nos eventos da sociedade civil, onde apontam uma exitosa estratégia de incidência e mobilização.

Os temas e estratégias colocados pelas feministas ambientalistas durante esse período referem-se fundamentalmente a três aspectos: em primeiro lugar, busca-se visibilizar as mulheres como sujeitas sociais e protagonistas do desenvolvimento sustentável a partir de reivindicar a necessidade da sua participação nos espaços de tomada de decisões relacionados à “ordenação dos ecossistemas” e à luta contra a degra-

<sup>1</sup> Diretoras de Mulher e Meio Ambiente, A. C.

<sup>2</sup> Mais conhecida no Brasil como Eco-92 (N.T.)

dação dos recursos; um segundo aspecto refere-se à inclusão de um conjunto de propostas que visem diminuir as desvantagens das mulheres referentes aos principais temas do desenvolvimento, tais como eliminar o analfabetismo, aumentar o acesso a educação, a capacitação, e a serviços básicos (como água, por exemplo), e aqueles que facilitam o trabalho doméstico e favorecem a integração das mulheres ao mercado de trabalho. Nessa linha de ideias, destaca-se a reivindicação do acesso, por parte das mulheres, aos direitos a propriedade da terra, o que constitui um obstáculo estrutural para aceder a outros recursos naturais, como o bosque, a água e a biodiversidade, sendo ainda uma limitação para obter benefícios dos programas governamentais. O terceiro se vincula aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, à erradicação da violência e à eliminação de todas as formas de discriminação. O argumento de que a destruição dos recursos naturais estava ligado ao crescimento da população teve muita ressonância nesse período, impulsionada por correntes neomalthusianas que favoreciam as agressivas políticas de controle da natalidade nos países pobres em detrimento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Nos anos seguintes, a articulação gênero e meio ambiente tomou diferentes rumos e ênfases, tanto internacionalmente como nas políticas públicas de diferentes países. No âmbito acadêmico, abriu-se um rico debate entre as distintas correntes (ecofeminismo, ecologismo feminista, mulher e meio ambiente, gênero e meio ambiente etc.), e os questionamentos teóricos e metodológicos sobre os nexos entre esses dois campos foram-se afinando. As redes mundiais sobre gênero e meio ambiente se multiplicaram diversificando-se em temáticas específicas (gênero e água; gênero e desertificação, gênero e manejo de riscos, gênero e mudanças climáticas) e permaneceram muito ligadas às reuniões internacionais e à revisão dos acordos das conferências e convenções mundiais.

Nunca é demais assinalar que os avanços e retrocessos nessa articulação correram lado a lado com diversos questionamentos sobre a validade das colocações do desenvolvimento sustentável como uma estratégia capaz de produzir uma verdadeira mudança no paradigma de um modelo de desenvolvimento que provocou – e que passados vinte anos da Cúpula, continua provocando – um grave deterioro dos recursos naturais aliado à exacerbação da pobreza e das desigualdades sociais.

## **AS POLÍTICAS AMBIENTAIS: DA SUSTENTABILIDADE À ECONOMIA VERDE**

As perguntas acerca do conceito de desenvolvimento sustentável surgiram no seio da própria Cúpula da Terra, pois não obstante o reiterado questionamento da supremacia da dimensão econômica do desenvol-

vimento frente às dimensões sociais e ambientais, as orientações gerais seguiam apontando para o crescimento econômico como a principal via para superar a pobreza e a desigualdade social. Para contrapor aos impactos ambientais e sociais do modelo, foram formuladas recomendações e medidas de grande amplitude, em muitos casos muito ambiciosas e de difícil concreção no marco de um modelo capitalista cada vez mais concentrador, dominado por empresas transnacionais e com estados nacionais debilitados ou subordinados às diretrizes de uma globalização controlada pelos grandes capitais monopólicos.

A sustentabilidade como viés obrigatório para qualquer atividade humana foi perdendo todo o sentido transformador e dando lugar aos instrumentos econômicos e tecnológicos, ambos funcionais ao modelo, como novas oportunidades de negócio. A dimensão econômica (agora ferozmente neoliberal), não só não foi substituída ou ao menos limitada por critérios de respeito e conservação da natureza como, ao contrário, foi convertida em capital natural, sujeito às regras do livre mercado, sempre favorável aos grandes capitais transnacionais. A mercantilização da natureza, e inclusive sua “financeirização”, se impuseram, e as políticas ambientais tenderam a se converter em reguladoras e vigilantes de leis e lineamentos consonantes com essas tendências.

De sua parte, o feminismo ambientalista, focado na incidência nas políticas públicas tanto ambientais como de equidade de gênero, teve conquistas que, em alguns casos, expressaram-se na implementação de mecanismos, programas, projetos e orçamentos. No México, por exemplo, se conseguiu a criação de uma Direção de Gênero no Ministério do Meio Ambiente<sup>3</sup> e de um Programa de Meio Ambiente no Instituto Nacional das Mulheres. Avançou-se na modificação de algumas regras de operação para tornar os programas ambientais acessíveis para as mulheres (por exemplo, em projetos florestais, em áreas naturais protegidas) e a capacitação de servidores públicos de diversas áreas. Em muitos países da América Latina se trabalhou pela inclusão da perspectiva de gênero na gestão da água e dos bosques; pelo respeito aos conhecimentos e saberes das mulheres indígenas relacionados à biodiversidade; e, mais recentemente, nas estratégias de mudanças climáticas.

Porém, todos estes esforços não conseguiram transcender além de áreas ou espaços limitados. Sem dúvida que as tendências prevalentes em matéria ambiental dificultam conseguir transformações no terreno da igualdade social e de gênero; mas é também necessário fazer uma revisão crítica da estratégia de incorporar o enfoque de gênero às políticas ambientais vigentes sem questioná-las.

<sup>3</sup> Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMARNAT).

## A AGENDA DE GÊNERO NA RÍO+20, O QUE MUDOU?

Na Conferência Rio+20 pôde-se constatar que foram insuficientes os progressos para a integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social e ambiental. No documento final menciona-se o impacto das crises financeira, econômica, alimentar e energética como um obstáculo ao desenvolvimento sustentável, particularmente nos países em desenvolvimento. Tal impacto se manifesta no aumento da pobreza, na desnutrição, nas doenças, desemprego e subemprego. Considera-se a mudança climática uma “crise intersetorial e persistente”, que adquire especial relevância por debilitar a capacidade dos países, em particular os de menor desenvolvimento, em conseguir um desenvolvimento sustentável. Entretanto, apesar da importância que se outorga às mudanças climáticas e seus impactos, a conexão com gênero é inexistente no documento final da Conferência.

Quase dois decênios depois da *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher* e do estabelecimento da *Plataforma de Ação de Pequim*, e mais de trinta anos depois da *Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*, na reunião da Rio+20 voltou-se a insistir na necessidade de aumentar o número de mulheres em posição de liderança, a revogar as leis discriminatórias e a remover as barreiras que impedem a participação das mulheres na tomada de decisões. Tal convocação tem origem na constatação de que os avanços para a igualdade de gênero foram insuficientes, atribuindo-se o fato às desigualdades sociais, econômicas e políticas que impedem o aproveitamento do “potencial das mulheres para colaborar no desenvolvimento sustentável, para contribuir e beneficiar-se dele como líderes, participantes e agentes de mudança...” (Nações Unidas 2012:50). Ante esse panorama nada alentador, no documento final da Rio+20 fica declarado o compromisso de promover a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e a sua efetiva participação nas “políticas, programas e processos de tomada de decisões em matéria de desenvolvimento sustentável em todos os níveis” (Nações Unidas 2012: 9). O grupo formado por 200 organizações de mulheres de todo o mundo, participantes da Conferência<sup>4</sup>, fez evidente sua profunda decepção com os resultados da Rio+20 ao declarar que “os governos do mundo falharam com as mulheres e as futuras gerações”.

É paradoxal que se reconheça a importância do empoderamento das mulheres das zonas rurais “como agentes fundamentais para melhorar o desenvolvimento agrícola e rural, a segurança alimentar

<sup>4</sup> O grupo denomina-se Women’s Major Group.

e a nutrição e também para manter as práticas agrícolas tradicionais sustentáveis e, ao mesmo tempo, se considere a economia verde – amplamente questionada por diversos grupos e organizações sociais – como sendo um dos instrumentos mais importantes disponível para se conseguir o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, a inclusão social, a criação de oportunidades de emprego e trabalho decente...” (Nações Unidas 2012:10). É necessária uma análise das propostas da economia verde e de suas implicações sociais e de gênero. Por sua vez, para as feministas reunidas nos eventos autônomos promovidos pela sociedade civil, a economia verde é uma falsa solução “que faz avançar, e não retroceder, o impacto depredador da mercantilização e da financeirização da vida promovidas pelo capitalismo.” (Cúpula dos Povos Rio+20, 2012).

De especial importância é o chamado de atenção feito pelo Women’s Major Group (Grupo de Mulheres na ONU) com relação à omissão do documento final quanto a garantir o consentimento livre e informado a todas as comunidades afetadas pelos investimentos das grandes empresas na denominada “economia verde” (agrocombustíveis, mineração e projetos florestais, por exemplo). Ainda assim, se esclarece que em muitos países do mundo as mulheres produzem mais de 80% dos alimentos em terras que não são suas propriedades e que terão que competir com corporações agroindustriais como a Monsanto (Women’s Major Group, 2012). Esse grupo também assinala que não se estabeleceu nenhum compromisso substancial quanto ao direito das mulheres a terra, propriedade, herança e a um meio ambiente sadio.

A declaração do Território Global das Mulheres na Cúpula dos Povos considerou que na Rio+20 se tentou “voltar atrás em relação à garantia dos direitos e da justiça socioambiental”; e demandou dos governos e organismos internacionais presentes na Rio+20 “não retrocederem nos compromissos assumidos pelos Estados, em termos de direitos humanos. Instamos os Estados-membros presentes nessa Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável a tomar medidas efetivas e destinar os recursos necessários para cumprir aquilo que foi acordado na Eco-92, Viena-93, Cairo-94, Pequim-95, Durban-2001” (Cúpula dos Povos Rio+20, 2012).

Também é contraditório que haja reconhecimento do trabalho não remunerado — realizado principalmente pelas mulheres —, de sua contribuição à reprodução social, ao bem-estar humano, à economia e ao desenvolvimento sustentável sem, contudo, ir mais além do reconhecimento. É indispensável a

análise da economia do cuidado<sup>5</sup>, âmbito que permaneceu intacto até agora para as políticas ambientais e públicas em geral.<sup>6</sup> Se requer a adequada ponderação acerca do papel da reprodução social na sustentabilidade ambiental. Ao permanecer esse âmbito invisível como tem permanecido, a contribuição das mulheres ao desenvolvimento sustentável terá custos ocultos que se manifestarão em maiores cargas de trabalho para elas e magros resultados em termos do desenvolvimento que se quer alcançar. A utilização do trabalho das mulheres nas propostas e ações verdes – produção e consumo – translada as responsabilidades do Estado aos lares, e contribui para a reprodução da divisão sexual do trabalho e dos papéis tradicionais de gênero. Isto é, aumenta o subsídio que as mulheres dão para a economia e o desenvolvimento sustentável.

Adicionalmente, resulta incongruente insistir na liberalização do comércio como forma de estimular o crescimento e o desenvolvimento, sem propiciar um debate e um balanço sobre os impactos do livre comércio, particularmente na produção agrícola camponesa. Em muitos países o modelo do livre mercado propiciou a quebra de produtores e produtoras do campo cujos produtos comercializados localmente e em pequena escala estão sendo substituídos pela produção agroindustrial importada, em muitos casos subsidiada e de origem transgênica.<sup>7</sup> A migração massiva da população rural, principalmente de homens, em direção aos grandes centros urbanos e aos Estados Unidos, propiciou a feminização do campo, mas não a feminização da propriedade da terra, nem tampouco do acesso ao crédito, à tecnologia ou aos programas de apoio à produção.

A extensa enumeração das lacunas e desafios que persistem, tanto nos temas ambientais como nos relativos à igualdade de gênero, mostra que apesar das inegáveis conquistas das feministas ambientalistas na colocação das desigualdades de gênero na agenda pública e governamental, os avanços não expressam uma transformação substancial da situação subordinada das mulheres, especialmente daquelas que têm menos acesso aos recursos — naturais, financeiros, educativos, de propriedade da terra, de informação e capa-

<sup>5</sup> A economia do cuidado define-se como “o espaço de bens, serviços, atividades, relações e valores que permitem cumprir com as necessidades mais básicas para a existência e reprodução das pessoas” (LA-IGTN, 2006). A economia do cuidado envolve a unidade doméstica onde a mão de obra se reproduz e se mantém e inclui atividades tais como o cuidado infantil, cozinhar e limpar no lar, o cuidado de doentes e deficientes, prover a casa de água e combustível, entre outras.

<sup>6</sup> O conceito de economia do cuidado vai mais além do âmbito da unidade doméstica e inclui a provisão de serviços (por exemplo, cuidado da saúde, cuidado infantil, educação, cuidado de idosos e idosas) por parte do governo e também pelo setor privado.

<sup>7</sup> REGEMA, 2012.

citação, de tempo para si mesmas —, ao emprego formal, à proteção social, ou ao exercício dos direitos, por exemplo. Isso indica que, como já se mencionou, a “incorporação do enfoque de gênero nas políticas públicas” é necessária, mas ainda não foi suficiente para modificar a concepção das políticas ambientais.

A atual crise ambiental requer que avancemos no sentido de uma visão crítica das relações da sociedade com o ambiente, colocando em evidência que tais relações sociais se baseiam numa cultura de gênero que costuma não ser observada nem observável nas análises dos problemas ambientais e seus impactos, e tampouco nas propostas de política para enfrentá-los. A cultura de gênero se baseia nas diferenças entre mulheres e homens, sobre as quais se constrói uma ordem social hierarquizada em que as mulheres se encontram em posição de subordinação. Existe uma interação estreita entre as relações sociais e o ambiente: as relações sociais afetam o sistema natural e, por sua vez, as mudanças ambientais impactam tais relações. Essa é a contribuição mais valiosa das pesquisadoras: estabelecer conexão entre os problemas ambientais, econômicos e sociais e uma determinada ordem de gênero, isto é, um contexto de relações entre mulheres e homens caracterizado pela desigualdade e assimetria de poder.

Ir mais além da incorporação do enfoque de gênero nas políticas ambientais significa: a) desenvolver uma visão crítica da forma como as sociedades – cruzadas por uma determinada cultura de gênero – se relacionam com a natureza e de que maneira essas relações são a base de um modelo de crescimento que mostra seus limites através de crises recorrentes; b) investigar a forma como as relações de poder entre mulheres e homens determinam sua relação com a natureza, suas responsabilidades com o meio ambiente e sua participação na tomada de decisões; c) analisar as manifestações materiais de deterioro ambiental e das normas sociais, culturais e discursos que moldam tal deterioro; d) elucidar os impactos de gênero provenientes do discurso dominante em torno à definição dos problemas ambientais, os temas prioritários na agenda dos governos e a formulação das políticas para solucioná-los; e) reivindicar a ética do cuidado para re-significar a contribuição do trabalho das mulheres, não só por seu valor econômico, senão também por seu sentido de coletividade e solidariedade que haveria de se estender ao conjunto da sociedade como um princípio que orientasse as relações de homens e mulheres com o meio ambiente.

Finalmente, ir além da incorporação do gênero nas políticas ambientais significa superar a repetição do enfoque Mulheres em Desenvolvimento (MED)<sup>8</sup>, que ainda predomina na concepção, elaboração

<sup>8</sup> O enfoque MED surge para integrar as mulheres ao desenvolvimento e visibilizar sua posição dando ênfase ao papel produtivo das mulheres e entendendo sua subordinação pela exclusão do mercado; ou seja, as mulheres são consideradas isoladamente, sendo suas necessidades assinaladas através de intervenções específicas ou de projetos com um “componente mulher”.

e implementação das políticas ambientais. A igualação dos conceitos *gênero* e *mulheres*, não só omite o caráter relacional do primeiro conceito, como invisibiliza os homens ou os inclui como mero parâmetro de comparação. Uma visão simplificada, que dificulta a análise das múltiplas mediações sociais com os recursos naturais (tais como a classe, a idade, a etnia), que permite propostas limitadas como os microprojetos produtivos que reproduzem papéis, duplicam a jornada das mulheres e dificilmente contribuem para a superação das desvantagens que enfrentam para conseguir sua autonomia econômica e independência pessoal. A ênfase nos impactos dos problemas ambientais sobre as mulheres ou em sua maior vulnerabilidade reforça a visão das mulheres como vítimas. Negando suas capacidades e contribuições, nega-as como sujeitas ativas da mudança e, sobretudo, deixa intocadas as causas estruturais do deterioro dos recursos e da desigualdade social. Algumas pesquisadoras assinalam que as posturas para influenciar nas políticas de mudanças climáticas em escala internacional carecem de uma visão crítica ao suposto discurso “científico” preponderante, omitindo que o fenômeno da mudança climática é, também, uma construção social. As propostas, por exemplo, de influenciar nas estratégias de Redução de Emissões por Deflorestação e Degradação (REDD) ou somar-se às propostas de mercados de carbono, se fundamentam mais no fato de que “aí estão os recursos” do que em uma análise dessas estratégias.

Para modificar o estilo dominante das políticas ambientais “com perspectiva de gênero”, é necessário colocá-las no contexto econômico, social e político (local e global) em que estão imersas a partir de uma visão crítica e mediante uma análise integral e multidimensional. Também é necessário explorar de que maneira as estratégias das mulheres, das e dos pobres nas cidades, dos habitantes das zonas rurais e das populações indígenas estão-se convertendo, de fato, em um reservatório de recursos naturais, de produção de alimentos e meios de vida. Cabe-se perguntar se esses meios de vida, por hora concebidos como meras estratégias de sobrevivência, podem constituir o embrião de novas formas de relação dos seres humanos com a natureza. Uma perspectiva desse tipo deslocaria o eixo de incidência das feministas ambientalistas na principal corrente das políticas públicas (*mainstreaming*) rumo à construção e fortalecimento, “a partir das margens”, de novos paradigmas que, estes sim, conduzissem à modificação do contrato social e do sistema sexo-gênero vigente.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Cumbre de los Pueblos Río +20 (2012), *Del Territorio Global de las Mujeres en la Cumbre de los Pueblos para la Conferencia de Naciones Unidas sobre el desarrollo sustentable (Río+20)*, 19 de junio.

LA-IGTN (2006), *Comercio, género y equidad en América Latina: generando conocimiento para la acción política*, Capítulo Latinoamericano de la Red Internacional De Comercio y Género (LA-IGTN), Montevideo, Febrero.

Naciones Unidas (2012), *Río+20. Conferencia de las Naciones Unidas sobre Desarrollo Sostenible. Documento final*, A/CONF.16/L1, Río de Janeiro, Brasil, 19 de junio.

Red de Género y Medio Ambiente (2012), *Declaración Política*, México. [www.regema.com.mx](http://www.regema.com.mx)

Women's Major Group (2012), *RIO+20: From the Future We Want to the Future We Need. Women's Major Group Final Statement on the Outcomes of Rio+20*, United Nations, Rio+20 Summit, 24 June.

1322A 2 WIMOW JARMI  
**No to  
GREEN  
ECONOMY!**



# A CÚPULA DOS POVOS NA RIO+20

*A voz da sociedade civil global e das mulheres contra a demagogia da sustentabilidade*

ERIKA MASINARA<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A Conferência Rio+20 celebrou os 20 anos da ECO92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, considerada até hoje a mais importante conferência ambiental mundial, por ter incorporado os desafios ambientais e climáticos na agenda política global e ter consagrado o conceito de “desenvolvimento sustentável”. De fato, na ECO92 foram assinadas as Convenções sobre Biodiversidade e Mudança Climática, foi acordada a Convenção pela Luta Contra a Desertificação e lançada a Agenda 21 – um documento-guia sobre desenvolvimento sustentável para uma ação conjunta dos governos, Nações Unidas, empresas e todos os setores da sociedade civil para enfrentamento dos problemas socioambientais.

Apesar dos importantes resultados nas definições institucionais, o balanço 20 anos depois, daquilo que foi implementado após a ECO92 não pode ser definido como alentador. Nas últimas duas décadas temos assistido ao aprofundamento da destruição ambiental, dos desastres climáticos e naturais e do aquecimento global sem precedentes, com os maiores impactos no Sul Global. Ao mesmo tempo em que foram feitos esforços em direção à criação de uma institucionalidade e um marco jurídico global pela proteção do meio ambiente e do clima, estes não foram suficientes para impulsionar uma marcha à ré na degradação ambiental e climática. Em 2010 o relatório *Panorama Global da Biodiversidade*, lançado pelo PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), mostrou que o índice de perda de biodiversidade foi o maior de toda a história da humanidade. Segundo dados do próprio relatório,

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento e Globalização, membro do Instituto Equit – Gênero, Economia e Cidadania Global e membro da AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras.

nenhum dos países participantes do acordo de conservação ambiental, assinado em 2002 durante a COP6 da Biodiversidade, cumpriu suas metas de redução da taxa de perda de biodiversidade. Ao mesmo tempo as emissões de gases de efeito estufa – responsáveis pelo aquecimento global do planeta – continuam também crescendo, e em Maio 2013 bateram sua marca histórica: 43% a mais do que na época da Revolução Industrial.<sup>2</sup>

Enquanto as previsões sobre os efeitos das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade alertam para possíveis cenários futuros de queda da qualidade de vida e da possibilidade de uma grande parte da população vivenciar escassez de recursos naturais, de terras férteis, de água potável, tanto como o aumento das catástrofes naturais, os governos do mundo na Rio+20 apontaram como solução aos problemas ambientais a transição para a chamada “economia verde”. Segundo o PNUMA, esta aposta expressa “o reconhecimento crescente de que alcançar a sustentabilidade depende quase inteiramente em acertar na economia”<sup>3</sup>. Desde a ECO92, à medida que crescia a preocupação com a degradação ambiental, foram-se forjando novas formas de apropriação e ressignificação dos conceitos ligados ao desenvolvimento sustentável em função dos interesses empresariais. Em particular, o poder das corporações, cujos interesses são representados fundamentalmente pelos países do Norte (e por alguns países do Sul), tem impedido o avanço de soluções reais e, pelo contrário, incentivado acordos climáticos em sintonia com o modelo econômico contaminante e com as relações de poder vigentes. Em 2007, a eclosão da crise econômica e financeira mundial agravou a situação, focando os interesses dos países no estímulo ao crescimento econômico para a recuperação das economias capitalistas em crise. Às vésperas da Rio+20,

“uma tônica crescente no discurso da sociedade civil vem sendo a denúncia em vários espaços internacionais da captura corporativa da crise ambiental e climática, e sua cooptação pelas corporações que assumem um discurso verde para instrumentalizar o potencial mobilizador e transformador da causa ambiental junto a sociedade, com vistas a maquiagem de verde uma nova etapa de acumulação e apropriação dos bens comuns” (Moreno, C. 2011).

<sup>2</sup> Chegando a 400 ppm – partes por milhão, equivalente a 400 mililitros de CO2 por metro cúbico de ar segundo dados da National Oceanic and Atmospheric Administration – Global Monitoring Division (<http://www.esrl.noaa.gov/gmd/>).

<sup>3</sup> Unep, 2011, Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication – A Synthesis for Policy Makers.

## **A CÚPULA DOS POVOS NA RIO+20: POR JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA**

Movimentos sociais e populares, sindicatos, povos, organizações da sociedade civil e ambientalistas de todo o mundo presentes na Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, vivenciaram nos acampamentos, nas mobilizações massivas, nos debates, a construção das convergências e alternativas, conscientes de que somos sujeitos de uma outra relação entre humanos e humanas e entre a humanidade e a natureza, assumindo o desafio urgente de frear a nova fase de recomposição do capitalismo e de construir, através de nossas lutas, novos paradigmas de sociedade.

Assim começa a *Declaração final da Cúpula dos Povos*, fruto do trabalho político de convergência da sociedade civil organizada global frente à conferência Rio+20 em Julho 2012.

A Cúpula, espaço de articulação política dos movimentos e organizações sociais, transformou o Aterro do Flamengo e as ruas de Rio de Janeiro num verdadeiro território da cidadania global. Uma ciranda de raças, cores, línguas, expressões políticas e culturais numa grande onda de diversidade e de inclusão. Inclusão de propostas surgidas dos povos – das mulheres, dos indígenas, do movimento negro, dos jovens, dos agricultores familiares, dos trabalhadores, camponeses, quilombolas, das comunidades tradicionais, dos defensores dos direitos humanos etc. – para a proteção dos bens comuns e dos recursos naturais do planeta e promoção de formas de produção e consumo superadoras da ética consumista e individualista do sistema capitalista.

Durante oito dias, o Aterro do Flamengo foi cenário de debates e oficinas, recebendo em média 30.000 pessoas diariamente. As múltiplas vozes e forças que convergiram em torno à Cúpula denunciaram a verdadeira causa estrutural da crise global e das injustiças socioambientais: o sistema capitalista patriarcal, racista e homofóbico. O processo de preparação da Cúpula permitiu elaborar uma extensiva literatura de crítica e denúncia das falsas soluções propostas no âmbito das Nações Unidas para enfrentar a crise climática e ambiental, inclusive da economia verde, ao mesmo tempo em que foram-se construindo convergências em torno das soluções para a sustentabilidade.

Soluções que nos chegam dos povos tradicionais, dos camponeses, dos indígenas, das mulheres – já que é graças a elas e eles que a preservação de espécies e da biodiversidade foi possível ao longo do tempo, inclusive a adaptação e criação de novas espécies através do manejo agroecológico, da troca e

preservação de saberes locais e do uso sustentável dos recursos naturais. É nas mãos delas e deles que se encontram as verdadeiras formas de convivência harmônica com os equilíbrios ecossistêmicos.

Nesse sentido, a Cúpula apontou à construção de agendas comuns de luta e à criação de propostas comuns sobre um novo paradigma de sociedade, de economia e de relações entre seres humanos e seres humanos e natureza. As Plenárias de Convergência foram palco das articulações e posicionamentos dos diversos movimentos em torno dos cinco temas principais e prioritários: os direitos e sua relação com a justiça socioambiental; a defesa dos bens comuns e a luta contra a mercantilização da vida e da natureza; a soberania alimentar; a matriz energética e as indústrias extrativas e o trabalho. A Assembleia Geral dos Povos, o coração da Cúpula, representou o momento de encontro entre movimentos e setores temáticos, onde foram definidos os posicionamentos comuns, resumidos no documento de Declaração final.

O documento critica duramente as definições apontadas pelos governos no âmbito das Nações Unidas como *falsas soluções*, que estão sendo apresentadas pelos mesmos atores que provocaram a crise global e que seguem reproduzindo e fortalecendo o super estímulo ao consumo – como elemento norteador do desenvolvimento – e o crescimento ilimitado como indicador da saúde econômica dos países. Os movimentos denunciaram a economia verde como uma *falsa solução*, uma forma “renovada” de acumulação do capital diante da grave crise econômico-financeira à qual o mundo foi empurrado, e que se trata de um conceito que pouco tem a ver com a erradicação da pobreza ou o cuidado com a natureza. De fato, a economia verde está sendo promovida para gerar lucro com os limites ambientais ao crescimento. (RODRIGUEZ. 2012). Assim, as crises ambientais e climáticas se transformaram numa oportunidade de geração de lucro com a comercialização e financeirização dos bens naturais. Trata-se também de legitimar a apropriação dos recursos naturais dos países do Sul, uma vez que os países do Norte esgotaram os próprios com a implementação desse modelo de produção e consumo destruidor. Essa legitimação – a chamada governança ambiental global – está sendo disputada através das atuais negociações das Convenções Ambientais (tais como as de Mudança Climática e de Biodiversidade) e as pouco ambiciosas metas definidas no âmbito das Nações Unidas como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que surgiram na Rio+20. Uma das maiores preocupações da sociedade civil em torno aos ODS e ao próprio documento resultado das negociações da Rio+20, *O futuro que queremos*, está relacionada à linguagem usada nos acordos. Uma das metas já previstas no ODS é o “acesso universal” a energia sustentável e água limpa para todos. O uso dos termos “acesso universal” e não “direito universal” tem sido uma evidente tentativa, por parte de

alguns governos entre os quais os Estados Unidos, Canadá e o Japão de forçar um retrocesso em relação à garantia dos Direitos Humanos. A retirada de sua menção, e a mudança no vocabulário, evidenciam o sinal de um abrir portas à privatização e à completa mercantilização de bens como a água, as florestas, o ar e os corpos dos seres humanos entre tantos outros que deveriam ser, do ponto de vista do uso comum e da preservação, direitos dos povos. O documento reflete claramente a conjuntura política atual que confere primazia à dimensão econômica sobre todas as outras, seja social, cultural ou ambiental.

Além da crítica à economia verde, os movimentos sociais globais denunciaram com grande preocupação o significativo retrocesso em relação aos direitos humanos já reconhecidos e às conquistas já alcançadas no âmbito das convenções quadro e conferências precedentes. Apesar de um discurso que reafirma os Princípios de Rio e os compromissos já alcançados na Eco92 e no sucessivo Ciclo de Conferências Sociais da ONU, inclusive o princípio das “responsabilidades comuns porém diferenciadas<sup>4</sup>” – que alguns países queriam apagar e que foi reintegrado ao texto final – na prática, o documento final da Rio+20 não traz nenhuma forma concreta de implementação de tais acordos, nem fortalece o princípio do país poluidor-pagador ou o da precaução, que ficaram apenas citados. Tais princípios e compromissos, que deveriam ter sido a base das negociações foram, em si, objetos delas, e ao final, considerados um resultado positivo pelo simples fato de a sua retirada ter sido evitada.

Muitas destas preocupações surgidas dos debates foram expressas também durante o encontro com o Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, quando mais de trinta representantes do Comitê Facilitador Internacional da Sociedade Civil entregaram para o Secretário Geral da ONU o Documento Final da Cúpula dos Povos.

Em oposição à lentidão e à falta de pró-atividade do documento oficial, os movimentos da Cúpula delinearão um amplo leque de soluções em vista da construção de uma soberania popular sobre os recursos e os processos econômicos globais, a partir da defesa dos bens comuns e da garantia dos direitos humanos. Enquanto o documento da ONU perpetua o já velho discurso neoliberal de erradicação da pobreza através do crescimento econômico, os movimentos sociais propõem uma mais radical e imperativa redistribuição da riqueza, entendendo que é impossível falar de justiça enquanto menos do 1% da

<sup>4</sup> Princípio que reconhece as maiores responsabilidades históricas dos países industrializados na contaminação do ar e seus efeitos para o aquecimento global e que foi base dos compromissos diferenciados de redução de emissões de dióxido de carbono.

população mundial for detentor de 40% das cotas acionárias do negócio global.<sup>5</sup> O verdadeiro “futuro que queremos” expressado pelo conjunto da sociedade civil global defende o respeito às cosmovisões e crenças dos diferentes povos e a valorização e fortalecimento das economias locais e das cadeias curtas de produção-distribuição-consumo, não só por serem economias de baixo impacto ambiental, mas também por serem capazes de garantir resiliência ecossistêmica e soberania alimentar. Entre as propostas concretas dessa visão, estão as formas cooperativas de organização da produção, as redes de economia solidária, as redes integradas de produção e consumo consciente, a agricultura em base agroecológica e o controle popular e democrático das cadeias produtivas. Também se faz imperativo repensar o modelo energético e a transição para matrizes energéticas baseadas principalmente em energias renováveis descentralizadas e destinadas principalmente ao uso da população e não das corporações.

No que diz respeito aos direitos das mulheres, o documento final da Cúpula afirma o feminismo como instrumento de construção da igualdade, a autonomia das mulheres sobre seus corpos e sexualidade, e o direito a uma vida livre de violência.<sup>4</sup> Também destaca a importância da ampliação do conceito de trabalho para abarcar o reconhecimento do trabalho das mulheres, tanto no dito trabalho produtivo como no chamado trabalho reprodutivo, e uma transição para modos de organização que possibilitem a partilha das tarefas do cuidado e da manutenção da vida.

A Cúpula foi também cenário do lançamento de inúmeras campanhas, tais como a campanha contra a militarização; por igualdade de gênero dentro das organizações; contra a privatização das sementes; contra o uso de agrotóxicos<sup>6</sup> e de transgênicos e pela produção de sementes crioulas; e a campanha contra o abuso das corporações transnacionais<sup>7</sup>, entre outras.

Entre vários, o momento de maior impacto da Cúpula foi o Dia de Ação Global, quando 80.000 pessoas marcharam no centro de Rio de Janeiro criticando as notícias que chegavam da Conferência Oficial e, sobretudo visibilizando os graves problemas que enfrentamos coletivamente para garantir a sustentabilidade e o futuro do planeta.

A Cúpula representou um momento de rearticulação, e sobretudo de afirmação da sociedade civil organizada como sujeito político global em defesa dos interesses dos povos, em contraposição à incapa-

<sup>5</sup> TNI Transnational Institute (2012): State of Corporate Power 2012 – Infographic booklet. <http://www.tni.org/report/state-corporate-power-2012>

<sup>6</sup> Ver <http://www.contraosagrototoxicos.org/>

<sup>7</sup> Ver <http://www.stopcorporateimpunity.org/?lang=pt-br>

cidade das instituições multilaterais globais de serem espaços de representação dos interesses da maioria da população. Mostrou ser um momento simbólico de um novo ciclo no processo de afirmação e fortalecimento da luta anticapitalista global e de articulação dos movimentos globais para a trajetória comum em diante, visando à construção de um novo paradigma civilizatório.

## **O TERRITÓRIO GLOBAL DAS MULHERES: AS VOZES DAS MULHERES PARA OUTRA SUSTENTABILIDADE**

Buscando amplificar a participação das mulheres na Cúpula dos Povos, e também aprofundar o debate sobre o futuro do planeta desde uma perspectiva feminista, redes internacionais, continentais e nacionais feministas e de mulheres convergiram na organização do Território Global das Mulheres. Aqui foram visibilizadas as lutas das mulheres nos territórios, compartilhadas visões, testemunhadas as múltiplas violações de direitos e construídos posicionamentos comuns frente à crise social e ambiental – enfim, uma crise civilizatória – cujas consequências recaem sobre as mulheres de forma diferenciada. Em particular, as mulheres denunciaram em alto e bom som a perversa combinação dos sistemas que as oprimem: o capitalismo, o patriarcado e o racismo.

Ao mesmo tempo em que as mulheres construíram propostas de um modelo de desenvolvimento mais justo e em harmonia com a natureza, rechaçaram contundentemente as definições que chegaram da Conferência Oficial, em particular denunciando o retrocesso em relação à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Em particular, foi duramente criticada a retirada da menção aos "direitos reprodutivos" – que na linguagem das negociações internacionais significava a autonomia de uma mulher para decidir sobre sua vida reprodutiva e a possibilidade de ter ou não filhos – do texto final devido à pressão do Vaticano, que participou como observador nas conferências, e de alguns países católicos e muçulmanos que se somaram à proposta. O texto final da Rio+20 menciona apenas a "saúde reprodutiva", que contempla tão somente o direito de acesso a métodos de planejamento familiar. Isto representou um grande retrocesso no caminho para a libertação e autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos e vidas.

Além disso, a perigosa perspectiva de ampliação da “privatização” de direitos, tais como o direito de acesso à água potável, o direito a alimentação e o direito a dispor de energia, entre outros que não foram

mencionados no texto, foram objeto de profunda preocupação, ao igual que a falta de compromisso com o cumprimento das metas e mais ainda com o financiamento da sustentabilidade do planeta. Ênfase especial também foi dada ao debate sobre a importância crucial das políticas públicas no combate à pobreza e às desigualdades, em particular as desigualdades de gênero. Nesse sentido, para o movimento de mulheres este debate é essencial e nos coloca na crítica frontal ao processo de retirada e esvaziamento dos direitos humanos já consagrados e que parecem estar agora em xeque.

Em contraposição à Conferência Oficial, o Território Global das Mulheres possibilitou ampliar a visão sobre o conceito de sustentabilidade, que – desde uma perspectiva feminista – não está limitada à dimensão ambiental, e incorpora as relações humanas como parte dos conflitos e relações de poder que estruturam as desigualdades. O processo preparatório permitiu desenvolver amplas reflexões sobre conceitos tais como o racismo ambiental, no entendimento de que os impactos da degradação, poluição e das mudanças climáticas afetam de forma diferenciadas os pobres, e em particular as mulheres e a população negra, que se encontram em situações de maior vulnerabilidade e dificuldade de acesso aos recursos e a informação.

Frente a estes desafios, as mulheres rechaçaram a falsa solução representada pela economia verde, um instrumento que acirra ao invés de fazer retroceder o impacto destruidor da mercantilização e financeirização da vida promovida pelo capitalismo<sup>8</sup>.

Como analisado por Herrero,

Frente à crise ecológica, climática, econômica, alimentar e financeira, os movimentos de mulheres ressaltaram que estamos também transitando por uma crise dos cuidados. A quantidade de tempo de trabalho para sustentar a vida humana colide com a própria lógica do sistema, os horários impostos pelos empregadores às trabalhadoras e trabalhadores não consideram a necessidade de trabalho de sustentação da vida, que acaba somando-se nas costas das mulheres que assumem dupla ou às vezes tripla jornada de trabalho. A crise econômica e ambiental está agravando esta situação. Na Europa, por exemplo, a maior parte dos ajustes para enfrentar a crise estão-se dando a custa de um aumento do trabalho doméstico e do cuidado –

<sup>8</sup> Declaração do território Global das Mulheres na Cúpula dos Povos na Rio+20

dada a estrutura patriarcal da sociedade –, caindo principalmente encima da mulher. Redução da merenda escolar, cortes no orçamento dos hospitais públicos, redução das ajudas para escolas públicas infantis; essas medidas não só não servem para a saída de uma crise econômica, como também geram outra e mais profunda crise que afeta os cuidados e a reprodução da vida<sup>9</sup>.

No Sul Global, as privatizações de serviços básicos como o da água, a apropriação de grande extensões de terra pelo agronegócio, e a consequente remoção dos povos que a habitam, a poluição dos rios e dos solos pelas empresas mineradoras e a construção de megaprojetos funcionais à economia global impulsionada pelos grandes capitais, geram impactos violentos na vida das comunidades locais que não só não se beneficiam com os lucros de ditos empreendimentos, como ainda sofrem as consequências diretas de um meio ambiente degradado, de uma realocação habitacional ou da falta de serviços básicos. Em todos esses casos, a maior parte dos custos é pago pelas mulheres – às quais cabe a responsabilidade do cuidado, do abastecimento da água e da reprodução da vida no geral.

As mulheres que deram seu depoimento e análise no Território Global das Mulheres testemunharam esses impactos que têm sofrido em sua vida cotidiana. Os desafios lançados por elas as camponesas, as indígenas, as pescadoras, as quilombolas, as ribeirinhas, as trabalhadoras urbanas e rurais e as estudantes no Território Global das Mulheres serão agora o combustível das próximas ações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Declaração da Articulação de Mulheres Brasileiras para a Cúpula dos Povos.** Disponível na página <http://www.muieresdelsur-afm.org.uy/joomdocs/amb.PDF>

**Declaração final da Cúpula dos Povos na Rio+20.** Disponível na página <http://www.equit.org.br/novo/?p=622>

**Declaração do Território Global das Mulheres na Cúpula dos Povos na Rio+20.** Disponível na página <http://www.equit.org.br/novo/?p=637>

MASINARA, E. **Modelo de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Desigualdades e Capitalismo ver-**

<sup>9</sup> Herrero Lopez, Y. "Ecología, decrecimiento y ecofeminismo" durante las jornadas **Decrecimiento y Crisis Económica**. 2012.

- de, mercantilização da natureza e falsas soluções.** Apresentações em power point disponíveis em <http://www.equit.org.br/rio20/rio20atividades.htm> 2012.
- MASINARA, E., RODRIGUEZ, G. **A economia verde e as falsas soluções de mercado.** 2012. Agenda Política da AMB para a Rio+20.
- MORENO, Camila “Rumo a um Consenso do Rio em 2012?”. **Boletim Rio+20 da Fundação Heinrich Boell Stiftung.** Setembro 2011.
- RODRIGUEZ, G. **Economia verde:** nova etapa da acumulação capitalista. 2011.
- RODRIGUEZ, P. D. **Capitalismo Verde** – una mirada a la estrategia del BID en el cambio climatico-CENSAT. Agua Viva. 2012.
- Social Watch. **Social Watch Report 2012** – The right to a future. 2012.
- TEEB. **The economics of ecosystems and biodiversity:** Mainstreaming the Economics of Nature: A synthesis of the approach, conclusions and recommendations of TEEB. 2010.
- Terra de Direitos. **Pagamento por “Serviços Ambientais” e Flexibilização do Código Florestal para um capitalismo “verde”.** 2011.
- TNI Transnational Institute. **State of Corporate Power 2012** – Infographic booklet. <http://www.tni.org/report/state-corporate-power-2012> 2012.
- UNEP. **Towards a Green Economy:** Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication – A Synthesis for Policy Makers. 2011.

### *Videografia*

- HERRERO, L. Y. **Ecología, decrecimiento y ecofeminismo** durante as jornadas de "Decrecimiento y Crisis Económica" disponível na página <http://www.youtube.com/watch?v=uXG-vSSlCkA> 2012.

RURAL WOMEN'S ASSEMBLY  
**AFRICA NOT FOR SALE!**

MULHERES DO PABA DE OIHO NA AMAZONIA CONTRA O SAQUE DE NOSSOS RECURSOS NATURAIS

*Articulação de Mulheres Rurais*

**ENERGIA E INDUSTRIAS EXTRATIVAS**  
ENERGY AND EXTRACTIVE INDUSTRIES  
ENERGIA E INDUSTRIAS EXTRATIVAS

CAIXA  
BASIL

WE DEMAND ECONOMIC JUSTICE



XINGU'23  
[www.xinguvivo.org.br](http://www.xinguvivo.org.br)



**MULHERES  
DO PARÁ  
DE OLHO  
NA AMAZÔNIA  
CONTRA O SAQUE  
DE NOSSOS RECURSOS  
NATURAIS**



# ECOFEMINISMO:

## *Superando a dicotomia natureza/cultura*

GRACIELA RODRIGUEZ<sup>1</sup>

*Temos nos afastado tanto de nossas raízes naturais que a vida,  
e não a morte, nos deixa perplexos*

Ynestra King

*...o homem tem se transformado em perigoso não só para  
si mesmo como também para toda a biosfera*

Hans Jonas

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a chamada Rio+20 realizada no Brasil em 2012 colocou desafios novos para o feminismo brasileiro, mas que em muitos sentidos têm relação com preocupações ambientais e relativas ao que podemos chamar “modelo civilizatório”, presentes em diversos movimentos sociais e também no feminismo internacional, em especial depois da crise sistêmica desatada a partir de 2008.

Ainda que não tenha aqui nenhuma pretensão e possibilidade de conseguir dar conta de tais preocupações que rondam o movimento feminista faz já bastante tempo, interessa-me contribuir com esse debate junto a setores do movimento organizado de mulheres brasileiras aceitando o desafio em que o redemoinho preparatório da Rio+20 nos colocou.

De fato, a Rio+20 permitiu-nos lembrar a Eco 92, que já trouxera reflexões muito importantes, elaboradas por algumas ecofeministas. Talvez pelo seu breve e reduzido acúmulo à época, mas também pela força que tinha naquele momento o movimento feminista de cunho mais “tradicional” da década

<sup>1</sup> Socióloga, feminista, coordenadora do Instituto EQÜTT, Conselheira do CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, membro da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras e co-coordenadora do Território Global das Mulheres na Cúpula dos Povos na Rio+20.

de 80, as ecofeministas não tiveram naquela ocasião acolhida favorável dentro das ideias dominantes ao interior do próprio feminismo. Inclusive o *Planeta Fêmea*, espaço de reflexão das mulheres na Eco92, criado sob a influência das ideias ecofeministas propiciadas por Vandana Shiva, Maria Mies, Carolyn Merchant e redes e organizações sociais como o Finrrage e a Redeh dentre outras<sup>2</sup>, não conseguiu inspirar mudanças importantes nem lograr a incorporação da perspectiva ecológica ao movimento de mulheres da época.

De fato, as contribuições ecofeministas do início da década de 90 foram muito mal recebidas e fortemente criticadas desde a perspectiva dos feminismos de viés culturalista, seja na corrente de cunho “liberal”, “socialista” ou “radical”, como eram chamadas algumas das principais tendências feministas do momento<sup>3</sup>. Ao contrário, elas traziam uma perspectiva de valorização do papel das mulheres em relação ao cuidado da terra, das águas, das sementes etc., e de proximidade entre as mulheres e a Natureza, e como isto a necessidade de aproximar a reflexão feminista do pensamento ecologista.

Ainda que não se pudesse falar de ecofeminismo, como uma visão única, as diversas correntes ali incluídas, e apesar de serem ainda muito mal conhecidas na época da Eco92, foram em geral rejeitadas e tachadas de essencialistas<sup>4</sup>, o que acabou cristalizando o debate e aumentando o seu rechaço sem um aprofundamento crítico das argumentações.

Entretanto, as evidências trazidas pelo novo século, e a soma de reflexões acumuladas neste último período em torno aos impactos das mudanças climáticas e à problemática da relação com o ambiente e os recursos naturais – tais como contaminação das águas, solos e alimentos, o avanço da transgenia, a sobre-exploração dos recursos naturais etc. – foram colocando a imperiosa necessidade de repensar a relação das mulheres e do feminismo com a “natureza”. A atualização do pensamento feminista, levando em consideração sua interação com perspectivas ecológicas críticas e com o questionamento cada dia mais necessário da mercantilização e financeirização extremas da vida e da tecno-ciência hegemônica é iniludível, diante das evidências dos desastres ambientais e os impactos negativos do atual modelo capitalista de crescimento indefinido.

<sup>2</sup> **Publicação Planeta Fêmea.** Rio de Janeiro - Brasil. 1992. (mimeo biblioteca I. EQUIT)

<sup>3</sup> Rotania, A. **A celebração do temor: biológicas, reprodução, ética e feminismo.** Ed. Engenho e Arte, FAPERJ. Rio de Janeiro. 2001.

<sup>4</sup> Puleo, A. **Feminismo y Ecología: un repaso a las diversas corrientes del Ecofeminismo.** *El Ecologista*, Número 31. Verano. España. 2002.

Sabemos que este esforço será enorme, pois inclui questionamentos profundos às bases filosóficas<sup>5</sup> mesmas do que se costuma chamar moderno feminismo, que incluem também reflexões sobre o corpo, a sexualidade e as intervenções da medicina e da bioengenharia sobre o controle da fertilidade das mulheres e da reprodução da vida<sup>6</sup>. Assim, reconhecendo a dimensão profunda de tais questionamentos, talvez agora possamos entender melhor porque o ecofeminismo não teve acolhida favorável quando surgiu e alcançou alguma notoriedade durante a Eco-92.

O distanciamento das mulheres da “Natureza” para justamente “alcançar a Cultura”, abandonando a secular e patriarcal “naturalização” do seu papel na sociedade, foi movimento histórico fundamental para aceder e ampliar sua caminhada de emancipação. O surgimento do moderno movimento feminista liderado e expressado brilhantemente por Simone de Beauvoir foi, nos anos 50, um marco teórico fundante do movimento feminista da segunda metade do século XX. Daí a famosa frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher”<sup>7</sup>, onde a autora justamente busca afastar as mulheres da natureza e do biologismo reconhecendo a moldagem cultural do seu papel social. As reflexões desta autora permitiram amplificar a noção do papel da mulher como o “outro”, sempre localizado em referência ao masculino, hierarquicamente superior por seu *locus* na cultura.

Esse importante passo histórico dado para explicitar e esmiuçar o conteúdo cultural da dominação patriarcal foi fundamental para permitir o questionamento e o afastamento das mulheres do seu “destino” único e socialmente obrigatório do casamento e da maternidade e permitir a chamada liberação feminina das últimas décadas.

Ao mesmo tempo, evidentemente, as consequências teóricas e políticas dessa sustentação filosófica no afastamento das mulheres da Natureza têm sido muito profundas e complexas. Esse arcabouço fundante do pensamento feminista precisará ainda de muito debate e crítica para que tenhamos uma visão aprofundada e minuciosa de suas consequências para o atual movimento no início do século XXI e para os novos desafios que nos coloca a vida no planeta.

Por estes motivos sucintamente referidos, gostaria aqui de fazer algumas aproximações, buscando dar continuidade às muitas reflexões promovidas na Eco-92 e a outras mais recentes alentadas por fe-

<sup>5</sup> Jonas, H. **Il princípio da Responsabilità. Un ética per la Civiltá Tecnologica**. Einaudi. Torino. 1993.

<sup>6</sup> Rotania, A. Ob. Cit.

<sup>7</sup> Beauvoir, S. **O segundo Sexo**. Tomos I e II. Editora Siglo Veinte. Buenos Aires. 1977.

ministas ambientalistas, ou por ecofeministas ou por outras perspectivas que têm procurado reconciliar as mulheres com a Natureza.

## **A CONEXÃO DAS MULHERES COM A NATUREZA**

Revisitar por ocasião da Rio+20 os elementos que ajudaram a configurar o ecofeminismo foi uma alternativa que procuramos aprofundar, a partir de setores do movimento organizado de mulheres. Nem tanto numa perspectiva acadêmica ou reflexiva em si, mas sim no caminho de compreender e dar resposta às inúmeras lutas em defesa da natureza em que as mulheres se encontraram inseridas nos últimos anos no contexto brasileiro e também em muitos territórios do mundo.

Na experiência do movimento feminista brasileiro, a enorme presença das mulheres organizadas em diversas lutas locais e territoriais de resistência às barragens, à privatização da água, ao uso indiscriminado de agrotóxicos ou sementes transgênicas, ao banimento de usinas nucleares, ou pelo contrário, através da agroecologia e da agricultura familiar, da economia solidária, do extrativismo local e da proteção dos bosques, florestas etc. como afirmação da construção de alternativas populares e sustentáveis, são mostra de lutas novas, que o cuidado cotidiano da vida foi impondo às mulheres.

As lutas das altivas mulheres de Altamira e região contra a privatização e barragem do Rio Xingu em Belo Monte, contra a privatização da água na cidade de Manaus, no coração da Amazônia, pelo livre acesso aos babaçuais, especialmente na pioneira luta das bravas maranhenses, contra as florestas de monocultivo de eucalipto no Espírito Santo e Paraná, contra a pesca de arrastão no Ceará, e as muitas outras lutas em que quase sempre encontramos as mulheres à frente, nos chamaram para a necessidade de renovar as reflexões de modo a permitir a compreensão da essência de tais lutas.

Neste sentido, a recuperação e atualização do pensamento feminista, incorporando as reflexões ecofeministas ou ambientalistas e as contribuições das mulheres indígenas e dos conceitos do “bem viver” andino, foram uma necessidade surgida da prática de resistência do movimento de mulheres a um modelo de desenvolvimento insustentável que está impactando cada dia mais fortemente as próprias bases da sobrevivência comunitária sadia e digna. A degradação ambiental e os impactos da contaminação de águas e solos, como também as consequências das mudanças climáticas que já se deixam sentir estão sendo enfrentadas de fato pelas mulheres, que sentem profundamente afetado seu cotidiano de produção e reprodução da vida humana.

A agenda da exploração dos recursos naturais (mineração, matriz energética, desmatamentos etc.) e sua vinculação com a vida cotidiana da população (direitos humanos, soberania alimentar e água, cuidados e serviços públicos etc.) tem sido especialmente assumida e visibilizada pelas mulheres. Enfatizar os impactos que o modelo de desenvolvimento provoca sobre a vida cotidiana da população é tarefa carregada permanente pelos movimentos de mulheres. Nesse sentido, visibilizar e dar o rosto humano, familiar e comunitário às consequências da atuação das mineradoras, do uso dos agrotóxicos, da contaminação e dificuldade de acesso a água, entre outras, tem sido preocupação das mulheres.

Assim, e com o auxílio do pensamento econômico feminista e da chamada economia do cuidado, formulada com muita precisão pelas economistas feministas, o enfrentamento dos novos desafios e das lutas ambientais conheceu novas alianças e perspectivas de apoio para refletir sobre as mudanças necessárias ao feminismo na atualidade.

Estamos protagonizando uma época de profundas mudanças e desafios. A relação com a natureza, em suas riquezas, mas também em suas limitações, precisa ser repensada. Os chamados bens comuns da vida estão vendo ameaçadas sua permanência ou sobrevivência pública e compartilhada no planeta. Tal como na Idade Média, em que o cercamento dos bens comunitários e a expulsão dos servos e camponeses da terra para sua transformação em proletários foi o âmago agressivo e encarniçado da transição ao capitalismo<sup>8</sup>, a desterritorialização e o presente despojamento dos bens comuns da humanidade podem estar sendo o novo centro brutal das transformações para ampliação da acumulação do capital em nossos dias. A expropriação dos recursos naturais e as novas formas de sujeição da mão de obra, aparentemente voltam a estar na essência e cerne da transição a um novo modelo de acumulação de capital com novos arranjos produtivos.

Diante de tanto desafio, repensar a relação do humano com o natural, e isto ligado ao conceito de dominação, toma importância decisiva para compreender e desenhar perspectivas que questionem a visão ocidental hegemônica de necessidade de domínio e controle do homem sobre a natureza da mesma forma como o domínio dos homens tem-se imposto sobre as mulheres, e que ambos os casos têm provocado resultados tão nefastos para a humanidade e o planeta. A perspectiva ecológica que nos últimos anos tem desenvolvido um olhar crítico a essa relação homem-natureza, junto com as argumentações ainda menos conhecidas ao menos no Brasil do “bem viver”, precisam ser captadas e integradas nesse

<sup>8</sup> Federici, S. *Calibán y la bruja* – Mujeres, cuerpo y acumulación primitiva. Ed. Traficantes de Sueños. 2010. España.

questionamento da dominação. Assim, pretendemos aqui elencar apenas alguns dos temas e questões que consideramos que precisam ser vinculados, e com os quais temos aproximado algum debate (ainda que insuficiente, prometedora), numa perspectiva integradora dos pensamentos ecologista e feminista para avançar na transformação da sociedade, num caminho por maior equidade e sustentabilidade:

### *A noção de progresso na Modernidade*

Buscando as ideias que fundam o pensamento econômico moderno percebemos que elas se baseiam na noção de crescimento infinito da produção para satisfação das necessidades, processo que buscaria levar a humanidade ao progresso permanente. Esta noção de progresso está assim na base do pensamento econômico liberal ou mercantilista que surge na Modernidade. Entretanto, ela também permeará as principais correntes de pensamento e as concepções econômicas posteriores, incluindo as mais estatizantes e até as perspectivas e propostas econômicas de cunho socialista. De fato, o progresso essencial no pensamento de Ricardo, também o será para Keynes e Marx. O que irá diferenciar essas visões encontra-se em questões como a propriedade dos meios de produção, incluída a força de trabalho e o rendimento criado por esta, seja ele expresso no ganho capitalista ou na mais-valia apropriada pelo capital ou no lucro coletivamente distribuído nos regimes igualitários, mas que em qualquer caso pouco se liga com algum tipo de valor designado à Natureza.

Com as ideias que deram passo à Modernidade a partir do Século XVI sentaram-se as bases dos atuais modelos de pensamento e das visões filosóficas que vieram influenciar os séculos seguintes. Junto com essa noção de progresso, nossa cultura foi também moldada pela ideia de supremacia do humano, e especificamente do Homem sobre a Natureza e a necessidade da superação permanente dos seus limites através da ciência e da tecnologia. Esta ideia de supremacia implica concomitantemente a noção de subordinação do “outro”, do diferente, do oposto num pensamento dicotômico ou dualista. Essa perspectiva, de fato tem incluído a redefinição ou ampliação permanente da conceitualização deste “outro” em cada período histórico, como forma de criação das diversas dominações (às mulheres, aos não brancos, aos não heteronormais, aos não católicos etc.) Neste caso, falamos da subordinação da Natureza aos desígnios da autoridade humana, em forma semelhante àquela em que o pensamento patriarcal legitima a subordinação das mulheres pelos homens, perspectivas ambas que têm-se generalizado e tornado hegemônicas

no mundo, abrindo caminho ou facilitando historicamente as outras formas de subordinação, base das diversas discriminações ao interior do sistema hierárquico pré-capitalista e capitalista, em cuja essência é semelhante à relação de subordinação existente entre o Homem e a Natureza...

Assim, nessas análises econômicas e na visão de mundo que se cria junto da mencionada perspectiva do progresso a partir da instauração da Modernidade, da mesma forma em que não se incorpora a riqueza produzida pelas mulheres no seu cotidiano trabalho doméstico, tampouco será levado em consideração o valor das forcas e bens da Natureza, e em particular sua existência finita.

### *A supremacia do Humano*

Tentando resumir alguns dos elementos que facilitaram a formação do pensamento que sustenta essa supremacia do Homem frente à Natureza, podemos dizer que ela se origina nos seguintes aspectos: em primeiro lugar, num pensamento dual ou dicotômico fundante da modernidade. A perspectiva binária como método de pensamento, explicitada no século XVII por Descartes no seu livro *O discurso do Método* é para muitos autores, base da lógica que sustenta a Modernidade. A estrutura dos dualismos opostos, (tais como cultura/natureza; homem/mulher; alma/corpo; razão/emoção etc.) está na base de formação do pensamento moderno, sendo ambos pares do binômio ligados entre si por relações de causa/efeito e polos de uma ordem hierárquica.

A crítica contemporânea a este tipo de pensamento tem mostrado que ele impede ou dificulta as flexibilidades, interações, duplas ou múltiplas causalidades ou até formas intermediárias que cada vez mais identificam um pensamento atual, capaz de incluir uma pluralidade de causas e interações entre os conceitos. Ou seja, a perspectiva cartesiana e dualista tem sido superada por um pensamento que não precisa atualmente de opostos e de hierarquia, e sim muito mais de interfaces ou imbricações, seguramente mais adequadas para a análise da realidade múltipla e cambiante.

Assim, na perspectiva da Modernidade, se inicia uma profunda reformulação estrutural e simbólica civilizacional que traz a releitura das relações entre o ser humano e a Natureza, sendo esta considerada o “polo passivo”, o que legitima o acionar humano para usufruto e controle crescente dos recursos naturais como garantia do “progresso” econômico, associando-o ao domínio e aproveitamento da Natureza.

Nesse sentido, ver o natural em oposição ao humano e à cultura pode fazer parte de uma visão estática e esquemática que a realidade vai ajudando a desbaratar. O uso dos recursos naturais como fator de produção sem custo ou apenas de custo da sua retirada do ambiente, mas não do seu desgaste ou extinção, está se tornando completamente impossível de sustentar, além de inadequado. Bastante recentemente começamos a perceber a noção do “limite”, tanto pelo esgotamento, por exemplo no caso do petróleo, como pelos impactos causados na natureza pelo aquecimento global. A noção do indivíduo e sua capacidade de dobrar e torcer a natureza, retirando dela todo o possível para gerar lucro está sendo profundamente questionada atualmente pela farta evidência do estreito relacionamento entre a ação humana e as preocupantes e cada vez mais notáveis respostas da Natureza.

Um segundo aspecto determinante neste debate se refere à dualidade Natureza/Cultura, que também acarreta uma perspectiva hierarquizante, já que a própria cultura expressa o controle do instintivo, a sublimação do primário natural.

### *“Natureza” e “Cultura”: o lugar das mulheres...*

De fato, a relação das mulheres com a Natureza tem sido conflituosa para o pensamento e a ação feministas devido à chamada “naturalização” do papel da mulher na história patriarcal. A clássica visão das mulheres ligadas ao “natural” e ao âmbito do privado, enquanto aos homens o mundo da cultura e do público, é recorrente e parte de um presumido senso comum. O lugar das mulheres ligado à Natureza numa perspectiva biologizante que reforça seu papel no mundo privado e seu destino na maternidade, tem sido por isso vasta e corretamente criticado nas reflexões feministas, que mostraram toda sua rejeição a essa ligação. Entretanto, novas reflexões e a aproximação ao conceito de ecofeminismo têm-nos levado a explorar caminhos inéditos na relação natureza/cultura, como por exemplo, a relação das mulheres e das pessoas em geral com a natureza, que é uma relação de opressão, a mesma que as mulheres sofrem em relação ao sistema patriarcal. O ecofeminismo, vertente dentro do feminismo que busca aproximar esses conceitos, enxerga um relacionamento mais harmonioso das mulheres com o meio ambiente e com seu próprio corpo enquanto natureza.

Na verdade, a dualidade Natureza/Cultura, que está tão presente na origem do moderno pensamento feminista desde a década de 50 do Século XX, também fazia parte e está na base da Modernidade e sua relação antropocêntrica com o mundo. A reafirmação do domínio do Homem sobre a Natureza norteia

a formulação científico-técnica dos últimos séculos. O ideal da Ciência Moderna está de fato extremamente ligado à completa subordinação da Natureza pelo homem, que dela pode dispor sem limite para o seu benefício.

Justamente esse formato de dominação do homem sobre a Natureza tem muita semelhança com a subordinação que o patriarcado impôs às mulheres, ao naturalizar seu papel e confinar sua atuação ao âmbito doméstico, transformando uma diferença – esta sim natural – em desigualdade social<sup>9</sup>. A supremacia do Humano sobre o Natural se expressa num formato semelhante ao que assume a supremacia do Masculino sobre o Feminino, e compreender uma, ajuda a compreender a outra. Porém, é importante lembrar que “esta conexão das mulheres com a natureza tem-se prestado a uma romantização das mulheres como o bom, separadas de todas as ações ruins dos homens e da cultura. O problema é que a história, o poder, as mulheres e a natureza são muito mais complicados que isso”<sup>10</sup>, e nesta comparação que consideramos pertinente, precisamos, ao mesmo tempo, fugir de visões de vitimização das mulheres como também de uma analogia simplista.

De outro lado, não somente a forma que toma a dominação da mulher pode-se dizer semelhante à que sofre a Natureza, como também apresentam entre elas outra coincidência, que muito nos fala das características comuns a uma e outra forma de dominação em nosso mundo. Ambas compartilham da mesma invisibilidade e da mesma gratuidade do seu trabalho.

De fato, o papel do clima, dos ventos, da chuva, e até da fotossíntese realizada pelas plantas, ainda que imprescindíveis à manutenção da vida, são trabalhos invisíveis e gratuitos, igual que o trabalho de preparação dos alimentos, de socialização das crianças e de atenção aos doentes e idosos, atividades realizadas geralmente pelas mulheres dentro dos seus lares – as chamadas atividades do cuidado da vida humana. Nenhum de tais trabalhos se veem refletidos nos custos econômicos ou nas contas nacionais, como parte da produção de riquezas. O esforço que historicamente tem sido realizado pelas mulheres e o trabalho silencioso que acontece na Natureza não contam economicamente, já que eles não passam pelo mercado, único espaço que confere valor no sistema capitalista. Esta completa falta de assinação de valor a uma e a outra destas atividades compõe no capitalismo o elemento básico da construção das relações de gênero e das relações com a Natureza.

<sup>9</sup> Romero, M. X. A.. **Ecología y feminismo**. Ecorama. Ed Comares. España. 1997.

<sup>10</sup> Idem.

“Quando algo é invisível, não consegue-se ver sua destruição. A invisibilidade da dependência das sociedades humanas das produções das mulheres e da natureza, claramente funcional aos mercados, tem conduzido a dois dos maiores problemas que enfrentam os seres humanos: a crise ambiental e a crise dos cuidados”<sup>11</sup>.

## AS CONTRIBUIÇÕES DA “ECONOMIA DOS CUIDADOS”

Enxergar o trabalho não visibilizado pelo mercado tem sido outra contribuição importante do feminismo, ao incorporar na agenda dos movimentos sociais e na agenda social a questão do cuidado. Entendemos o cuidado como o trabalho necessário para a manutenção e a reprodução da vida na sociedade<sup>12</sup>. De fato, a economia tradicional tem-se centrado historicamente na produção orientada ao mercado – na esfera pública – enquanto a produção doméstica destinada ao consumo familiar – na esfera privada – foi esquecida nas análises econômicas do modo de produção capitalista em geral nos últimos séculos.

Justamente, a visibilização política desse trabalho de reprodução social não remunerado<sup>13</sup> é uma contribuição à teoria econômica promovida pelas economistas feministas, dado o viés androcêntrico da chamada ciência econômica que desconsidera a riqueza produzida pelas mulheres, e “onde se omite e exclui a atividade não remunerada ou sem valorização mercantil, orientada ao cuidado da vida humana e realizada em sua maioria pelas mulheres”<sup>14</sup>.

A percepção e categorização da divisão sexual do trabalho é outra contribuição evidenciada pela economia feminista que também pode ajudar a entender a invisibilização do trabalho reprodutivo não mercantilizado, e contribuir para que reflexionemos sobre como isto se relaciona com todos os trabalhos, incluídos os realizados pela natureza, que não passam pelo mercado e portanto não contam.

De fato, a divisão sexual do trabalho pode ser entendida como parte do contexto histórico de saída e superação do feudalismo, onde a passagem ao sistema capitalista irá requerer um enorme salto na

<sup>11</sup> Tejer la vida en verde y violeta. **Cuaderno 13**. Ecologistas en Acción. España. 2008.

<sup>12</sup> Espino, A. Trabajo y género: un viejo tema, ¿nuevas miradas?. In **Nueva Sociedad** N° 232, marzo-abril de 2011

<sup>13</sup> Picchio, A. Visibilidad analítica e política del trabajo reproductivo. In: Carrasco, C. **Mujeres y Economía**. Ed. Icaria, España. 1999.

<sup>14</sup> Carrasco, C. **La economía feminista: Una apuesta por otra economía**. Mimeo. 2006.

riqueza apropriada pela classe dominante europeia sobre os trabalhadores, e onde essa divisão do trabalho em produtivo e reprodutivo, e entre homens e mulheres, irá aparecendo gradual e paulatinamente e resultará funcional ao processo de acumulação capitalista.

Justamente, Federici enfatiza em sua análise histórica do processo de consolidação da divisão sexual do trabalho, que a privatização e o cercamento<sup>15</sup> da terra e dos recursos naturais comunais (como bosques, rios etc.) foram fundamentais para esse distanciamento entre produção e reprodução da vida. “Com a desapareção da economia de subsistência predominante na Europa pré-capitalista, a unidade de produção e reprodução nas sociedades de produção para uso, chegou a seu fim, e estas atividades se transformaram em portadoras de outras relações sociais ao tempo em que se faziam sexualmente diferenciadas”<sup>16</sup>. É desta época o processo que vai considerando a produção para o mercado como criadora de valor, enquanto vai relegando a força de trabalho utilizada no âmbito das tarefas da reprodução à invisibilidade, e mimetizando-as com uma vocação “natural” das mulheres.

Para Meillasoux<sup>17</sup>, a acumulação primitiva de capital contou nessa transição do feudalismo ao capitalismo com a enorme riqueza produzida pelas mulheres nos âmbitos domésticos e que não é considerada na hora das remunerações e ainda, pelo contrário, permitiu implantar novas formas de controle e disciplinamento da força de trabalho.

Estas mudanças históricas – que alcançaram seu ponto mais alto no século XIX com a criação da ama de casa a tempo completo – redefiniram a posição das mulheres na sociedade e em relação aos homens. A divisão sexual do trabalho que apareceu com elas não somente sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, como também aumentou sua dependência em relação aos homens, permitindo ao Estado e aos empregadores utilizar o salário masculino como instrumento para governar o trabalho das mulheres<sup>18</sup>.

<sup>15</sup> Usa-se aqui a palavra *cercamento* como utilizada pela autora (Federici), no sentido de limitar com cercas uma porção de terras, ou bosques, ou rio etc. ao livre trânsito e usufruto de pessoas e animais, substituindo o uso coletivo da terra pela propriedade individual.

<sup>16</sup> Federici, S. Op. cit. P. 112.

<sup>17</sup> Meillasoux, C. **Mujeres, graneros y capitales**. Ed Siglo XXI. México, 1987.

<sup>18</sup> Federici, S. Op. Cit. P. 113.

Dessa forma foi-se consolidando a visão que ignora a divisão do trabalho por sexo, invisibilizando a riqueza criada pelo trabalho doméstico não remunerado, em sua maioria realizado ainda pelas mulheres. Ao mesmo tempo, essa divisão sexual do trabalho e a distribuição desigual das tarefas do cuidado, além de ser uma das causas básicas da desigualdade entre homens e mulheres, pode também ser entendida como forma de distanciamento entre a produção e reprodução da vida, colaborando negativamente para a irresponsabilidade sobre as ações humanas que de fato têm-nos afastado do reconhecimento das condições em que se realiza a produção da comida, do vestuário, effim, do custo socioambiental do que produzimos e consumimos.

De outro lado, essa separação tem colocado as mulheres na situação de uma maior percepção e necessidade de assumir as lutas promovidas pelas contradições entre a produção e o consumo – ainda que não sejam lidas diretamente nesta forma – ou pelas tragédias em que se traduzem cotidianamente a falta de um trato mais responsável e harmonioso com a natureza e a necessidade de uma maior justiça socioambiental.

Também a divisão sexual do trabalho poderá ser mais bem entendida e superada a partir de uma perspectiva não hierarquizada dos papéis feminino e masculino e de reunificação das tarefas produtivas e reprodutivas necessárias à vida e entendidas na sua dimensão histórica e “natural” para homens e mulheres.

Finalmente, esta percepção do trabalho invisibilizado nos facilita entender a coincidência entre o trabalho das mulheres e o da natureza na medida em que ambos têm ficado fora das relações mercantis e assim se tornado invisíveis aos olhos do “homo economicus”.

Finalmente, neste elenco, ainda que limitado, de contribuições que temos procurado acrescentar olhando para as lutas empreendidas pelas mulheres na defesa do cotidiano da vida em âmbito local e nos territórios afetados pela lógica predatória do capital e das grandes corporações, precisamos somar as lutas em defesa dos chamados “bens comuns” que as mulheres têm sabido impulsionar. Os bens comuns (ou *commons*, do inglês) não são só bens, mas práticas sociais em comum, e as mulheres têm estado na frente de tais práticas e de enfrentamentos em espaços rurais e urbanos, buscando garantir o uso comum de tais bens, como por exemplo a água, a biodiversidade, o ar, mas também de bens comuns imateriais como os conhecimentos e saberes populares e tradicionais, a defesa das sementes crioulas, do cultivo das ervas medicinais, a manutenção e o livre acesso aos babaçuais e aos bosques de castanheiras, dentre outros. A apropriação do que é comum é alcançada através de diversos mecanismos, entre eles os

legais (acordos de livre comércio, proteção de investimentos e da propriedade intelectual em organismos internacionais como a OMC); econômicos (como a grilagem e a apropriação privada dos territórios, e a expulsão das comunidades indígenas dos seus territórios, as remoções forçadas nos megaprojetos ou o mercado de carbono); e por fim, tecnológicos, (através de organismos geneticamente modificados – OGM –, sistemas restritivos de acesso à cultura – DRM – etc.) Todos esses fenômenos são parte de uma história ainda não contada do nosso tempo: o processo de cerco aos bens comuns, que vai além da privatização porque envolve privação de direitos, expulsão e fragmentação social. Talvez na frase “Contra a privatização do rio”, cunhada pelas mulheres na luta contra a construção do complexo de Belo Monte, se reflita toda a potência dessa defesa dos “comuns” que as mulheres têm sabido captar.

## **A MERCANTILIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA E DA VIDA**

De outro lado, alguns dos aspectos que também consideramos devem aportar no sentido de buscar aproximar as mulheres da Natureza, ou ainda mais precisamente, as lutas das mulheres com o ecofeminismo, numa visão integrada entre sua especificidade enquanto mulheres e as suas relações com o ambiente natural, se referem ao entendimento da relação histórico-social concreta com a natureza, e aos aspectos socioeconômicos que fazem a esse contexto:

Essa relação com a Natureza é datada historicamente, e não podemos analisar da mesma forma um modelo de sobrevivência humana numa sociedade baseada na coleta e caça, com o atual contexto de uma sociedade moderna industrial. O modelo de consumo evidentemente é um problema, mas também o são o modelo produtivo e as condições capitalistas dessa produção. Se não colocamos o dedo na chaga da exploração capitalista não conseguiremos solução ao tema ambiental<sup>19</sup>.

Assim, analisarmos criticamente o contexto atual da produção e consumo globalizados é imprescindível para fundamentar a atuação dos movimentos sociais e das mulheres nas lutas ambientais em particular.

<sup>19</sup> Mesa sobre Ecologia política, citação de Fernandez, Nora. Latindadd.

Assistimos nos últimos 20 anos à expansão exponencial dos mercados financeiros e à progressiva mercantilização e financeirização de todos os aspectos da vida humana, da natureza e suas funções ecossistêmicas.

As crises econômico-financeira, social e ecológica se inserem no contexto mais amplo de financeirização da economia, processo intensificado desde os anos 1980 com a crescente desregulamentação do setor financeiro, em particular o dismantelamento dos controles de atividades financeiras entre as economias nacionais e a abertura das contas de capitais. Neste processo de financeirização, a rentabilidade das transações com dinheiro, riscos e produtos associados tornou-se significativamente superior à rentabilidade da produção de riqueza tangível na forma de bens e serviços. Isso implica em um alargamento dos mercados financeiros em relação aos mercados de bens e serviços e um aumento exponencial de atividades especulativas arriscadas, como as que levaram a um ciclo de crises financeiras desde à da tequila em 1994 até o colapso financeiro de 2008.<sup>20</sup>

Bens que não deveriam entrar na lógica lucrativa de mercado por serem bens comuns, de direito universal, como a biodiversidade, o ar, as funções reguladoras dos ecossistemas, alguns alimentos básicos, entre outros, estão sendo vendidos nas bolsas e mercados à futuro como títulos financeiros. Essa arquitetura econômico-financeira globalizada e que iguala o conceito de desenvolvimento à mera expansão das possibilidades de consumo, não tem como finalidade última a satisfação das necessidades das pessoas, mas sim o sustento dos lucros das empresas e a contínua expansão da acumulação capitalista. Isto produziu, sobre tudo nos países do Sul Global, um aumento das desigualdades sociais, da pobreza e dos conflitos em relação aos recursos naturais pelo aprofundamento da tradicional divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, e se bem a crítica ao modelo exportador de matérias-primas e recursos naturais vem se desenvolvendo há várias décadas entre os movimentos sociais, nos últimos anos ela tem tomado uma ênfase maior, sobretudo nos fortes enfrentamentos no âmbito comercial internacional da OMC e nas negociações comerciais. No caso da América Latina, marcada recentemente pela presença dos chama-

<sup>20</sup> Aguiar, D. La Arquitectura financiera internacional y la reconfiguración de las IFIs pos-2008. In: **Una Alternativa desde el Sur**. Ed. Instituto EQUIT/ TNI. Rio de Janeiro. 2012.

dos governos progressistas, ainda que na última década a fome e a desigualdade social tenham mostrado melhoras substantivas, o modelo macroeconômico continua dependendo da exportação de matérias primas como fonte de divisas que acabaram sustentando inclusive a própria distribuição de renda nos países da região. Assim, as monoculturas de commodities têm-se tornado a garantia para nossas economias, ao mesmo tempo em que elas estão levando os países da região à reprimarização das economias e têm-se transformado de fato no obstáculo e limite ao “desenvolvimento sustentável” e inclusive à própria consolidação das democracias nos países sul-americanos<sup>21</sup>. O chamado neoextrativismo, promovido pelos governos de todos os matizes na região, tem promovido o que Natanson muito ironicamente chama: os chefes de estado de “políticos *commoditie*”<sup>22</sup> que mantêm “o cabo submarino que conecta o Bolsa Família com a Monsanto”. Neste sentido, conhecer e denunciar os impactos e riscos provocados pelo modelo agroexportador e a articulação política na sociedade de modo a instalar a necessidade de sua transformação, especialmente através dos processos de integração regional, tornaram-se chaves. As diversas conexões entre esse modelo insustentável e as mulheres são evidentes, tanto em termos de exploração direta da mão de obra rural, como na expulsão das famílias pela expansão da fronteira agrícola destinando cada vez mais terras aos monocultivos, com impactos sobre a soberania alimentar e a saúde das populações rurais e urbanas, entre as consequências desse modelo produtivo concentrador de riquezas, que vem sendo enfrentado pelos movimentos sociais e em particular pelas mulheres.

## A “ECONOMIA VERDE” E AS FALSAS SOLUÇÕES

Atualmente e diante da crise não só econômica e financeira que vive o mundo, mas também climática, ambiental, energética e alimentar, o debate sobre a sustentabilidade da vida tem-se tornado crucial. Entretanto, o que parece estar acontecendo é que o próprio sistema capitalista está reconhecendo os impactos e graves danos causados ao ambiente, especialmente às mudanças climáticas, e diante disso

<sup>21</sup> Rodriguez, G. La integración posible. In: **Una Alternativa desde el Sur**. Ed. Instituto EQÜIT/ TNI. Rio de Janeiro. 2012. (Ver o caso do golpe do Paraguai promovido pelo agronegócio e pelas grandes corporações como Monsanto e Alcan\ Rio Tinto, ligadas ao modelo primário exportador).

<sup>22</sup> Natanson, J. El discreto encanto de los “políticos *commoditie*”. In: **Le Monde Diplomatique**. Año XV N°171. Set 2013. Argentina.

vai incorporando as demandas ecológicas e oferecendo inclusive as chamadas soluções alternativas; ou a “economia verde”. Este foi com certeza o conceito mais polêmico surgido em torno à Rio+20, e do ponto de vista das organizações sociais que organizaram a Cúpula dos Povos em forma paralela à Conferência oficial,

os mecanismos paliativos sendo promovidos como parte do conceito da "economia verde" não significam soluções verdadeiras para a crise, e são uma tentativa de vestir de roupas novas o termo "desenvolvimento sustentável" (que foi esvaziado de sentido pela inação dos governos e pelas estratégias de marketing verde das empresas) com o intuito de retomar o processo de acumulação de capital aos níveis do período pré-2008 e impedir que se adotem mudanças profundas ao sistema neoliberal<sup>23</sup>.

Assim, para a criação de novos mercados e de soluções mercadológicas, a tal “economia verde” vem promovendo as chamadas *falsas soluções*. Porque se chamam assim? Porque elas não enfrentam as verdadeiras causas dos graves problemas de contaminação das águas e dos territórios, nem do envenenamento dos alimentos e do ar, nem do aquecimento global do planeta, nem da perda da biodiversidade, ou da desertificação progressiva de vastas áreas terrestres... Pelo contrário, elas criam mecanismos que “tapam o sol com a peneira”. As falsas soluções – como o mercado de carbono, os agrocombustíveis, os mecanismos de desenvolvimento limpo, o pagamento por serviços ambientais, os acordos REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação) e REDDplus (que inclui um falso mecanismo de manejo das florestas pelas comunidades locais) etc. – são trágicas tentativas promovidas pelo capital e as grandes corporações para esconder o uso insustentável dos recursos naturais do planeta<sup>24</sup>.

Quer dizer, esses mecanismos de mercado transferem a responsabilidade pela problemática ambiental aos países do Sul e às comunidades tradicionais que têm mantido as florestas em pé e as formas sustentáveis de vida que são agora de fato “expropriadas” do usufruto de suas terras ancestrais e comunitárias, ameaçando assim seu modo de vida e a soberania sobre seus territórios.

Com certeza, a raiz da crise atual está nos fundamentos deste sistema e, portanto, as "soluções verdes" de mercado só contribuirão para piorar as múltiplas crises que já estão afetando o mundo todo. O debate

<sup>23</sup> Documento produzido pela Comissão Facilitadora da Cúpula dos Povos na Rio+20. Abril 2012.

<sup>24</sup> Masinara, E. **Modelo de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Desigualdades e Capitalismo verde, mercantilização da natureza e falsas soluções**. Apresentações em *power point* disponíveis em <http://www.equit.org.br/rio20/rio20atividades.htm>

ao interior do movimento de mulheres, instigado pela preparação da Rio+20, tem reconhecido como necessária uma mudança do paradigma civilizatório e dos padrões de produção e consumo, enfrentando a falta de compromisso dos governos com a implementação de políticas sustentáveis, a começar pelos acordos já assinados. E significa sobretudo que trata-se de continuar a luta pela redistribuição da riqueza e pela reapropriação dos territórios, dos bens comuns e dos corpos e mentes de homens e mulheres para exercer uma cidadania soberana, na busca, enfim, da equidade e da justiça social e ambiental<sup>25</sup>.

## **O FUTURO**

Fazendo próprias as palavras expressadas pelo Presidente do Uruguai, José Mujica, em seu discurso na Assembleia da ONU no dia 25 de setembro de 2013 “Me angustia, e quanto, o amanhã que não verei, e pelo qual me comprometo”.

Estamos vivendo um momento não somente de múltiplas crises, como já mencionado, mas de uma verdadeira crise civilizatória – como tem sido unanimemente expressado pelo conjunto dos movimentos sociais nos diversos âmbitos do Fórum Social Mundial, espaço de acúmulo da diversidade dos movimentos e de expressão da rebeldia frente à atual ordem mundial. Essa crise civilizatória é resultado e resumo de um sistema de lucro capitalista e da expressão cultural ocidental hegemônico-capitalista, patriarcal, racista e homofóbica que não consegue mais dar resposta aos desafios sociais, ambientais e culturais de nosso tempo.

Essa crise civilizatória da cultura masculina e ocidental dominante não pode-se enfrentar e muito menos resolver dentro dessa mesma cultura. As transformações necessárias do paradigma civilizatório requerem novas narrativas e estratégias alternativas à ordem constituída. Acreditamos que o ecofeminismo – como qualificado por Alicia Puleo, uma das pioneiras dessa formulação integradora das duas visões – deve ser entendido como um novo projeto ético e político.

....além de todos os problemas teóricos e práticos de um feminismo que se encontra em plena elaboração e debate acredito na validade de um projeto feminista ecologista crítico que coloque uma alternativa à crise

<sup>25</sup> Boletins AMB na Rio+20. Disponíveis em <http://www.equit.org.br/rio20/rio20boletins.htm>

de valores da atual sociedade consumista e individualista. As contribuições de dois pensamentos críticos – feminismo e ecologismo – nos oferecem a oportunidade de enfrentarmos não só a dominação das mulheres na sociedade patriarcal mas também uma ideologia e estrutura de dominação da Natureza ligadas ao paradigma patriarcal do varão amo e guerreiro<sup>26</sup>.

Neste sentido, as mulheres têm um acúmulo de debate e mobilização importante que já as relaciona com a agenda da conflitividade social e ecológica. Porém é necessário ampliar e aprofundar a reflexão e compreensão destes temas dentro do movimento de mulheres para qualificar cada dia mais sua incidência no âmbito das negociações, tanto nacionais como internacionais. A agenda dos próximos anos incluirá os desdobramentos da Rio+20 e os objetivos de desenvolvimento sustentável, a avaliação dos 20 anos da Plataforma de Ação de Beijing e, no plano nacional, o acompanhamento dos diversos conflitos ambientais, tais como a construção de Belo Monte e as usinas planejadas na região amazônica, os impactos dos Mega eventos, como a Copa 2014 e as Olimpíadas 2016, os impactos dos Megaprojetos como a construção de portos (Pecém - CE, Porto Sul-BA, Porto do Açu-RJ etc.), complexos petroquímicos, usinas nucleares etc. que vem provocando inúmeros conflitos nos territórios. Fica evidente que essa agenda já tem a presença das mulheres, uma presença que precisa ser fortalecida e qualificada a cada dia.

Sabemos que a transformação não pode ser processada a partir de algo como as saudades do passado, mas sim desde a nossa realidade, que é de novas formas de exploração e financeirização da natureza e do trabalho para continuar a acumulação capitalista; mas é também uma realidade de novas formas de luta expressadas por amplos movimentos sociais organizados; e também pelos movimentos das ruas das principais capitais do mundo que estão mostrando a necessidade de transformação deste modelo.

Num momento histórico em que o mundo precisa de novos atores e novas alianças para assumir a responsabilidade com o cuidado da vida no planeta e a mudança do paradigma civilizatório, o ecofeminismo – junto com outros pensamentos que reflitam sobre a diversidade e a pluriculturalidade – se perfila como um conceito que nos instiga a atualizar o feminismo às demandas e desafios contemporâneos.

<sup>26</sup> Puleo, A. Op cit.

NO TO GREEN CAPITALISM

VIVO  
NÃO A  
BELO MONTE

INDIGENAS

NOSSO CORPO, NOSSO TERRITÓRIO



NOSSO CORPO, NOSSO TERRITÓRIO



ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS  
AMB

APOIO: IPAS

# DESAFIANDO O CRESCIMENTO VERDE E O EMPODERAMENTO NEOLIBERAL

*A ecologia política feminista encontra a economia política feminista*

CHRISTA WICHTERICH

A ecologia política feminista analisa gênero como sendo uma categoria social central que informa e molda as relações sociedade-natureza bem como organismos, conhecimentos e políticas relacionadas ao meio ambiente. Um foco importante cai sobre o mecanismo de construção de oposições e dualismos, dominâncias e subordinações através da definição das mulheres, da esfera privada, assim como da natureza e dos ecossistemas como o “outro”.

O conceito de “alterização” usado pelas ecologistas feministas cruza-se com a crítica fundamental das economistas feministas à externalização e desconsideração da reprodução social, do trabalho do cuidado, da economia familiar e de subsistência que os toma como improdutivos, fora do mercado e sem valor econômico. O cuidado — a maioria dele não remunerado e feminino — e sua lógica econômica subjacente é definido e desvalorizado pelos economistas neoclássicos como “o outro” da lógica de mercado da eficiência, da concorrência e da acumulação de riqueza material. Esse mecanismo reforça estereótipos de gênero e as desigualdades sociais.

A ecologia política feminista tem sido fragmentada e se especializado na teoria e na prática, e de forma geral, tem sido bastante silenciosa nos últimos anos. A economia política feminista tem negligenciado ou ignorado, em grande medida, as preocupações ecológicas. No cenário pós 2007 de crise global, os conceitos feministas são desafiados a reposicionar-se numa arena de reconfiguração global do poder: uma governança econômica e financeira mais forte em oposição à governança política, e uma maior economização da natureza, do meio ambiente, da vida, e das relações sociais. Tais conceitos têm de recuperar suas abordagens holísticas anteriores apesar de serem confrontados com dinâmicas de inclusão

e exclusão extremamente diversas e complexas, internalização e externalização, muitas contradições e ambiguidades.

Enquanto os regimes da governança global — G-20, as negociações de mudanças climáticas, as negociações comerciais da Rodada de Doha da OMC, a Conferência Rio+20 — estão presos numa crise do multilateralismo, a economização e a mercantilização geral de tudo aquilo que estava fora do mercado — a regeneração da natureza, os bens públicos globais e os bens comuns naturais, como a atmosfera e os oceanos, as relações sociais e de reprodução social — avançaram. Enquanto nas relações internacionais e de cooperação para o desenvolvimento existe um cansaço de gênero generalizado, o Banco Mundial, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a Convenção das Nações Unidas sobre Biodiversidade (UNCBD) lançaram planos de ação de gênero e fizeram esforços significativos para fechar as lacunas de gênero, forjar uma participação igualitária na tomada de decisões e na inclusão das mulheres no mercado. Enquanto grande parte das ONGs e redes cívicas internacionais sofrem uma crise de visão, vários atores da governança global apresentaram conceitos de uma economia verde que eles mesmos cunharam como transformadora e, em relação às mulheres, inclusiva.

Uma vez que o gênero, como categoria social e biológica, passou por novos enquadramentos e materializações, além do essencialismo e dualismos nos discursos, corpos e subjetividades, a ecologia e a economia política feminista têm de redefinir e reposicionar-se neste novo cenário. O presente artigo entrelaça ambas sistematicamente a fim de frasear a crítica da economia verde e os conceitos do crescimento verde.

## **CRESCIMENTO VERDE E A ECONOMIZAÇÃO DA NATUREZA**

No auge da crise múltipla, vários atores da governança global apresentaram uma variedade de “economia verde” ou do chamado “new deal verde” como solução para a tríplice crise financeira, energética e climática. O “New Deal Verde Global”, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA 2009) formulou três objetivos: a) recuperação econômica b) crescimento inclusivo e sustentável e redução da pobreza c) redução da dependência de carbono e da degradação dos ecossistemas. Tanto o relatório da OCDE *A caminho do Crescimento Verde* (2011), quanto o relatório da Comissão Europeia *Indústria Sustentável: indo para o crescimento e eficiência de recursos* (2011) declararam um

afastamento das formas de fazer negócios tradicionais (*business as usual*), mas ainda definem o crescimento como meta global para o “esverdeamento” (*greening*) dos investimentos e das indústrias.

A linguagem desses programas é apimentada por noções de transformação e de mudança, inovação, transição e transformação, entretanto, sem qualquer perspectiva crítica. O relatório do PNUMA denomina economia verde como “um novo paradigma econômico” decorrente da “desilusão com o paradigma econômico dominante” e as falhas de mercado (2011:01). O PNUMA identifica a “má alocação bruta de capital” como causa fundamental das crises interligadas, e identifica como solução o redirecionamento dos investimentos, empregos e tecnologias dos setores do negócio marrom para os setores de negócio verdes (2011:8).

Esses conceitos de economia verde pretendem ser instrumentos da governança global com capacidade de regulação e gestão para orquestrar a mudança. Eles são baseados em duas estratégias complementares normativas: uma “ecologização” da economia e uma economização da natureza. Em primeiro lugar, como conceitos macroeconômicos de mudança engrenam para a “sustentabilização” do crescimento econômico. Com base na confiança no poder das dinâmicas de mercado, e apoiado por políticas regulatórias, as turbulências das múltiplas crises são usadas para que se opere uma reconfiguração verde do capitalismo. A OCDE afirma que ecologizar a economia não é apenas politicamente sábio, mas inevitável para maximizar as taxas de crescimento agonizantes. O esverdeamento de alocação de capital e de uma ampla gama de setores empresariais é visto como motor fundamental para o crescimento do PIB.

A transição para uma economia verde está interligada ao conceito de parcerias público-privadas, já que o capital privado é mais importante para os investimentos verdes do que os fundos públicos. A importância crescente do setor empresarial foi espelhada na linguagem das três principais conferências sobre sustentabilidade: CNUMAD 1992, no Rio de Janeiro, focada na “participação” de todas as forças da sociedade civil, incluindo as empresas na configuração de um regime de governança global para a sustentabilidade; dez anos mais tarde, 2002, em Johannesburgo a “parceria” com o negócio tornou-se fundamental; 2012 no Rio de Janeiro, a pré-conferência das empresas foi intitulada “O negócio assume a liderança”, preenchendo assim a lacuna causada pela crise do multilateralismo. Além da “privatização da governança do crescimento verde” (Alexander; Fuhr 2012), a promessa de uma “ecologização” da economia faz grandes ONGs internacionais, como a WWF, Rainforest Alliance e Oxfam, e as OSCs embarcarem com aquelas empresas que declaram a responsabilidade corporativa ambiental e social como política de negócios.

Em segundo lugar, a ideia de economização sistemática da natureza retoma um conceito fundamental da economia ecológica, a saber, que os custos ambientais que foram externalizados nos cálculos econômicos devem ser internalizados na criação de valor. Mercantilização, comercialização e financeirização da natureza e da regeneração ecossistêmica são parte integrante da trajetória em curso do capitalismo rumo a uma “acumulação pela desapropriação” e a um “reparo espaço temporal” para a sua crise de crescimento e rentabilidade (Harvey, 2003): os mercados se expandem e incluem tudo aquilo que estava fora do processo de acumulação, como a regeneração da natureza, os bens comuns naturais globais, a reprodução social, o cuidado e as relações sociais.

Desde a primeira conferência no Rio, em 1992, a natureza tem sido cada vez mais privatizada, mercantilizada e “marketizada” através da fixação de um valor monetário para suas partes e funções, que foram cunhadas pela economia neoclássica de “serviços ambientais” (Fairhead; Leach; Scoones, 2012). A privatização da natureza, desde a grilagem de terra e água até o patenteamento de formas de vida, está baseada em um paradigma técnico-científico que subestima os riscos ecológicos e sociais e “superestima a resiliência dos sistemas ecológicos em que estamos inseridos” (Plumwood, 1998: 563).

A “virada neoliberal” sobre as relações sociedade-natureza e a governança ambiental “conceitua a natureza como um subsistema da economia” e embarca na ideia de “vender a natureza para salvá-la” (1999 McAfee, McAfee 2011; Castree 2008). Entre esses conceitos estão o de “economia da mudança climática” (Nicholas Stern), o estudo TEEB (A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade), e da “contabilidade do capital natural” em nível nacional. As negociações sobre mudanças climáticas nutrem o conceito de mercantilização verde por meio do comércio de carbono, da implementação conjunta e dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL, PSA, REDD, REDD+). Eles abrem um enorme segmento para o mercado financeiro. Na conferência Rio+20 bancos, fundos de investimento e companhias de seguros se inscreveram para a *Declaração do Capital Natural* com a finalidade de integrar o capital natural em suas avaliações financeiras. Tecnociências como a engenharia genética e a geo-engenharia, novas tecnologias para o extrativismo de recursos a partir do *fracking* para mineração em águas profundas e para a substituição dos processos naturais (como a biologia sintética, a nanotecnologia e as tecnologias reprodutivas) auxiliam a mercantilização em curso; facilitam a adaptação da natureza, da natureza humana e do social à lógica de mercado neoliberal do preço monetário, da eficiência e da rentabilidade.

## **A GRANDE INCLUSÃO**

Como os conceitos da economia verde estão centrados no mercado e na eficiência tecnológica, faltam uma aproximação consistente aos direitos humanos, bem como um conceito coerente de justiça e sustentabilidade social. As relações de poder não são examinadas. Sua lógica de conectividade global e sustentabilidade são o investimento, as cadeias de valor e os retornos sobre os investimentos (Unmuesig / Sachs / Fatheuer 2012). Até o New Deal Verde dos Verdes da UE é governado por uma lógica de mercado “androcêntrica”, enquanto a dimensão social da sustentabilidade, os direitos sociais e a justiça de gênero não são significativos. Uma característica comum aos conceitos de economia verde é o fato de o cuidado e a economia doméstica serem externalizados de maneira neoclássica, fora da produção de valor e construídos como “o outro” da eficiência do mercado e da acumulação (Kuhl 2012).

Enquanto o gênero ganha pouca atenção dos conceitos de economia verde, uma série de programas e publicações das agências de desenvolvimento se concentra na interseção entre crescimento, sustentabilidade e gênero, e apresentam a inclusão das mulheres nas cadeias globais de valor, no mecanismo de acesso e repartição de benefícios em relação à biodiversidade e nos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e comércio de carbono. Estas formas de inclusão são modos de liberalismo inclusivo — a abertura de segmentos de mercado para os grupos que foram excluídos ou marginalizados antes (Porter / Craig 2004) — e implicam a promessa de ganha-ganha, em termos de benefício monetário, social e simbólico.

A cooperação para o desenvolvimento funciona como um catalisador do liberalismo inclusivo no Sul global através da integração de mulheres, povos indígenas, trabalhadores informais e precários, pequenos agricultores, produtores e comerciantes nos mercados de trabalho e de comércio. Atualmente, nas políticas de desenvolvimento, a promoção de cadeias globais de valor é vista como a estratégia mais adequada para incluir os atores econômicos pobres e vulneráveis — entre os quais muitas mulheres — nos mercados e reduzir a sua pobreza (Royal Tropical Institute 2012). Ressalta-se que a igualdade de gênero não é apenas um direito humano e um objetivo de desenvolvimento em si, mas é — ao mesmo tempo e igualmente importante — “bom para os negócios”, um meio para o objetivo econômico (ibid: xiv).

Esta visão instrumentalizada pelo mercado da igualdade de gênero é adotada a partir da definição de igualdade de gênero do Banco Mundial numa perspectiva de “economia inteligente” e sua avaliação da importância da inclusão das mulheres nos mercados como a melhor receita para aumentar a eficiência e

o crescimento (World Bank, 2006). Conforme solicitado pelos ativistas GAD, a abordagem de brecha de gênero do Banco Mundial torna visíveis as desigualdades de gênero e planeja ligá-las (World Bank, 2012).

As economistas feministas analisaram as cadeias de valor transnacionais e as redes globais de produção como processos de gênero nos quais as normas de mercado e de gênero convergem. Embora a inclusão das mulheres no mercado sustente seu “empoderamento econômico”, da perspectiva econômica-política-feminista isso está essencialmente direcionado ao ajuste das mulheres às normas de mercado masculinas do *homo oeconomicus* e é instrumental para a flexibilização dos mercados de trabalho num sistema ecológica e socialmente insustentável (Mellor, 2009). É uma integração paradoxal baseada na autorresponsabilidade e no autoempreendedorismo neoliberal. Isso causou uma “estranha congruência” (Nancy Fraser) entre os objetivos emancipatórios neoliberais e feministas, num modelo orientado ao crescimento do desenvolvimento econômico das relações sociais com relação à natureza.

A criação de valor nas cadeias transnacionais e a acumulação andam de mãos dadas com a valorização das mulheres e seu trabalho, uma equação que corresponde ao “mito Engiliano” de que a inclusão no mercado de trabalho significa libertação para as mulheres (Pearson, 2007). Isto é uma espécie de “feminismo incorporado” ou de “revolução passiva”, como Gramsci chamou a adoção progressiva de exigências nos regimes de governança capitalistas. Na crise, esse conceito de igualdade de gênero e empoderamento econômico orientado ao mercado tornou-se hegemônico sobre os conceitos de igualdade de gênero e de justiça de gênero baseados nos direitos que formam o quadro fundamental da advocacia feminista na década de 1990.

Informado por esse conceito instrumentalista de mercado da igualdade de gênero, um estudo sobre *A Participação das Mulheres no Crescimento Verde — Um potencial plenamente realizado?* (DCED 2012) identifica uma ampla gama de oportunidades para as mulheres participarem do crescimento verde, como trabalhadoras flexíveis e contratadas, microempresárias e de franquias, grupos-alvo de modelos de negócios inclusivos, prestadoras de serviços no turismo ecológico, clientes na microfinança para inovações verdes e tecnologia verde, bem como em microsseguros para a seca e outras calamidades “naturais”, como atrizes na adaptação às mudanças climáticas e conservação da floresta para o comércio de emissões. A questão da justiça social e de gênero é largamente reduzida ao emprego e empreendedorismo. No entanto, o estudo tem que admitir que na economia verde restrições semelhantes para o acesso das mulheres aos mercados, bens, empregos e renda existem tanto quanto naquela, marrom, e não há nenhuma ligação entre as atividades econômicas verdes e uma mudança dos papéis de gênero no ambiente doméstico.

Enquanto os conceitos de economia verde acima mencionados são otimistas em relação à inclusão social, a UNRISD (2012) adverte sobre o impacto socialmente injusto da economia verde. Ela pode afetar negativamente aqueles que já sofrem mais com a degradação ambiental e as mudanças climáticas, mesmo sendo os menos responsáveis por suas causas. Por exemplo, a agricultura feminina de pequeno porte e os sistemas de segurança de alimentos são as “primeiras vítimas” de um setor verde em crescimento, a energia renovável (Tandon 2012b). A descarbonização no Norte acontece à custa da segurança alimentar no Sul. Isso mostra o modo imperialista, como o Norte global garante seu estilo de vida requerendo para isso recursos, mão de obra e sumidouros no Sul global.

## **EMPODERAMENTO NEOLIBERAL**

“Integrar serviços ecossistêmicos ao planejamento do desenvolvimento” (giz/BMZ 2012) implica a inclusão do Sul global e de grupos anteriormente excluídos e marginalizados na lógica da mercantilização e financeirização dos ecossistemas. Os territórios no Sul global são usados como um sumidouro. No âmbito dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, certificados para a proteção da terra e da floresta são dados aos atores locais e indígenas. Tais certificados deveriam permitir-lhes ganhar um retorno monetário do mercado financeiro, o que implica um valor social e simbólico em termos de reconhecimento para seu trabalho não remunerado de cuidado ambiental. Mulheres guardiões das sementes, da biodiversidade e guarda-cancelas de conhecimento local, como horticultoras e responsáveis pela energia para cocção em domicílios rurais, são grupos-alvo específicos para a criação de valor através da economização da natureza. No entanto, o rendimento esperado desse contrato de mercado não depende do seu trabalho de reflorestamento, proteção das florestas ou da agricultura de baixa emissão, mas da dinâmica do mercado financeiro e da especulação. Isso catapultou parceiros locais desse tipo de negócio verde em novas dependências. Atualmente, os preços dos certificados colapsaram porque o mercado já está inundado por muitos certificados, em particular de origem duvidosa.

Enquadrados por um imaginário de igualdade, esses negócios inclusivos verdes entre parceiros muito desiguais são altamente ambivalentes e implicam um resultado injusto e desigual. De um ponto de vista centrado na subjetividade, eles deveriam proporcionar às mulheres, aos povos indígenas, às minorias, um retorno monetário e simbólico através da inclusão no mercado, reconhecimento e empoderamento

como *homini oeconomici*. No entanto, da perspectiva da economia política, aqueles negócios asseguram ao Norte global e às classes médias consumistas globais um “modo imperial de viver” à custa dos outros e do encobrimento das crescentes desigualdades socioeconômicas e das relações de poder (Harvey, 2003, Marca / Wissen 2012). A integração aos mercados e à sua lógica de eficiência e competição sem adquirir poder de decisão é um processo disciplinar que implica tanto agência e poder para agir, quanto ao mesmo tempo a subordinação às normas de mercado e autodisciplina no sentido foucaultiano. Ao incluir guardiões locais, como os povos indígenas, as mulheres, os atores do mercado informal e em pequena escala em mecanismos de acesso à biodiversidade, em cadeias de produção de valor e comércio de carbono, o Norte global — as empresas, e as classes de consumo global — obtém acesso aos recursos, biodiversidade e diversidade genética do Sul Global e seu potencial como sumidouro.

Um exemplo é o plano do Banco Mundial para integrar — em cooperação estreita com o agronegócio — uma agricultura-inteligente-ao-clima e a adaptação às mudanças climáticas repartindo certificados às comunidades locais para a conservação do solo. Monsanto e outras empresas do agronegócio estão interessadas na agricultura de plantio direto, que já é muito difundida, por exemplo, no Brasil, pois abre novos mercados para herbicidas. Em um projeto piloto sobre a agricultura inteligente ao clima pelo Movimento Green-Belt no Quênia, as mulheres deveriam estar capturando enormes quantidades de CO<sub>2</sub> por meio do reflorestamento. No entanto, o retorno que podem esperar dos certificados depois de anos sequer cobriria seus custos, enquanto consultores e especialistas técnico-científicos ganham imediatamente um bom rendimento deste tipo de resposta aos problemas de mitigação das mudanças climáticas e redução de CO<sub>2</sub> no Norte global (Lang 2011). Geralmente, a lógica de mercado do lucro determina a quantidade e a qualidade da produção, ou seja, uma economia de escala. Essa lógica dá preferência a espécies de crescimento rápido para renda rápida acima das variedades de crescimento lento, e catapulta as mulheres em concorrência com os investidores e os grileiros que investem em plantações de árvores de grande porte, de crescimento rápido e com alta rentabilidade.

Não obstante esse tipo de negócio verde prometa uma situação ganha-ganha para os atores locais anteriormente excluídos e marginalizados, e é posto em marcha através dos retornos da financeirização da proteção das florestas ou terras e o comércio de certificados, ele não proporciona os direitos que constituiriam um cidadania global, nem sequer um poder de decisão que garantiria meios de subsistência sustentáveis para os pobres.

Os proponentes do WED e do GAD argumentam a partir de uma perspectiva liberal para equilibrar as assimetrias estruturais nas economias verdes por meio do gender mainstreaming e do orçamento

para gênero (Schalatek 2009; Kuhl 2012), e resolver as lacunas de gênero no emprego, no salário e no empreendedorismo, bem como na participação no comércio de carbono e no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. No entanto, a partir da perspectiva das economistas políticas feministas, é necessária uma mudança de paradigma a partir de uma dimensão micro e macroeconômica: deve-se conceituar o crescimento inclusivo e pró-pobre de baixo para cima a partir do micronível da subsistência local, das comunidades e da reprodução social ao invés de impor uma criação de valor moldada pelo mercado e pela tecnologia, e ao mesmo tempo focar as políticas macroeconômicas na redistribuição, proteção dos bens naturais e outros bens comuns, e uma estrita regulamentação dos mercados financeiros, do investimento direto estrangeiro e das políticas comerciais (Tandon 2012a).

## **ALTERIZAÇÃO E EXCLUSÃO**

Na crise financeira, onde o capital está à procura de novas áreas de investimento, o aumento da demanda por agrocombustíveis representa um motor para a grilagem de terra e água pelos investidores. Isso implica apropriação e despejo de comunidades locais, bem como a erosão de seus meios de subsistência que estão enraizados no vínculo terra-água-energia e na biodiversidade.

A justificação para a grilagem de terras é que essas áreas são principalmente terras desperdiçadas, subutilizadas ou bens naturais não utilizados de forma eficiente (Behrmann / MeinzenDick / Quisumbing 2012). Elas são definidas como *o outro* para o mercado e sua lógica de eficiência, valor e acumulação de riqueza — uma analogia com a avaliação do trabalho das mulheres como desperdício, na subsistência, no cuidado e na reprodução social e como potencial subutilizado. A “alterização” da terra, da natureza e das mulheres constrói um conjunto hierárquico de valores culturais e mecanismos de externalização, exclusão e expulsão. A construção da inferioridade através da “alterização” legitima a dominação (Plumwood 1996; Kurian / Munshi 2005). No que diz respeito à terra, o investimento e a privatização deverão implicar alta produtividade, criação de valor e ganhos de desenvolvimento que beneficiem a população local marginalizada. Esse raciocínio implica uma desvalorização da agricultura de pequena escala como ineficiente e não rentável, e um desrespeito a outras formas de produção e reprodução. O conceito de terra “desperdiçada” ignora a sua produtividade e uso produtivo como pastagem comum ou jardim “selvagem”, de onde as mulheres coletam plantas, frutas, nozes e forragem. Em particular, as mulheres não proprietárias de terras

dependem significativamente dos bens comuns para acessar a água e a energia para sua provisão diária e para a pequena mercantilização que são capazes de fazer (Federici 2011).

Contudo, o processo de “alterização” embarca numa conversão dos direitos a propriedade coletiva em propriedade privada, o cercamento dos comuns, o patenteamento de material genético, dos organismos vivos e do conhecimento correspondente como propriedade intelectual privada (Wichterich 2009). Aparentemente sem violência e engrenado por contratos de mercado entre iguais, ele estabelece uma hegemonia da lógica de mercado sobre qualquer outra lógica econômica mais incorporada à natureza e às relações sociais morais. Essa é uma solução imperialista à crise econômica e ecológica da globalização neoliberal (Harvey, 2003) baseada no imaginário de igualdade e em uma promessa de situação de ganhador-vencedor para a população local e indígena, proeminentemente incluídas as mulheres.

Expropriação de terras e produção monocultural de azeite de dendê ou pinhão manso (*jatropha*) destroem a biodiversidade, bem como a diversidade de usos da terra. Os pequenos agricultores que plantam variedades locais para os mercados locais e de subsistência são despejados dos solos férteis ou mesmo completamente da agricultura. Essa é a maneira como a demanda por agrocombustíveis, em especial por parte da UE e dos interesses corporativos, deslocam as relíquias da subsistência e as oportunidades de renda dos pequenos agricultores e dos povos indígenas. Meios de subsistência, modos de produção, troca e uso sustentável dos recursos naturais que não estavam completamente submetidos e disciplinados pela lógica capitalista da concorrência, eficiência e lucro — mas que eram parcialmente ainda governados por uma lógica de incorporação social e moral, suficiência e reciprocidade — são minados e marginalizados pela privatização dos recursos e por cadeias de valor mercantilizadas.

## **POLITIZANDO O CUIDADO**

Enquanto ecofeministas como Carolyn Merchant enfatizam e celebram a “maternidade” da vida e da terra como poder feminino, outras feministas recusam essa estereotipagem dos papéis de gênero e a reafirmação do papel das mulheres nas economias não monetarizadas e informais. Sherilyn MacGregor (2010) sugere uma politização do cuidado, incluindo o cuidado com o meio ambiente e a natureza enquadrado numa abordagem de cidadania que visa a distribuição justa do cuidado dentro de cada sociedade. Ela avisa que qualquer essencialização das capacidades e identidades femininas corre alto risco de ser instrumentaliza-

da no contexto das políticas neoliberais de privatização e redução do tamanho da despesa, das provisões e das instituições públicas. Complementarmente a uma distribuição justa e equitativa, do ponto de vista de gênero do trabalho do cuidado, deve ser criado um sistema de serviço público baseado nos direitos e na redistribuição. Um sistema que forneça segurança social universal e não esteja sujeito ao imperativo da eficiência e do lucro, e à lógica de cassino de derivados e fundos de investimento *hedge*.

Uma interface crucial entre a ecologia política feminista e a economia política feminista é considerar esses processos, espaços e pessoas “alterizadas” e subordinadas pela lógica de mercado e de crescimento como chaves para a crítica e a transformação da economia verde neoliberal: a economia do cuidado, as subsistências locais, suficiência e subsistência, o conhecimento não especialista, os bens comuns, o bem público, a natureza, o papel do povo indígena e o papel central das mulheres nele. Um lugar fundamental para a exploração de oportunidades transformadoras e emancipatórias são as múltiplas crises em curso da reprodução social e as lutas em torno dos recursos, conhecimento e territórios, e resistência contra os processos de “alterização”, exploração e exclusão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexander, Nancy/Fuhr, Lili (2012): Privatizing the Governance of “Green Growth”. Heinrich-Boell-Foundation North-America, Washington
- Behrmann, Julia/Meinzen-Dick, Ruth/Quisumbing, Agnes (2012): The gender implications of large-scale land deals, in: *The Journal of Peasant Studies*, Vol 39, no1, 49-81
- Brand, Ulrich/Wissen, Marcus (2012): Global Environmental Politics and the Imperial Mode of Living. Articulations of State-Capital Relations in the Multiple Crisis. In: *Globalizations*, Vol. 9 No. 4, 547-560
- Castree, Noel (2008): Neo-liberalising Nature, in *Environment and Planning A* 40(1), 131-173
- Charkiewicz, Ewa (2009): A feminist critique of climate change discourse. From biopolitics to necropolitics? In: Brand, Ulrich et al. (eds): *Contours of Climate Justice*. Critical Currents 6, Uppsala, 19-25
- DCED (The Donor Committee for Enterprise Development)/BMZ (2012): *Women’s participation in Green Growth – A potential fully realised?* Bonn/Berlin
- European Commission (2011): *A Roadmap for moving to a competitive low-carbon economy in 2050*. Brussels.

- Fairhead, James/Leach, Melissa/ Scoones, Ian (2012): Green Grabbing: a new appropriation of nature? In: *The Journal of Peasant Studies*, Vol 39, No 2, 237-263
- Federici, Silvia (2011): Women, Land Struggles, and the Reconstruction of the Commons. In: *WorkingUSA: the Journal of Labor and Society* 14: 41-56.
- GIZ (2012): Growing Business with Smallholders. A Guide to Inclusive Agribusiness. Commissioned by BMZ, Bonn/Berlin.
- Harcourt, Wendy (ed.) (2012): *Women Reclaiming Sustainable Livelihoods. Spaces Lost. Spaces Gained*, London
- Harvey, David (2003): *The New Imperialism*, Oxford
- Kuhl, Mara (2012): The Gender Dimension of the Green New Deal, study commissioned by The Greens/EFA Group in the European Parliament. [http://www.elisabeth-schroedter.de/themen/green-jobs/green-jobs/GND\\_Kuhl\\_ENGL.pdf/view](http://www.elisabeth-schroedter.de/themen/green-jobs/green-jobs/GND_Kuhl_ENGL.pdf/view)
- Kurian, Priya/Munshi, Debashish (2005): Negotiating Human-Nature Boundaries, Cultural Hierarchies and Masculinist Paradigms of Development Studies in: Bhavani, Kum Kum (ed.): *Feminist futures. Re-imagining women, culture and development*, New Delhi/London, 146-159
- Lang, Chris (2011): What's wrong with forest carbon finance? The Greenbelt Movement lists the problems. Online publication: [www.redd-monitor.org/2011/12/07/whats-wrong-with-forest-carbon-finance-the-green-belt-movement-lists-the-problems](http://www.redd-monitor.org/2011/12/07/whats-wrong-with-forest-carbon-finance-the-green-belt-movement-lists-the-problems) (26.03.2013).
- McAfee (1999): Selling nature to save it? Biodiversity and the rise of green developmentalism, in *Environment and Planning D: Society and Space* 17 (2), 133-154
- McAfee, Kathrin (2011): Nature in the Market-World: Social and Development Consequences and Alternatives, [www.unrisd.org/80256B42004CCC77/\(httpInfoFiles\)/3F9726366CFA71A6C12579210032B07B](http://www.unrisd.org/80256B42004CCC77/(httpInfoFiles)/3F9726366CFA71A6C12579210032B07B)
- Plumwood, Val (1996): Inequality, ecojustice, and ecological rationality, in Dryzek, J./Schlossberg, D (eds): *Debating the Earth: The Environmental Politics Reader*, Oxford, 559-583/\$file/1-2%20McAfee.pdf (20.03.2013)
- Mellor, Mary (2009): Ecofeminist Political Economy and the Politics of Money, in: Salleh, Ariel (ed): *Eco-Sufficiency & Global Justice*. London/New York, 251-268
- Porter, Doug/Craig, David (2004): The Third way and the Third world: poverty reduction and social inclusion in the rise of inclusive liberalism, in: *Review of International Political Economy* 11(2): 387-423.

- Rocheleau, Dianne / Thomas-Slayter, Barbara / Wangari, Esther (Hrsg.) (1996): *Feminist Political Ecology: Global Issues and Local Experiences*. London.
- Royal Tropical Institut et al. (2012): *Challenging Chains to change. Gender equity in agricultural value chain development*, Amsterdam
- Salleh, Ariel (2009): *From Eco-Sufficiency to Global Justice*, in: Salleh, Ariel (ed): *Eco-Sufficiency & Global Justice*. London/New York, 291-313
- Schalatek, Liane (2009): *Gender and Climate Finance: Double mainstreaming for Sustainable Development*. Heinrich-Böll-Stiftung, Washington
- Tandon, Nidhi (2010) *New agribusiness investments mean wholesale sell-out for women farmers*. In: *Gender & Development* 8(3): 503-515
- Tandon, Nidhi (2012a): *Empowerment of Women in a Green Economy in the Context of Sustainable Development and Poverty Eradication*. UN-Women Paper for Rio+20 and the Green Economy. Toronto.
- Tandon, Nidhi (2012b): *First Casualties of the Green Economy – Risks and Losses for Low Income Women*. In: *Development* 55(3): 311-320.
- The World Bank (2007): *Gender and Equality as Smart Economics. Action Plan 2007-2011*. Washington D.C.
- The World Bank (2011): *World Development Report 2012. Gender equality and Development*. Washington D.C.
- UNEP (2011): *Towards a Green Economy. Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*. Online publication: [www.unep.org/greeneconomy](http://www.unep.org/greeneconomy)
- Unmüssig, Barbara/Sachs, Wolfgang/Fatheuer, Thomas (2012): *Critique of the Green Economy. Toward social and environmental equity*. Heinrich-Boell-Foundation [http://www.boell.de/downloads/Critique\\_of\\_the\\_Green\\_Economy.pdf](http://www.boell.de/downloads/Critique_of_the_Green_Economy.pdf)
- UNRISD (2012): *Social Dimensions of Green Economy, Research and Policy Brief 12*. Geneva.
- Wichterich, Christa (2012): *The future we want*. Heinrich-Böll-Foundation <http://www.boell.de/publications/publications-the-future-we-want-publication-14180.html>



# MULHER E NATUREZA

*Dos sentidos da dominação no capitalismo e no sistema patriarcal*<sup>1</sup>

MARIA BETÂNIA ÁVILA<sup>2</sup>

## **A NATUREZA NA LÓGICA DO SISTEMA CAPITALISTA E PATRIARCAL, E A CONSTRUÇÃO DAS HIERARQUIAS HUMANAS**

Os sistemas capitalista e patriarcal não são exatamente dois sistemas separados: eles coexistem. Quando falamos de capitalismo e patriarcado, estamos fazendo uma separação para fins analíticos, no sentido de esclarecer que há um sistema de poder que se estrutura a partir do capital e do poder masculino. Mas, na verdade, as coisas não funcionam separadas. Não há aqui o poder do capitalismo e em outro lugar o poder do patriarcado; eles estão imbricados, são coextensivos. Em relação à natureza, uma concepção fundante desses dois sistemas de poder é a da natureza como algo a ser dominado. É do princípio da própria formação capitalista a proposição de dominar a natureza, e do princípio também patriarcal a dominação da natureza. E essa é uma dimensão que está imbricada, e que, justamente, é parte da coextensividade entre capitalismo e patriarcado.

Na proposição de dominação da natureza está embutida a de dominação das mulheres, pois, do ponto de vista patriarcal, as mulheres são uma dimensão da natureza, e o sistema capitalista teve nessa dimensão ideológica uma base fundamental para construir a divisão sexual do trabalho. Ser parte da

<sup>1</sup> Texto adaptado pela autora de artigo original, de mesmo título, publicado em: ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera (orgs). Mulheres, trabalho e justiça socioambiental. Recife : SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010

<sup>2</sup> Maria Betânia de Melo Ávila é doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pesquisadora e coordenadora de relações institucionais do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia.

natureza diz respeito a todos os seres humanos; o problema com a associação entre mulher e natureza é que isso significa, na ideologia patriarcal/capitalista, que, como parte da natureza, as mulheres devem ser dominadas e domesticadas. Inclusive, usa-se o próprio conceito de domesticação da natureza assim como se usa o conceito de domesticação das mulheres nos textos dos “pais” fundadores da visão de mundo que sustentou ideologicamente a formação desse sistema.

Se analisarmos os textos mais antigos de filósofos, juristas e mentores ideológico-filosóficos do Iluminismo, encontraremos muitas definições claramente desse tipo. Sofia, disse Rousseau, *“deveria ser como mulher o que em perfeição é Emílio como homem, e, para chegar a isto, é necessário examinar o caráter que a natureza deu a seu sexo”*. Essa citação é retirada do livro de Mary Wollstonecraft (1977), cujo original foi escrito em 1792, em que ela inicia a desconstrução das teorias iluminadoras da nova cidadania, que definem que as mulheres são diferentes e desiguais dos homens. Menores por natureza, pois não alcançam a maior idade que só a razão oferece, devem as mulheres estar submetidas aos homens e restritas aos espaços privados. De uma maneira simplificada, é esse o núcleo do pensamento de muitos filósofos e teóricos que estavam empenhados na definição de uma nova ordem para as relações sociais.

A perspectiva de dominação da natureza persiste historicamente. Ela está presente em tudo que vemos em textos e imagens sobre o super-homem, o homem poderoso, que é aquele que enfrenta e domina a natureza. Inclusive toda mitologia ocidental está construída assim: o herói é aquele que vem e domina a natureza, domina populações em geral e escolhe a mulher que quer. Toda a construção do ideário patriarcal sobre o homem está sustentada nisso: no homem forte e dominador. Se assistimos hoje, por exemplo, na televisão, a uma propaganda de um carro esporte ou um para viagens no campo, observamos que o ressaltado é a potência, o poder do motor de tantas cilindradas, os pneus superfortes, e esses elementos juntos formam, na mensagem, uma força sem limites, sob o controle de um homem na direção. O sentido embutido na mensagem é que eles – o homem e o carro – podem dominar tudo por onde passarem. Na verdade, o que se vê é que por onde passam eles destroem ou têm capacidade potencial para isso. Quando passam por uma mata que tem plantas rasteiras, flores etc., vão por cima de tudo; quando passam por um rebanho, eles, sem nenhum pudor, atravessam pelo meio da caminhada dos animais. Como sempre, são o homem, a máquina e a dominação que criam uma lógica do que é a relação com a natureza. Há uma lógica inclusive na origem do sentido do desenvolvimento da produção e das tecnologias modernas, que está muito mais voltada para manutenção das relações de poder e dominação do que para uma perspectiva de libertação humana, como defendiam os iluministas.

Os homens não são da natureza; os homens são da cultura, do espaço público. As mulheres são da natureza e do espaço privado. Essa é a lógica que sustenta a reprodução das relações de gênero e que está na base e na origem da construção desse sistema capitalista e patriarcal, dentro de um sentido hierárquico, em que os humanos estão em um plano superior e a natureza, em um plano inferior. Só que para os humanos também há uma hierarquia. Há os humanos da cultura e os humanos da natureza, como já vimos.

Quando os colonizadores chegaram à América, vieram explorar a natureza e dominar os seus habitantes, considerados seres inferiores. Podemos ver que, até hoje, a luta de resistência dos povos indígenas significa também uma luta contra a destruição da sua cultura, que continua sendo vista pela ideologia dominante como algo que tem de ser continuamente combatido, no sentido de ser totalmente destruído. Os objetivos, que em determinado período histórico, iniciado no século XV, levaram à invasão do território chamado América, mantêm até hoje, em alguma medida, as heranças colonialistas, na relação entre países do norte e do sul. Mas podemos também perceber uma luta de resistência, uma crítica profunda à lógica mercantilista e destruidora da natureza. Nessa resistência está contida outra visão de relação com a terra e o meio ambiente, da qual podemos apreender elementos fundamentais para a construção de novas alternativas para a produção da vida em comum. Os povos originários da América foram violentamente explorados e, em muitos casos, eliminados por terem sido considerados parte da natureza, portanto, seres inferiores, não aptos ou não funcionais para o capitalismo. Foram vistos como não dotados de cultura, dado que cultura, assim considerada, seria uma cultura ocidental, branca, do homem europeu. Creio que isso é uma questão que deve estar sempre presente em nossas análises críticas para entendermos que a luta contra uma dominação simbólica e material está sempre ligada a uma redefinição de sentido e de lógica das coisas. Por isso é tão importante o que foi colocado pelas outras expositoras, que é a ideia de irmos recuperando as lógicas locais, dos territórios, as lógicas que diferem do pensamento hegemônico que se impõe sobre o cotidiano da nossa vida.

## **A LÓGICA PRODUTIVISTA E A MERCANTILIZAÇÃO COMO DOMINAÇÃO DA NATUREZA**

Temos também de questionar, por outro lado, uma abordagem que aparece com frequência nos debates sobre feminismo e ecologia que, apesar de se pretender como de valorização das mulheres, tem como ori-

gem a mesma concepção essencialista da relação feminino/mulher, na qual as mulheres são vistas como mais próximas da natureza do que o homem. Ora, os homens e as mulheres são parte da natureza, então por que fazer essa nova qualificação de proximidade que recria e reproduz elementos estruturantes das desigualdades de gênero? É fundamental estarmos mais próximas e integradas à natureza, isso é desejável para as mulheres e os homens, na construção de outra maneira de organizar a vida em comum. Mas nós não podemos voltar para uma perspectiva biologizante, pois não podemos ser coniventes com uma concepção de relação cuja dinâmica está organizada da seguinte forma: os homens destroem a natureza e as mulheres refazem o meio ambiente. Isso interessa à reprodução desse sistema, ao seu objetivo de mercantilização da vida e que leva a formas instrumentais de utilização do trabalho das mulheres.

Nós temos de reconstruir o que já foi destruído e danificado, temos de produzir sem destruir, mas qual é o conceito que temos de uma relação de integração e de proximidade? Penso que, mais do que proximidade, é o conceito de integração que deve ser aprimorado, porque somos parte dessa natureza, parte do planeta. Portanto, como é que nós vamos pensar isso, como é que vamos conceituar isso na nossa relação com a natureza?

O conceito de preservação já foi muito pervertido para servir aos interesses da acumulação capitalista, para sustentar a lógica produtivista e consumista. Porque o que se anuncia o tempo todo como discurso dominante, e os meios de comunicação privados divulgam isso incessantemente, é que preservar é assim: você destrói milhares de hectares e preserva um pequeno pedaço de mata no topo de um morro. Ou então: você continua destruindo a natureza nos países de capitalismo avançado e coloca sobre os países mais pobres os custos da devastação. Há ainda modalidades que destroem e reconstróem, desfigurando o meio ambiente e criando desolação no planeta, como é o caso de destruir florestas nativas e plantar imensas áreas de monocultura, com base na justificativa de recurso renovável. Nós temos de preservar o planeta e as vidas humana e animal. Então, exige-se um exercício mais profundo de lógica, mas de luta também.

O capitalismo está atingindo patamares jamais alcançados de acumulação, ou seja, o capitalismo alcançou atualmente o maior grau de acumulação da sua história. Tão grande que está criando uma defasagem profunda entre a capacidade de acumular riqueza e a capacidade de redistribuir em um patamar que possa alimentar a relação entre produção e consumo em níveis funcionais para o sistema, o que implica em produção e superação de crises como parte estrutural do seu funcionamento. O que podemos perceber é que o grau de desigualdade se aprofundou e a fome também.

A pluralidade dos sujeitos políticos e de suas lutas permitiu o aprofundamento da crítica a esse sistema. Por exemplo, a crítica à lógica produtivista que sustenta esse sistema está sendo radicalmente (no sentido ir a suas raízes) reformulada a partir da teoria crítica, mas avançando ou reestruturando toda a formulação em termos da relação entre produção e desenvolvimento, no sentido de combater qualquer relação hierárquica entre produção, reprodução e meio ambiente. A lógica do mercado está assentada numa lógica produtivista, claro, porque cada vez se produz mais, e cada vez tem de se vender mais, e aí se faz uma hierarquia: cada vez são produzidos mais tantos bens caríssimos e, para cada produto caro, agora são feitos milhões de produtos semelhantes na aparência e de baixa qualidade para o consumo massificado. Na lógica de mercado, a inclusão social se faz pelo consumo. Há uma produção incessante de novas necessidades.

Essa inclusão pelo consumo pressupõe a desqualificação da cidadania. Para combater isso, temos de nos confrontar com o poder econômico, com o poder político, mas também temos de nos confrontar com alguma coisa dentro de nós mesmas. Temos de subverter nossa lógica interior, mexer na nossa dimensão subjetiva, superar sentimentos tão amplamente compartilhados de que só somos felizes se podemos consumir tudo que é colocado à nossa disposição pelo sistema. Subverter a relação entre felicidade e consumo. Mudar os hábitos de consumo baseados na prática de adquirir o que não precisamos porque está barato na promoção. Tudo que é bonito na vitrine e considerado barato se torna uma armadilha.

Existem aqueles raciocínios que são usados como forma de autodesresponsabilização. Diz-se: “*O que é que adianta? Se eu não compro, outra pessoa vai comprar*”, mas se eu não comprar vai diminuir, pois eu estarei me juntando às pessoas que estão resistindo ao consumismo desenfreado. E depois, a questão é se eu quero estar sendo o tempo todo manipulada por esse sistema. É uma questão de diminuir o consumo, mas é também de recuperação de autonomia, de sentido para nossa própria vida, a partir de valores solidários e libertários. Os meios de manipulação são variados. Você liga a televisão para ver um jornal, lá vem a manipulação, a mensagem que diz que se você não tem um determinado objeto você está excluída do padrão exigido. Temos, portanto, um exercício também interno na dimensão subjetiva de lidar com essas coisas. Temos de compartilhar nossa visão crítica com as pessoas que estão na nossa convivência cotidiana, com a comunidade em que vivemos. Essa resistência se faz por meio da ação coletiva e também de cada um de nós. Isso nos leva justamente a pensar na relação dialética entre sujeito individual e sujeito coletivo.

A lógica da mercantilização é vorazmente defendida e aplicada pelos setores que detêm o poder econômico e político na esfera mundial. A proposta contra a qual estamos lutando é de mercantilizar tudo, até coisas que nunca imaginamos, como as fontes e os cursos de água. As minas já eram, assim como as pedras “preciosas”, petróleo e outras coisas mais. Elementos presentes no solo do planeta onde todos habitamos, já são, na grande maioria das vezes e dos países, privatizados. Mas hoje se chega a um grau de privatização e mercantilização da natureza e dos bens comuns que ameaça o planeta e a continuação da vida. A mercantilização dos corpos das mulheres também tem sido reforçada e realizada a partir de novas formas de manipulação e controle.

Nessa lógica, tudo se transforma em escala industrial. Tudo vira um produto para se vender. Anuncia-se a venda de novos corpos da mesma maneira que se anuncia a venda de um vestido. Muda-se o curso dos rios e os peitos das mulheres como parte de uma mesma configuração das novas fronteiras da relação mercantil. As formas dos corpos humanos entram e saem da moda, sobretudo das mulheres, mas não só, exigindo novas intervenções cirúrgicas. Em um momento, a moda são mulheres sem peito; em outro momento, com muito peito; uma hora é cabelo cacheado, outra hora é cabelo liso. Então o corpo entra na moda, e cada vez que o corpo entra na moda, uma nova tecnologia entra em ação, e a transformação dos corpos entra em escala industrial. As clínicas de cirurgia estética são lugares altamente lucrativos. E as tecnologias, que deveriam ser desenvolvidas para amenizar sofrimentos humanos, são, predominantemente, pensadas e desenvolvidas para fins lucrativos. Há pessoas que vemos na televisão, na revista ou na rua e não reconhecemos porque mudaram tanto sua forma visual que perderam o seu jeito próprio de ser. Essa lógica não vai parar se a gente não lutar contra ela do ponto de vista simbólico, material e subjetivo.

Recentemente, notícias dadas pela televisão, uma na sequência da outra, me chamaram a atenção pela incongruência contida na relação entre elas. A primeira notícia era de que o Brasil desperdiça em torno de 64% dos seus produtos hortifrutigranjeiros por conta da maneira inapropriada de transportá-los. Em seguida, vem outra notícia, que os produtores agrícolas da França estavam queimando toneladas e toneladas de alimentos para forçar o aumento de preço. Uma três notícias depois, falava-se que os cientistas estão dizendo que se for mantido esse grau de aumento de população, que já baixou e tem baixado no mundo inteiro (mas isso não foi dito), e se não forem desenvolvidas mais tecnologias de produção de alimentos, em tantos anos teremos um déficit alto de alimentos no mundo. Percebam que nas duas primeiras notícias estão falando de desperdício da produção. Em um país, por falta dos meios

de transportar os produtos de maneira segura e, no outro país, joga-se, literalmente, fora a produção para forçar o aumento do lucro. Na notícia posterior, fala-se da ameaça de déficit de alimentos e da necessidade de aumentar produção. Essa é a lógica que produz atualmente a fome, porque a produção dos alimentos está predominante e mundialmente voltada para a acumulação da riqueza, e não para as necessidades da reprodução humana.

Rebanhos de gado bovino já foram totalmente dizimados em vários países para manter ou aumentar o preço da carne. O pior é que esses fatos foram naturalizados, pois se repete sempre a mesma explicação ou justificava que leva a crer que esta é a única forma possível de organizar o modo de produção e distribuição. As pessoas escutam isso na televisão, mas não se assustam, inclusive não fazem essa conta entre percentuais e a ligação entre uma notícia e outra. A visão fragmentada sobre a realidade social serve como sustentação para a reprodução dessa ordem das coisas.

## **A VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Outra questão que quero levantar é sobre o desequilíbrio que existe hoje em termos do meio ambiente no planeta e os impactos das catástrofes que penalizam, sobretudo, as populações mais pobres e despossuídas dos meios necessários para uma vida com qualidade. E, dentro dessa realidade, são as mulheres as mais atingidas.

Primeiro, o impacto causado diretamente sobre a vida das pessoas, quando se trata de catástrofes, também está muito naturalizado, porque parece que é absolutamente por acaso. É preciso, antes de tudo, ver que as catástrofes estão aumentando de frequência e proporções como resultado das formas destrutivas de intervenção humana sobre a natureza. Também não é por acaso que essas ocorrências atingem mais uma determinada população do que outra. E porque, em geral, as populações mais atingidas são aquelas que estão justamente nos lugares de risco, nos lugares mais devastados. Portanto, não é uma coincidência que, quando chegam os furacões, as enchentes e os terremotos, as pessoas que morrem e perdem suas moradias sejam sempre aquelas que contam com meios já muito precários de sobrevivência. Obviamente que há sempre um impacto geral sobre toda população de uma região e pessoas mais abastadas podem ser também atingidas, mas aqui estou falando das recorrências, do que predomina. Entre uma mansão e um casebre, há uma defasagem desproporcional no grau de segurança da constru-

ção e do entorno, mesmo que estejam em áreas não tão distantes. As tecnologias empregadas nos países chamados “ricos” e sujeitos a terremotos não é a mesma que os/as habitantes dos países chamados pobres têm acesso. Se a população burguesa morar em um local alto da cidade, esse lugar será todo calçado, estruturado e saneado. Mas a população pobre, em geral, quando mora nos altos, convive com a falta de infraestrutura que assegure a proteção contra as catástrofes.

Sobre as mulheres serem as mais atingidas quando ocorrem os desastres ecológicos, isso se deve também ao fato de serem elas as responsáveis pela manutenção da vida cotidiana. E, dentro de um contexto de escassez e reconstrução, recaem também majoritariamente sobre elas as tarefas de produzir os meios de manter a sobrevivência. Se acabar a lenha das cercanias da casa, é ela quem vai caminhar muito mais para buscar. Se acabar a água do poço, é ela quem vai caminhar muito mais. Quando acontecem as destruições, são elas que vão trabalhar muito mais para tornar possível a manutenção da vida no dia a dia.

## **O TRABALHO REPRODUTIVO E O SUSTENTO DA VIDA COTIDIANA**

Por isso quero tratar, como última questão, da necessidade de valorização do trabalho reprodutivo. O trabalho doméstico, que é a forma que toma o trabalho reprodutivo na sociedade capitalista (KERGOAT, 1998), é aquele que sustenta a reprodução da humanidade. Esse trabalho não é valorizado porque não produz mercadoria e, portanto, não gera lucro. Essa é a questão colocada pelo pensamento econômico hegemônico. É necessário, assim, questionar a lógica da mercantilização e aquilo que tem valor. Outra concepção de valor tem de ser construída a partir daquilo que produz o bem para a vida humana. A divisão sexual do trabalho, que atribui aos homens o trabalho produtivo e às mulheres, o reprodutivo, confere também uma ordem hierárquica do primeiro sobre o segundo (KERGOAT, 2001). As mulheres inseridas no mercado formal ou informal do trabalho são também, majoritariamente, as responsáveis pelo trabalho doméstico. Disso decorre uma jornada extensa e intermitente no cotidiano, formada de trabalho produtivo e reprodutivo, em geral denominada de dupla jornada.

Não existem, via de regra, políticas públicas para a conciliação entre essas duas esferas de trabalho e, como o compartilhamento do trabalho reprodutivo entre as mulheres e os homens é desigual e, em alguns contextos, quase inexistente, a situação se reproduz, afetando, inclusive, a capacidade de as mulheres construírem suas carreiras profissionais e políticas. O mercado, mais uma vez, oferece tecnologias

para resolver o problema no cotidiano, todas voltadas à utilização pelas mulheres, segundo a forma como são anunciadas. A lógica é a de que a mulher tem de estar cada dia mais envolvida na produção, para ganhar dinheiro, se manter o tempo todo responsável pela reprodução, e conciliar isso como uma tarefa só sua, apoiada nas novas tecnologias. A figura da empregada doméstica é também frequente nas propagandas sobre produtos para o espaço doméstico. Então, no modelo que é veiculado para as classes média e alta, cada pessoa da família deve ter seu próprio carro e ter em casa todos os eletrodomésticos disponíveis no mercado. O cuidado com as pessoas não conta nesse modelo como algo necessário e importante, e que só pode ser feito em uma relação entre pessoas.

As mulheres de classes média e alta repassam, em alguma medida e/ou em grande medida, para outras mulheres – as empregadas domésticas – as tarefas do trabalho doméstico ou reprodutivo. Em pesquisa que realizei sobre o tempo de trabalho das empregadas (ÁVILA, 2010), constatei que, quanto mais tecnologia há, mais elas trabalham. Por exemplo: a máquina de lavar roupa libera o tempo para a empregada assumir outras tarefas, mas é ela que separa a roupa, regula a máquina e passa o ferro na roupa lavada. Mas o que eu quero questionar aqui é o fato de que as tecnologias não possibilitam a liberação do tempo do trabalho remunerado, mesmo no doméstico, pois ele está também regulado pela lógica da exploração. Nesse caso, o conceito de exploração não pode ser tomado no mesmo sentido do trabalho produtivo. Desenvolver teoricamente a forma de exploração contida no trabalho doméstico é uma tarefa em curso no desenvolvimento do pensamento feminista.

Torns (2002) afirma que são lógicas diferentes que regem o trabalho produtivo e o reprodutivo. A lógica produtiva é diacrônica, linear. A lógica do trabalho reprodutivo é sincrônica, o tempo se estende, as tarefas não se repetem da mesma maneira. Pode-se dar comida a uma criança em 15 minutos, pode-se dar comida a uma criança em meia hora, depende das circunstâncias em que se encontra essa criança. Ou, então, pode-se fazer um almoço em 30 minutos, mas pode-se também fazer em uma hora, dependendo da quantidade das pessoas, dependendo do que se vai fazer. As tarefas do trabalho reprodutivo estão definidas e redefinidas pelas necessidades particulares das pessoas dentro de um contexto familiar doméstico.

Quero frisar isso e dizer que temos de pensar conceitos, pensar em como definir e explicar as relações e os processos sociais. O que quero dizer com conceituar? Por exemplo: emergiu nos espaços dos movimentos sociais, do Fórum Social Mundial, a partir dos povos indígenas da América, o conceito de “bem viver”. A partir dele, definem-se outras formas de organização da vida social, da vida em co-

mun. Definem-se outras formas de relação entre produzir e reproduzir, em que talvez nem caiba essa separação. Outra visão da natureza e da relação com a terra e o planeta. Outra visão da relação entre materialidade e espiritualidade. Podemos perguntar: como as trabalhadoras rurais, as camponesas, que estão na agricultura familiar, concebem a relação da organização da vida em comum e, dentro disso, a relação entre produção e reprodução?

É importante pensarmos criticamente. Por meio da organização coletiva é possível formular e debater novas formas de organizar a vida em comum que apresentem novas possibilidades. Dessas várias reflexões, podem emergir ou visibilizar contradições que vão rompendo com a lógica de um pensamento dominante.

Penso que isso é uma tarefa para o movimento feminista, para o movimento por justiça socioambiental. Cada vez mais temos de encontrar os pontos de conexão entre as várias lutas. Creio que tanto o feminismo como os movimentos ecológicos têm como perspectiva a justiça socioambiental e podem, de uma maneira mais profunda, contestar a lógica que está aí, porque podem questionar o pensamento crítico que não colocou em questão o produtivismo, a dominação das mulheres, da natureza, e dos povos originários. Os movimentos indígenas estão entrando no âmago, na coisa mais profunda de outra perspectiva de sociabilidade, de socialização ou de relações humanas. Os movimentos feminista e das mulheres negras entram no âmago dos imbricamentos do sistema de dominação e exploração capitalista/patriarcal/racista. É da confluência das lutas e da capacidade de construirmos pensamento crítico por meio do diálogo que, em um movimento dialético, podemos avançar na construção de outro mundo possível.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KERGOAT, Danièle. La division du travail entre les sexes. *In*: KERGOAT, J. *et. al.* (Dir.). **Le monde du travail**. Paris : La Découverte, 1998, p. 319-327.

\_\_\_\_\_. Le rapport social de sexe – De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. *In*: **Les rapports sociaux de sexe**, Actuel Marx. n. 30. Paris : Presses Universitaires de France, Deuxième semestre, 2001, p. 85-100.

TORNS, Teresa. El tiempo de trabajo de las mujeres: entre la invisibilidad y la necesidad. *In*: CAR-

RASCO, M. Cristina. **Tiempos, trabajos y género**. Barcelona : Publicacions y Ediciones UB, 2002, p. 133-147.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Vindicacion de los derechos de la mujer**. Tribuna Feminista Editorial Debate, 1977, Madrid.

**FEMINISTAS CONTRA O RACISMO**



# REFLEXÕES SOBRE IGUALDADE DE GÊNERO E A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

ALEXANDRA SPIELDOCH<sup>1</sup>

A Conferência Rio+20 “O Futuro que Queremos” ocorreu no Rio de Janeiro, Brasil, em junho de 2012. Foi organizada para retomar os resultados que foram alcançados desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), também conhecida como a Cúpula da Terra, em 1992, e abordar desafios presentes e futuros que estão minando o desenvolvimento sustentável. Há vinte anos, a Cúpula da Terra e seu documento final, a Agenda 21, injetaram um otimismo que levou a uma década de conferências da ONU, incluindo a Conferência das Mulheres da ONU em Pequim em 1995, e conjunto das Cúpulas mundiais dos anos noventa. Em 2000, os governos reafirmaram seu compromisso com o desenvolvimento sustentável ao adotar a Declaração do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), que eram indicadores e referências importantes para alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável. Seria fantástico poder dizer coletivamente que, como resultado desses esforços e de outros nos níveis nacional e regional, o desenvolvimento sustentável caminhou numa direção positiva. Mas ao contrário, é amplamente reconhecido que estamos muito distantes de onde precisamos estar.

A Rio+20 tinha uma grande agenda a cumprir para abordar preocupações diversas. E os líderes dos países foram enfaticamente acusados pelos grupos da sociedade civil de ignorarem as causas que estão na raiz dos problemas do mundo de hoje ao promover a “economia verde”, que foi amplamente percebida

<sup>1</sup> Alexandra Spieldoch é Diretora Executiva de Compatible Technology Internacional (CTI), com sede em St. Paul, Minnesota. CTI desenha, desenvolve e distribui soluções acessíveis de tecnologia para pequenos agricultores nos países em desenvolvimento. É conselheira sobre gênero e segurança alimentar do Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade do Sussex.

da como uma “maquiagem verde” para um modelo de crescimento insustentável. A Conferência falhou em fazer uma conexão mais forte entre os direitos das mulheres e o meio ambiente e em trazer mais expertas e ativistas mulheres para o diálogo oficial e a estrutura da reunião. Enquanto ecologia feminista e gênero e desenvolvimento sustentável eram centrais na Cúpula da Terra e sua Agenda 21<sup>2</sup>, na agenda oficial da Rio+20 foram praticamente invisíveis (Wichterich: 2013).

As participantes do Território Global das Mulheres da Cúpula dos Povos, um espaço alternativo à Cúpula da ONU, denunciaram os resultados oficiais, posicionando-se contra a “financeirização da natureza e o aprofundamento da produção e do consumo desiguais e insustentáveis”.<sup>3</sup> O Women’s Major Group (grupo de Mulheres para representação na ONU), que acompanhou a Comissão da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (CSD) no processo oficial desde a Cúpula da Terra original, também propôs uma declaração crítica no final da Conferência: “Dois anos de negociações culminaram em um resultado na Rio+20 que traz quase nenhum progresso para os direitos das mulheres e os direitos das próximas gerações ao desenvolvimento sustentável” (Women’s Major Group Final Statement: 2012). Os governos não incluíram os direitos reprodutivos das mulheres, apesar de que estes sejam parte da Agenda 21. Nenhum compromisso forte foi feito no sentido de priorizar os direitos das mulheres à terra, à propriedade, à herança e ao controle de recursos naturais que são a base de sua subsistência. Não houve menção à conexão entre mudança climática e gênero. E não houve referência ao consentimento livre, prévio e consentido das comunidades onde o investimento esteja sendo considerado.

Assim, a Rio+20 não realizou seu potencial. O Documento final da Conferência, *O Futuro que Queremos*, carece de linguagem forte, e os governos se comprometeram com muito pouco. De algumas formas importantes, os governos inclusive retrocederam em compromissos existentes, particularmente aqueles referentes aos direitos humanos. O que sim concordaram foi em estabelecer uma agenda de desenvolvimento pós-2015 que seja mais compreensiva e mais centrada nos povos. Em geral, eles expressaram seu apoio aos valores de direitos humanos, à igualdade e à sustentabilidade em uma agenda global de desenvolvimento. Também reconheceram que a violência de gênero é uma das piores formas de desigualdade e discriminação. E se comprometeram a desenvolver Objetivos de

<sup>2</sup> O capítulo 24 da Agenda 21 está inteiramente focado na Ação Global para as Mulheres rumo ao Desenvolvimento Sustentável. E 178 países o adotaram.

<sup>3</sup> Final Declaration from the Global Women’s Territory: **Feminist positioning in face of Rio + 20** June 19, 2012.

Desenvolvimento Sustentável (ODSs) que, em teoria, partirão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tornando-os mais relevantes aos desafios contemporâneos. Por um lado, há uma oportunidade de fortalecer o paradigma de desenvolvimento internacional, e dentro deste, assegurar que os direitos das mulheres, a igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável sejam priorizados. Por outro lado, poucos grupos pelos direitos das mulheres estão de fato acompanhando este processo e os recursos são limitados.

## **BREVE HISTÓRICO SOBRE DIREITOS DAS MULHERES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Em 1992, o Congresso Mundial das Mulheres por um Planeta Saudável, que incluiu 1500 mulheres de 83 países e foi liderada pela organização Women's Environment and Development Organization (WEDO), redigiu uma Agenda 21 de Ação das Mulheres que ofereceu recomendações em todos os temas centrais. Ativistas pelos direitos das mulheres tinham clareza naquele momento de que o empoderamento das mulheres é essencial para a realização da equidade entre os países e dentro deles. Elas propuseram um código universal de ética e lei internacional, baseada na igualdade, no respeito aos seres humanos e a outras espécies e na diversidade biológica e cultural. Elas pediram pela contabilidade do trabalho de cuidado das mulheres. Elas questionaram os impactos negativos de políticas macroeconômicas nas nações mais pobres e nas mulheres e crianças. Elas exigiram os direitos das mulheres ao acesso à terra, aos serviços básicos e aos recursos relacionados à alimentação e à energia. Elas questionaram as políticas e programas populacionais impostos de cima que são desrespeitosos dos direitos das mulheres tais como garantidos na Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW). Elas contestaram os impactos da engenharia genética, da biotecnologia e do patenteamento de formas de vida nas pessoas e no meio ambiente. Elas expressaram sua rejeição ao racismo ambiental. E propuseram recomendações para maior coerência entre políticas e prática de instituições globais (Women's Action Agenda 21:1992).

Em 1992, as ativistas conseguiram fazer as conexões conceituais e práticas entre os direitos das mulheres e o meio ambiente. Mas alguma coisa aconteceu – ou não aconteceu – nos anos que se seguiram. Apesar de que as redes pelos direitos das mulheres floresceram nas várias Conferências da ONU

nos anos 90, elas perderam seu foco analítico no meio ambiente. Por volta de 1995, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e as Instituições de Bretton Woods determinavam a direção das políticas globais, minando os tratados e convenções internacionais de direitos humanos e meio ambiente existentes, reforçando relações coloniais entre os chamados Norte e Sul. Uma fé cega foi concedida à globalização e ao crescimento determinado pelo mercado para resolver problemas em relação a desenvolvimento internacional. Infelizmente, a conexão substantiva entre os direitos das mulheres, as relações (de poder) de gênero, a ecologia, a economia e o meio ambiente estava sendo substituída por adicionar temas polêmicos ou abordagens de *gender mainstreaming* (transversalidade de gênero) a um modelo de crescimento equivocado (Wichterich: 2013). Por volta do ano 2000, quando os ODMs foram redigidos, ainda menos grupos de mulheres estavam ativamente envolvidos no acompanhamento da Cúpula da Terra.

Nesse contexto, não chega a ser surpreendente que dentro dos ODMs, gênero seja definido de forma especialmente limitada. Por exemplo, o ODM3 sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres inclui somente um objetivo sobre educação, bem como indicadores restritos sobre representação política das mulheres e emprego (UNDG:2010). Da maneira como formulados, os direitos das mulheres parecem ter pouco a ver com outros indicadores relacionados ao meio ambiente, à pobreza, à fome e à governança, por exemplo. Isto foi criticado globalmente logo após os ODMs serem adotados.

Tampouco há qualquer referência aos impactos de gênero da macroeconomia, apesar de que as tendências globais nesse campo, de muitas maneiras, minaram os ganhos potenciais das mulheres e das meninas.

É extremamente problemático que os ODMs “não tenham abordado as causas principais da pobreza, mais especialmente a desigualdade das mulheres, o que teria tornado possível que os objetivos fossem verdadeiramente transformadores” (Action Aid: 2012). Há outro problema, não específico dos ODMs em si, o fato de que depois de anos do comprometimento dos governos com os direitos das mulheres, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, eles não tenham vontade política para cumprir suas promessas – eles falharam amplamente em coletar dados desagregados por sexo, em incorporar a perspectiva de gênero em seus programas, em designar fundos e implementá-los nacionalmente.

## **AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015**

O acordo entre os governos na Rio+20 deveria facilitar o marco para uma agenda de desenvolvimento pós-2015 com um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em seu cerne. Em relação ao “marco”, as estruturas oficiais foram estabelecidas. No entanto, não está claro como esses esforços se alinham para desenvolver uma agenda de desenvolvimento pós-2015 e os ODS. As críticas a isso vão no sentido de argumentar que estes processos paralelos são não somente confusos, como poderiam levar a uma “fadiga de políticas” e atrapalhar o potencial para o progresso de um conjunto de objetivos globalmente apropriados (NGLS:2013).

Algumas reflexões e recomendações interessantes emergiram desses vários processos. Por exemplo, alguns grupos, como a rede Gender and Development Network (GADN), recomendaram a aplicação da transversalidade de gênero em todo o marco pós-2015, identificando metas para cada objetivo, bem como metas específicas para igualdade de gênero para alcançar as/os mais marginalizadas/os (GADN: 2012). Uma meta específica para a igualdade de gênero serviria como uma “alavanca” ou um “impulso para a ação” para cobrar a responsabilidade dos governos (GADN: 2013).

A organização Women in Europe for a Common Future (WECF) enfatizou a importância de uma política ambiental que incluía: sistemas de impostos e atribuição de preços apropriados; políticas fiscais que apoiem a redistribuição da riqueza; regulação efetiva para pôr fim a práticas de investimento insustentáveis; um ambiente favorável ao comércio; o fim de subsídios nocivos; a inovação; a criação de empregos decentes; e o desenvolvimento de habilidades verdes (WECF: 2013).

Alguns grupos, tais como Oxfam e Action Aid, desenvolveram uma agenda de pesquisa e ação para apoiar a contribuição das mulheres à economia, levando em consideração seus vários papéis, obstáculos e vulnerabilidades. Isso inclui a reversão de obstáculos estruturais tais como o acesso ao trabalho decente, a responsabilidade desigual sobre o trabalho não-remunerado do cuidado, o fim da violência contra as mulheres, o poder de tomada de decisão sobre aspectos financeiros e recursos, e diretos de acesso a terra para que a igualdade de gênero e o crescimento inclusivo andem juntos (Action Aid: 2013).

E, as organizações Center for Women’s Global Leadership (CWGL) e Association of Women in Development (AWID) têm questionado o impacto negativo das políticas macroeconômicas na realização e avanços dos direitos sociais e econômicos, argumentando que um novo entendimento do desenvolvimento deveria estar conectando com o monitoramento do progresso no período pós-2015 (CWGL: 2012 e AWID: 2013).

## OBJETIVOS E INDICADORES

“Diga-me o que você vai medir; e eu te direi como você deve proceder (CIGI/KDI: 2012).” Esta citação diz respeito a um verdadeiro dilema: se os objetivos e indicadores não são realistas ou úteis para aqueles que devem implementá-los, então eles não servem ao seu propósito. Para as ativistas pelos direitos das mulheres, esta questão realmente importa. Podemos demandar dados desagregados por gênero, mas se gênero é definido de forma limitada e os governos não fazem da coleta de dados uma prioridade, então como vamos mensurar o progresso? Os ODS representam uma oportunidade para realizar objetivos mais compreensivos com resultados mensuráveis para os direitos das mulheres.

Uma das reflexões mais compreensivas sobre índices e indicadores de gênero apropriados foi escrita pela Dra. Caren Grown em 2009 e se mantém relevante para o marco pós-2015 e os ODS. O título do capítulo é *Indicadores e Índices de Desigualdade de Gênero: o que eles mensuram e o que eles omitem?* (Grown: 2009). Nele, a autora argumenta que a igualdade de gênero e o “empoderamento” das mulheres não são a mesma coisa, e portanto seus indicadores não podem ser os mesmos. Ela também diz que atualmente há diversos desafios em mensurar o “empoderamento” das mulheres. O mais óbvio é a falta de dados. Mas há outro desafio, já que o “empoderamento” das mulheres pode significar coisas diferentes em diferentes países e contextos, e também pode mudar, a depender das circunstâncias. Isso é difícil de capturar em um indicador. Ao mesmo tempo em que os indicadores contam uma história importante, eles precisam ser revisados como parte de um entendimento amplo das conexões às questões sendo feitas.

A Dra. Grown revisa alguns índice existentes. Somados aos já mencionados, ela observa também a Medida de Gênero e Empoderamento (Gender and Empowerment Measure - GEM) e o Índice de Gênero e Desenvolvimento Africano (African Gender and Development Index). Ela explora o Índice de Equidade de Gênero do Social Watch, que foi desenhado para abordar dimensões sociais, políticas e econômicas da pobreza. E ela revisa o Índice Padronizado de Igualdade de Gênero (Standardized Index of Gender Equality -SIGI). Sua avaliação é de que vários índices compostos provêm boa informação, mas podem ser melhorados. Ela escreve:

Bons indicadores são concisos e intuitivamente significativos para o público e os tomadores de decisão, e também preenche requisitos estatísticos de rigor e validade. Indicadores excelentes são aqueles nos quais

os fatores causando as mudanças no indicador são conhecidos e seus impactos podem ser modelados (Grown: 2009).

Para os ODS terem êxito, um conjunto seletivo de indicadores que possa fazê-los avançar deve ser identificado, sem se paralisar totalmente na revisão do que já foi feito.

## CONCLUSÃO

A Agenda de Desenvolvimento pós-2012 e os ODS têm o potencial de fazer uma diferença positiva e de longo prazo ao abordar os desafios múltiplos contemporâneos. A questão é se eles cumprirão este potencial – e há espaço para ceticismo. Politicamente, a Rio+20 deveria ter sido o espaço para lidar com todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável, especialmente para conectar políticas em níveis macro e micro abordando todas as questões através de uma lente ambiental, social e dos direitos humanos. Infelizmente, não foi assim. E, como muitos notaram, há outras reuniões de alto nível relacionadas a alimentação e agricultura, meio ambiente, e a gênero fora do espaço político pós-Rio e pós-2015 que parecem ter precedência. Dito isso, não há razão para acreditar que as coisas possam ser organizadas diferentemente. Por fim, um novo entendimento do desenvolvimento é necessário – ainda melhor se o marco pós-2015 puder prover a potência intelectual e a vontade política para avançar diferentemente. E, há um interesse crescente e convergente em torno disso.

Em termos de questões temáticas, o processo é ainda bastante fragmentado. E, como foi mencionado, somente um pequeno grupo de ativistas pelos direitos das mulheres está realmente engajado nos esforços de enquadrar o marco da agenda de desenvolvimento pós-2015. Isso não significa que as mulheres não estão organizadas. Por exemplo, grupos de mulheres do campo como o *GROOTS International* e a Comissão Huairou estão organizando em suas comunidades, com seus governos locais e em seus contextos locais. Mas suas vozes não estão conseguindo guiar o processo consultivo como deveriam. Esforços para acelerar as decisões oficiais negligenciam a falta de processo e participação que fragilizarão o sucesso do marco de desenvolvimento pós-2015.

Tematicamente, será importante que as ativistas pelos direitos das mulheres não caiam na armadilha de focar em soluções no nível micro e na transversalidade de gênero. Elas terão que ser mais agressivas

e focadas na reforma política e na governança global, incluindo reforma das políticas macroeconômicas. Por exemplo, as mudanças nas políticas globais nos últimos 30 anos focaram em expandir o comércio e reduzir as regulações governamentais, tendo um preço alto na habilidade dos governos de apoiar objetivos de desenvolvimento sustentáveis no nível nacional. Tarifas mais baixas, cortes no gasto público e desregulação serviram para diminuir a renda pública, necessária para apoiar políticas de desenvolvimento chave, tais como incentivos à produção, investimentos em infraestrutura e medidas de estabilização de preços. As tarifas mais baixas também causaram a privatização de serviços essenciais tais como a água, o saneamento, saúde e a extensão de serviços para os pobres das zonas rurais (que são primariamente mulheres e crianças) e cristalizaram os papéis das mulheres na economia do cuidado (CWGL: 2011). Regras globais foram estabelecidas sem levar em consideração os impactos de gênero, e as ramificações negativas disso são aparentes. Políticas econômicas mal desenhadas representam outra forma de violência que compõe os desafios que as mulheres enfrentam em suas vidas cotidianas. Não é suficiente falar de forma geral sobre tendências econômicas – intervenções políticas específicas são necessárias nas arenas em que estas decisões estão sendo tomadas. Isso inclui a presença sustentada e a pressão sobre o G20 e sobre instituições regionais e internacionais onde grandes decisões estão sendo tomadas. Até hoje, poucas ativistas feministas com especialidade técnica mantiveram este caminho.

Outra questão relacionada que as ativistas pelos direitos das mulheres precisam abordar tem a ver com a “resiliência”. Mulheres e meninas, particularmente aquelas das áreas rurais, estão enfrentando muitos desafios de desenvolvimento em situação de extrema desvantagem em razão do acesso desigual a recursos e participação política com a sua vulnerabilidade aumentada pela mudança climática, pelos conflitos, pela pobreza e a fome. A Oxfam Índia diz que

o fortalecimento da resiliência requer um conjunto de medidas: a redução da emissão de gases de efeito estufa, considerar desastres e riscos climáticos nas políticas econômicas e de desenvolvimento, assegurar políticas nacionais efetivas e gerenciamento de risco para abordar as causas dos desastres (NGLS: 2013).

A AWID adiciona que “os direitos humanos e a igualdade devem ser a chave para gerar resiliência” e a Action Aid Internacional diz que “políticas devem ser dirigidas pelos interesses das comunidades, com as comunidades “empoderadas” para verbalizar suas preocupações nos níveis nacional e internacional para influenciar as políticas e práticas que construam resiliência e protejam e realizem seus direitos”

(NGLS: 2013). Muito mais trabalho é necessário para promover uma agenda política feminista para o reconhecimento e o apoio de modelos de resiliência atualmente ausentes.

Em termos de um processo para fortalecer o marco de desenvolvimento pós-2015 e medidas para sua implementação, a construção de alianças é necessária. Em termos de processo, uma forma de avançar seria desenvolver “Conselhos de Política para os Direitos das Mulheres e o Desenvolvimento Sustentável”. Estes poderiam ser organizados nas regiões e nacionalmente para trazer um conjunto de vozes para a crítica do atual modelo de desenvolvimento, formulando posições substantivas, promovendo cooperação e ponderando vários temas e processos. Estes poderiam incluir especialistas em gênero, ativistas de base, e lideranças mulheres com conhecimento técnico em áreas-chave tais como direitos humanos, desenvolvimento, política macroeconômica ou mudança climática e sistemas legais, bem como especialidades específicas por setor, como alimentação, água, terra e energia. Esses conselhos poderiam jogar um papel duplo no sentido de fortalecer o processo oficial, bem como servir como um catalisador para promover o diálogo entre ativistas pelos direitos das mulheres na necessidade de se engajar em processos globais em curso para apoiar os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável. O outro valor que esses conselhos poderiam jogar seria o de conectar temas que precisam ser tratados conjuntamente, de forma mais compreensiva. Por exemplo, a violência contra as mulheres, a segurança alimentar, o alívio em situações de conflito e desastre estão todos interconectados. E ainda há muito pouco diálogo sobre como avaliar o que é necessário.

Existem ainda os detalhes de definição e implementação das metas e indicadores dos ODS. Até hoje, os insumos sobre gênero foram bastante genéricos. Parece perigoso começar a fazer longas listas de indicadores de gênero. Os grupos deveriam estar definindo alguns poucos indicadores selecionados que possam verdadeiramente avançar os sucessos previamente alcançados.

O que está absolutamente claro é que para que o pós-2015 avance, será necessária profunda reforma institucional e repensar o valor da economia no apoio aos direitos humanos das mulheres – este é o trabalho de agora em diante.

*Nota: Este artigo é parte de um artigo mais longo, publicado pela Fundação Heinrich Boll em abril 2013 intitulada “Gender Equality in the Post-2015 Development Agenda: Where Does It Stand”*

[http://www.boell.org/downloads/Spieldoch\\_Gender\\_and\\_Sustainable\\_Development.pdf](http://www.boell.org/downloads/Spieldoch_Gender_and_Sustainable_Development.pdf)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Action Aid. **Righting the MDGs: contexts and opportunities for a post-2015 development framework.** 2012. Johannesburg.
- Anumo, Felogene. **Gender Roundtable for High Level Panel on Post-2015 Consultation: National Building Blocks for Sustained Prosperity.** FEMNET. 2013
- CIGI/KDI **Special Report. Post-2015 Development Agenda: Goals, Targets and Indicators.** 2012. Ontario.
- Civil Society Reflection Group on Global Development. Rio + 20 and beyond: no future without justice.** 2012. New York.
- Elson, Diane and Radhika Balakrishnan. **The Post-2015 Development Framework and the Realization of Women's Rights and Social Justice.** Center for Women's Global Leadership (CWGL) at Rutgers, The State University of New Jersey. 2012.
- Gender and Development Network (GADN).** Achieving Gender Equality and Women's Empowerment in the Post-2015 Framework. 2013. London.
- Gender and Development Network (GADN).** Gender Equality and the Post-2015 framework. Briefing #3. 2012. London.
- Grown, Caren. Indicators and Indexes of Gender Inequality: What Do They Measure and What Do They Miss? Chapter 3 In: **Equality for Women: Where Do We Stand on Millennium Development Goal 3?** World Bank and OECD/DAC. 2009. Washington, DC and Paris.
- International Fund for Agricultural Development. **Rural Poverty Report. New realities, new challenges: new opportunities for tomorrow's generation.** 2010. Rome
- International Labor Office (ILO). **Global Employment Trends for Women.** 2009.
- International Labor Office (ILO). **Global Employment Trends.: Preventing a Deeper Jobs Crisis.** 2012. Geneva.
- Kabeer, Naila. Gender Equality, Poverty Eradication and the MDGs: Promoting Women's Capabilities and Participation. Gender and Development Series #13. **Economic and Social Commission in Asia and the Pacific.** 2003.
- Schoenstein, Anne. **UN Starts with Gender Equality Focus Preparing for its 2014 DCF and Post 2015.** 2013.

- Spieldoch, Alexandra. **The Right to Food, Gender Equality and Economic Policy. Meeting Report.** Center for Women's Global Leadership (CWGL) at Rutgers, The State University of New Jersey. 2011.
- The World Bank. **Poverty Overview web resource.** 2013. Available from <http://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview>
- Watts, Jonathon and Liz Ford. **Rio+20 Earth Summit: campaigners decry final document.** The Guardian. 2012.
- United Nations. **The Millennium Development Goals Report.** 2011. New York.
- United Nations. **World Economic and Social Survey 2011: The Great Green Technological Transformation.** 2011. New York.
- United Nations. **Realizing the Future We Want. UN System Task Team on the Post-2015 Development Agenda: Report to the Secretary General.** 2012.
- United Nations Division on the Advancement of Women (UN DAW). **The impact of the implication of the Beijing Platform for Action on the achievement of the Millennium Development Goals.** Expert Group Meeting Report. 2009. Geneva.
- United Nations Department of Economic and Social Affairs, Populations Division, World Urbanization Prospects, the 2011 revision.** 2012. New York. Available from <http://esa.un.org/unpd/wup/index.htm>
- United Nations Development Programme (UNDP). **Making the MDGs Work for All: Gender-Responsive Rights-Based Approaches to the MDGs.** 2008. New York.
- United Nations Development Programme (UNDP) **What Will It Take to Achieve the Millennium Development Goals?: An International Assessment.** 2010. New York.
- United Nations Food and Agriculture Organization (UN FAO). **Gender and Land Rights, Economic and Social Perspectives Policy Brief.** No. 8. 2012. Rome.
- United Nations Food and Agriculture Organization (UN FAO). **State of Food Insecurity in the World.** 2012. Rome.
- United Nations General Assembly. **United Nations Millennium Declaration.** 2000. Available from <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm>
- United Nations General Assembly. **The Future We Want.** Outcome Document from Rio + 20. 2012. New York.

- UN Research Institute for Social Development (UNRISD). **Inequalities and the Post-2015 Development Agenda**. Research and Policy Brief #15. 2012. Geneva.
- UN Women. **Partnering to Close Data and Evidence Gaps for Women**. 2012. New York.
- Vaughan, Rosie Peppin. **Gender equality and transnational civil society: shifting global power relations and the post-MDG agenda**. Institute of Education, University of London. London.
- Wichterich, Christa. **The Future We Want: A Feminist Perspective**. 2013. Berlin.
- Women's Major Group. **Rio+20: From the Future We Want to the Future We Need**. Final Statement. 2012. Rio de Janeiro.
- Women in Europe for a Common Future International. **Ensuring Sustainable Development Globally: EU Follow-up to Rio+ 20**. Civil society submission. 2013.
- World Women's Congress for a Healthy Planet. **Women's Action Agenda 21**. 1992.
- Office of the High Commissioner for Human Rights. **Addressing Gender Inequality in the Post 2015 Development Framework: the Contribution of the United Nations Human Rights System**. 2012. Geneva.

**FEMINISTAS CONTRA O TERROR  
NEOLIBERAL**



Articulação  
de Mulheres  
Brasileiras

Parque  
A. S. Brasil  
R. A. S. D. D. D.

XINGŪ  
VIVO  
NÃO

MULHERES NEGRAS UNIDAS POR JUSTIÇA SOCIAL  
EM DEFESA DOS BENS COMUNS DA HUMANIDADE  
CONTRA O RACISMO AMBIENTAL, A MERCANTILIZ  
DA VIDA E DA NATUREZA.

# QUADRO INSTITUCIONAL E DA GOVERNANÇA DA SUSTENTABILIDADE

*Desafios e oportunidades para o empoderamento das mulheres.*

MARIAMA WILLIAMS<sup>1</sup>

*A implementação e a governança do desenvolvimento sustentável são assuntos fundamentais da conferência em curso, Rio+20. A visão para construir um novo quadro institucional, em coerência e fluidez entre os órgãos e mecanismo, deve promover as várias dimensões do desenvolvimento sustentável de forma equilibrada. É imprescindível que seja uma ponte sólida, cingida nos três pilares. A arquitetura da governança deve ser construída em torno das funções chave necessárias para que possa ser executada, como sugerido pela discussão sobre a economia do desenvolvimento sustentável. As formas e os mecanismos de um novo quadro institucional (ou reformado) para a governança ambiental dependem basicamente do quê o sistema seja projetado para fazer.*

Martin Khor - South Centre

Inegavelmente, a abordagem institucional estabelecida antes e depois da Eco-92 carece de coerência entre políticas que sustentam os pilares individuais do desenvolvimento sustentável (o econômico, o social e o ambiental), bem como suportam as interações entre estes pilares. O quadro institucional, em si, sofre de fraqueza endêmica. As próprias instituições chave são fracas e sem monitoramento significativo ou poder de execução. Como observado pelo South Centre, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) tem mandato limitado para monitorar as atividades de acompanhamento das agências e governos. Também tem escassos recursos e pessoal, e se reúne apenas uma ou duas semanas por ano (South

<sup>1</sup> Economista, membro de IGTN – Rede Internacional de Gênero e Comercio, e pesquisadora do South Centre.

Centre, 2011). Há, portanto, necessidade de fortalecer a arquitetura do desenvolvimento sustentável, incluindo o PNUMA. Na liderança, até a reunião Rio +20 em junho 2012, houve um consenso sobre a transformação do CSD num Conselho sobre Desenvolvimento Sustentável ou em um fórum de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável, ambas opções apropriadas. O fundamental seria que os três pilares fossem igualmente equilibrados. A última opção foi escolhida.

O pilar econômico deve necessariamente focar-se em finanças e desenvolvimento, estabilidade financeira e inclusão financeira, comércio e sustentabilidade da dívida. O pilar social é dedicado à erradicação da pobreza, à saúde, educação e ao fim da desigualdade, enquanto o âmbito do pilar ambiental seriam as mudanças climáticas, a diversidade biológica, o uso dos recursos e a eficiência dos recursos. Em última análise, um forte pilar ambiental deveria estar combinado com os fortes pilares econômico e social.

Mas isso não pode ocorrer fora do quadro contextual de princípios e objetivos fundadores e sem uma análise aprofundada e uma subestimação das ligações entre desenvolvimento-ambiente-social e a operação e interligações entre os três pilares do desenvolvimento sustentável.

Os princípios já existem. Eles são os princípios da Rio92 – princípios da precaução, do poluidor-pagador, do direito ao desenvolvimento, das responsabilidades comuns porém diferenciadas (CBRD) e do reconhecimento de que o desenvolvimento sustentável deve ser um processo dirigido pelos países. Em última análise, finanças, desenvolvimento e transferência de tecnologia e capacitação são os alicerces da cooperação internacional na área que responde aos desafios climáticos e ambientais globais. O objetivo do sistema de governança institucional seria, então, garantir a operacionalização e a implementação efetiva desses princípios como ponto de partida necessário. Mas isso não seria suficiente, pois a abordagem predominante da política macroeconômica e financeira também deve ser de suporte. Assim, a transformação da análise econômica e o desenvolvimento gradual de novos parâmetros e medidas de desenvolvimento sustentável fundamentados nos conceitos de economia sensível ao gênero e com base ecológica são imperativos críticos.

Assim fundamentados, os mecanismos IFSD (Quadro Institucional para o Desenvolvimento Sustentável – IFSD, por sua sigla em inglês) poderiam desempenhar a tarefa de convocar governos, agências, sociedade civil e especialistas, para discutir questões chave e explorar as melhores formas de fazer as coisas. Poderiam, portanto, promover uma melhor cooperação, coordenação e coerência nas políticas e ações. Novas normas também devem ser desenvolvidas dentro do contexto da *soft law*, ou normas não

vinculativas (tais como relatórios consensuais sobre as decisões das reuniões e declarações políticas) ou tratados juridicamente vinculantes, e uma nova decisão por parte dos membros dos órgãos ligados aos tratados que atualize e revise as normas existentes.

A outra função do mecanismo institucional *IFSD* seria levar adiante as áreas não cumpridas da Agenda 21 e do Plano de ação de Johannesburgo, bem como o resultado do processo da Rio+ 20.

O *IFSD* também pode fornecer apoio às estruturas regionais e aos mecanismos nacionais no desenvolvimento e implementação de suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável e fornecer apoio aos países em desenvolvimento para participar de forma significativa na tomada de decisões internacional e regionalmente.

Criticamente, o *IFSD* deve assegurar a participação ativa e efetiva da sociedade civil, em particular dos grupos de mulheres, indígenas e pequenos agricultores com suas diferentes perspectivas. O *IFSD* precisa ter equilíbrio de gênero em todos os níveis de seu sistema de governança e incentivar as mesmas práticas entre os mecanismos nacionais de governança ambiental. Análise de gênero e avaliação do impacto de gênero, bem como avaliação do impacto ambiental e as ferramentas de salvaguarda devem ser subsídios chave para a tomada de decisões em todos os níveis do *IFSD*.

## **A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015: OPÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO DAS QUESTÕES DA IGUALDADE DE GÊNERO**

A agenda de desenvolvimento pós-2015 deve ser baseada em uma avaliação exaustiva dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e outras metas internacionais que procuram eliminar as deficiências e fortalecer as áreas que funcionam bem. Será também necessário um novo paradigma de pensamento sobre a gestão dos recursos econômicos, sociais e naturais da economia. Uma mudança de paradigma no uso dos recursos exigirá a integração de normas de gênero na concepção e aplicação da gestão de recursos, produção e infraestrutura (Bazilli, 2011, p. 45). A agenda de desenvolvimento pós-2015 a serviço de uma abordagem de desenvolvimento sustentável sensível ao gênero e favorável ao empoderamento das mulheres deve ser baseada nos seguintes eixos principais: uma política macroeconômica centrada no desenvolvimento ecológico, uma proteção social sensível ao gênero e investimento público para a reprodução social.

Há também a necessidade de uma abordagem de desenvolvimento para as políticas macroeconômicas que se concentre nos objetivos do desenvolvimento sustentável em longo prazo nos três pilares. Ela também deve ser amparada por políticas fiscais e monetárias flexíveis. Há, portanto, a necessidade de redefinir os objetivos da política. No curto prazo, a principal preocupação não deve ser simplesmente a estabilidade dos preços por si só; a produção, o emprego e o cuidado com o meio ambiente são muito importantes. Assim, o objetivo essencial das políticas macroeconômicas não pode ser somente a gestão da inflação, deveria focar-se na promoção de emprego decente e sustentável, no apoio da reprodução social e da economia do cuidado e na promoção do desenvolvimento sustentável.

Há também a necessidade de se repensar os instrumentos de política. A política fiscal não pode ser reduzida a um meio de restauração dos equilíbrios de governo e a política monetária não pode ser reduzida a uma forma de controle da inflação através da taxa de juros. Em vez disso, o foco deveria estar sobre o financiamento inclusivo do crédito e a resiliência financeira, e a promoção do desenvolvimento sustentável com pleno emprego.

Proteção social e um piso de proteção social mínimo, que vá além das dimensões do mercado de trabalho, para fortalecer as atividades de subsistência sustentáveis das mulheres nas comunidades, os pequenos e pequenas agricultores e empreendimentos deve ser um elemento central da agenda do desenvolvimento pós-2015.

Um enfoque na implementação de tal agenda exigirá ir além da preocupação obsessiva (fetichizada) por reduzir os déficits públicos e da ideia associada de que o sofrimento econômico de curto prazo é parte do das políticas de ajuste (Deepak Nayyar 2011). Isso não é equitativo ou neutro. Tal abordagem, que geralmente não considera a natureza e as causas do déficit orçamentário ou as consequências de sua redução inoportuna, tem implicações significativas em termos de equidade para quem arca com os custos do ajuste fiscal. A fantasia por trás da “austeridade expansionista” tende a substituir uma abordagem equilibrada para arquitetar uma suposta recuperação.

Apesar da pressão no sentido da consolidação fiscal e da chamada austeridade expansionista, a evidência mostra que é mais suposto do que real que os cortes de gastos e outros ajustes fiscais do tipo, postos em prática simultaneamente, encontrem inesperadamente um crescimento. A verdadeira questão é a destinação e utilização dos gastos públicos para questões fundamentais e equilibrar estes contra os empréstimos externos e internos e a acumulação de dívidas nas contas dos governos.

## *Opções para ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis) sensíveis ao gênero?*

Junto com a economia verde e o IFSD houve acordo para a elaboração de um conjunto de metas de desenvolvimento sustentável (ODS). No entanto, uma grande dose de cuidado deve ser tomada na tentativa de empreender tal processo.

Um conjunto de metas de desenvolvimento sustentável deve, no primeiro caso, aglutinar-se em torno a um número finito de metas mensuráveis, reportáveis e verificáveis. Elas devem estar baseadas primeiramente num processo de plena legitimidade e apropriação por todos os possíveis aderentes. Consequentemente, elas devem surgir a partir de um processo intergovernamental e ser transparentes e inclusivas.

Em segundo lugar, esse conjunto de metas deve ser fundamentado em processos com condições estruturais e mecanismos para a programação do desenvolvimento sustentável. Devem, portanto, abranger igualmente os três pilares sem privilegiar um em detrimento do outro. Um canal essencial para alcançar as condições estruturais necessárias tem a ver com o direito de perseguir políticas inovadoras e heterodoxas, adaptadas às condições locais (UNCTAD 2012). Os ODS não podem ser desenvolvidos e aplicados mecanicamente, mesmo que sejam sensíveis ao gênero. Um segundo canal essencial da solidez estrutural é que deve haver financiamento adequado e previsível e tecnologia disponíveis para a programação de projetos orientados à realização dos objetivos.

Em terceiro lugar, qualquer conjunto de ODS deve ser baseado em princípios de direitos humanos, na justiça econômica e social. Mesmo SDGs que sejam sensíveis ao gênero, precisam ser enquadrados no contexto de políticas de apoio financeiro, da dívida e comerciais. E devem transcender os três pilares meio ambiental, econômico e social e fundamentar-se também nas circunstâncias nacionais e no quadro de financiamento geral.

Em quarto lugar, qualquer conjunto de ODS criado deve incluir um subconjunto de metas financeiras relacionadas que são igualmente sujeitas a mensuração, notificação e verificação (MRV). O financiamento também deve ser suficiente para fornecer de forma abrangente uma base de financiamento para o conjunto inteiro de ODS, e não apenas na base de um único projeto ou de um projeto setorial. Isso, por exemplo, significaria incluir como base um plus de 0,7% do PIB dos países desenvolvidos. O objetivo do SDG relacionado às finanças deve ser também para reforçar e assegurar a estabilidade financeira e capacidade de recuperação financeira (resiliência) que suporta a economia real, incluindo a atenção à reprodução social.

Finalmente, é importante que os ODS não anulem ou marginalizem o processo de revisão dos ODM. Em última análise, como observado pelo Grupo de Reflexão, *o discurso nacional e internacional para o*

*desenvolvimento não deveria ser sobre a escolha de certos objetivos como prioridade, uma vez que todos já foram acordados, mas sobre quando serão progressivamente atingidos.*

Dadas estas considerações, a situação provável ou excelente deveria especificar princípios amplos em torno do desenvolvimento sustentável que sejam sensíveis ao gênero, que deveriam ser observados e promovidos por todos os governos. Estes princípios são emanados e apoiados pelos valores estabelecidos na Carta das Nações Unidas e na Declaração do Milênio, nos Tratados sobre os Direitos Humanos, a CEDAW e na Plataforma de Ação de Beijing. Os valores fundamentais que estes documentos promovem incluem:

- O envolvimento proativo e efetivo da mulher nas tomadas de decisões em todos os níveis de governança ambiental para compensar a atual sub-representação das mulheres.
- Políticas públicas nacionais e globais para estabilizar os preços dos alimentos e promover o acesso a serviços essenciais, como água, energia e saneamento com base em compromissos e quadros existentes, e se estes não são sensíveis ao gênero, devem tornar-se tais.
- Reafirmação do direito universal à educação, alimentação, água e assistência médica.
- Reafirmação da igualdade de gênero e dos planos e programas que promovem a igualdade de gênero com intervenções baseadas em gastos econômicos e sociais.
- O financiamento para o planejamento familiar e a saúde sexual e reprodutiva.
- Um programa global aprovado e totalmente financiado para melhorar e aprofundar o papel da mulher e do desenvolvimento sustentável, incluindo gênero e adaptação, gênero e mitigação e gênero e desenvolvimento e transferência de tecnologia.
- Política fiscal sensível ao gênero e pró-erradicação da pobreza (incluindo a realocação dos gastos do governo destinados a subsídios prejudiciais — e realocados para o financiamento da sustentabilidade ambiental e segurança/soberania alimentar).
- Provisão pública de serviços públicos essenciais (incluindo o fornecimento de água doce, saneamento, educação, saúde, moradia, transporte público, comunicação e acesso a energia). O acesso sensível ao gênero por mulheres e meninas a estes serviços deve ser assegurado.
- Subsídios adequados (por exemplo, à promoção de modelos descentralizados sensíveis ao gênero de abastecimento de água e energias renováveis, com forte supervisão pública) e redução do poder de mercado dos fornecedores oligopolistas públicos ou privados.
- A política pública deve também apoiar as atividades de cuidado não remuneradas e a economia do cuidado.

- Solidariedade, ética e justiça nas relações internacionais 1) reafirmando o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas no comércio e nas finanças e 2) aderindo à meta de 0,7% do PIB, e 3) investindo uma abordagem baseada nos direitos ao financiamento público externo.
- Sustentabilidade social por meio do fortalecimento de iniciativas de orçamento participativo de direitos humanos e de gênero.
- Respeito e proteção dos direitos e interesses dos povos indígenas e das comunidades locais e execução do princípio do consentimento livre, prévio e informado em todos os projetos de infraestrutura.

Qualquer quadro para os ODS (bem como as metas nele especificadas) que pretenda ser sensível ao gênero deve abordar explicitamente as desigualdades, a segurança alimentar e nutricional, os direitos sexuais, a saúde sexual e os direitos reprodutivos, e a saúde reprodutiva e os direitos humanos (incluindo o direito a segurança social, que está ligada à reprodução social e a um piso de proteção social).

## **RESUMO E RECOMENDAÇÕES**

### *Preocupações sobre a visão geral - reforçando e mantendo os três pilares juntos para apoiar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres*

A igualdade de gênero e a perspectiva de empoderamento das mulheres no desenvolvimento sustentável põe em causa a falta de integração entre os três pilares do desenvolvimento sustentável, e desafia qualquer movimento em direção à furtiva inclusão de um quarto pilar – o da financeirização da economia, dos recursos naturais e dos ecossistemas. A financeirização refere-se à tentativa de reduzir todo o valor que é trocável (tangível, intangível, futuro ou presente, promessa, etc.) a um instrumento financeiro ou um derivado de instrumento financeiro (REC 2011). Essa tendência pode ser vista nas *commodities*, onde a especulação em *commodities* como uma classe de ativos tem crescido paralelamente ao aumento do preço dos alimentos (este também associado à mudança de uso da terra desde a produção de alimentos para a produção de biocombustíveis). Mas há também a financeirização da biodiversidade e dos ecossistemas, o que muitos denominam financeirização da natureza.

A financeirização da natureza reflete o

movimento de investimentos financeiros no mundo da conservação e gestão ambiental. A financeirização e processos relacionados, que estão cada vez mais ligados ao crescimento verde, ao desenvolvimento verde e à economia verde implicam a criação de novos direitos de propriedade para os bens naturais e uma desvalorização da gestão comum como ineficiente (Godfrey 2011 e ECN 2011).

Isso é cada vez mais verdade com relação à biodiversidade, clima e minerais. O crescimento de *commodities* de produtos alimentares como ativos financeiros através do mercado de futuros desregulado tem forçado uma mudança nos propósitos funcionais desses mercados (que era a cobertura do risco de preço para os comerciantes físicos) e que passaram a ser agora instrumentos financeiros puramente especulativos que levam a uma distorção e manipulação de preços, bolhas de preços e alta volatilidade dos preços das *commodities* (Godfrey 2011).

Subjacente a isso é o “privilegiamento” dos mercados privados apontados como o principal instrumento para alcançar objetivos sociais, uma abordagem que domina os debates, tanto no resultado da Rio+20 (ODS), quanto nas esferas da mudança climática. Reforçar o desenvolvimento sustentável é certamente necessário, e há muitos aspectos inovadores plausíveis no caminho a seguir para além da Rio +20 e a agenda pós-2015. Porém, a financeirização seria uma direção errada devido à elevada probabilidade de bolhas de especulação e à instabilidade inerente que ela tende a trazer para a economia real.

Há, naturalmente, uma área importante que poderia ser a fonte de um quarto pilar para fundamentar e expandir o desenvolvimento sustentável: o levantamento e a maior visibilidade da Economia do cuidado. A contribuição mais importante e duradoura do resultado do processo da Rio+20 seria a de defender a Economia do cuidado como um alicerce central a todos os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Uma peça importante e ausente da arquitetura é a falta de reconhecimento da contribuição seminal da mulher e da Economia do cuidado, tanto para a promoção do mercado, nos cuidados com a natureza e o ambiente, quanto em reforçar a política social. Assegurar e promover a Economia do cuidado, assim como o empoderamento econômico equitativo e sustentável de mulheres e homens, pode ser promovido numa estrutura de pauta de nove pontos.

Em primeiro lugar, o resultado da Rio+20 deveria apoiar a re-sintonização das ferramentas e instrumentos da política macroeconômica para apoiar a economia real (da qual a Economia do cuidado é uma dimensão importante). O apoio ao cuidado, à proteção social e à criação de emprego deve ser a peça central do repensar e remodelar um processo para executar uma melhor integração entre os três pilares

do desenvolvimento sustentável ou qualquer de seus derivados, como a economia verde, o crescimento verde ou o desenvolvimento verde.

Em segundo lugar, é importante que os defensores da igualdade de gênero no processo do resultado da Rio+20 (ODS) prestem atenção e exerçam uma grande dose de precaução em relação à pressão por novos mecanismos provenientes tanto de dentro como de fora dos processos formais do resultado da Rio+20. Neste período de intensa disputa por novos mecanismos e processos em torno do quadro institucional, dos ODS e da economia verde, há muitos aspectos em jogo tanto explicitamente parte do processo de negociação como, implicitamente, conduzindo o processo (como a agenda da financeirização) e aqueles que ficaram de lado esperando para entrar. Estes últimos incluem o conjunto inteiro de debates ocorridos em paralelo ao processo do Rio acerca da nova arquitetura de desenvolvimento pós Bussan<sup>2</sup>. Um dos pilares desta abordagem parece ser o desenvolvimento que alguns observadores argutos estão nomeando “a agenda CSD plus” (do setor privado e doadores). Este pilar está inter-relacionado a uma agenda efetiva do desenvolvimento baseada na “alavancagem” do setor privado, apesar da financeirização da ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD – Ajuda Oficial ao Desenvolvimento). Mesmo antes que a tinta pudesse secar nos acordos como resultado das negociações em Busan, houve propostas para um pós Busan, incluindo o impulso para a financeirização da AOD. Nesta abordagem, os fundos da AOD podem ser utilizados pelo setor empresarial, para alavancar mais recursos e investir em tudo o que é considerado novas e críticas áreas de lucro no âmbito da economia verde. Isso pode criar um desvio de fundos da igualdade de gênero e dos programas para mulheres, bem como da intervenção para à igualdade (não só a de gênero), críticos à economia do cuidado, à saúde e às condições de vida das mulheres.

Os defensores de gênero, portanto, não podem simplesmente assumir que a criação de novos “instrumentos financeiros verdes”, incluindo a financeirização da biodiversidade e de mecanismos tais como o pagamento por serviços ecossistêmicos (PSE) e a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal e (REDD) – precursores deste processo de financeirização em evolução – terá um efeito benigno sobre a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Se o passado prevê o presente, então certamente há muito ainda para sermos extremamente cautelosos.

<sup>2</sup> O documento sobre Parcerias em Busan é o documento final acordado no IV Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda (Busan, República da Coreia, 29 novembro - 1 dezembro de 2011).

Em terceiro lugar, o que é importante para promover uma melhor integração dos três pilares, juntamente com a atenção para a economia do cuidado, é que tudo o que sai do resultado da Rio+20 (ODS), reafirma e está ligado de forma sinérgica ao pós ODM, e está fundamentado para assegurar políticas macroeconômicas e financeiras apropriadas para apoiar o meio ambiente e o desenvolvimento social e a equidade. Isto inclui o compromisso com a capacidade de recuperação financeira dos governos, famílias, grupos comunitários e mulheres em todas as suas múltiplas formas de ser e pertencer, e contribuir para economias diversas e sustentáveis, o meio ambiente e para a equidade social. A sustentabilidade da dívida sustentável e o financiamento das atividades do governo devem ser fundamentadas no cumprimento dos ODM e na manutenção de sua sustentabilidade para além de 2015.

Em quarto lugar, estas questões apontam para a necessidade de emendar as várias lacunas que existem na arquitetura do clima e do meio ambiente: lacuna no financiamento climático, na adaptação e na sustentabilidade. Junto com isso, as lacunas na dimensão social e econômica devem ser igualmente emendadas: a lacuna na proteção social, no emprego e no trabalho decente e na iniquidade (ativos de renda/riqueza e na segurança alimentar e as deficiências nutricionais). As lacunas na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres são deficiências fundamentais, que devem ser eliminadas ou fechadas. Isso só pode acontecer numa estrutura social equitativa, que inclui princípios, programas e objetivos, bem como meios específicos de implementação mensuráveis e verificáveis. Tal abordagem também deve procurar minimizar os riscos sociais e a exposição social aos ciclos econômicos de altos e baixos, sobretudo na atual situação de fragilidade.

Quinto, há necessidade de ponderar e equilibrar o uso de instrumentos de mercado, como PES e REDD e de mecanismo de crédito bilateral de compensação para as salvaguardas ambientais, sociais e da equidade de gênero. Objetivos de integridade social, ambiental e de investimento no bem-estar humano, como educação e saúde, e empoderamento das mulheres e promoção da inovação e meios de subsistência sustentáveis, são parâmetros essenciais, e tais progressos devem ser medidos e avaliados. Em última análise, não deve haver retrocesso no arranjo das formas de repartição de benefícios promulgados pelo Protocolo de Nagoya sobre acesso e repartição de benefícios dos recursos genéticos.

Em sexto lugar, deve haver espaço político adequado que garanta aos governos dos países em desenvolvimento a necessária adaptabilidade e flexibilidade políticas para utilizar o orçamento e as políticas de aquisição para promover tanto os objetivos de equidade social como os de gênero.

Em sétimo lugar, deve-se evitar uma excessiva confiança em soluções potencialmente falsas, como a chamada agricultura de clima inteligente e a geo-engenharia. Estas soluções são geralmente apontadas como promotoras do sequestro de carbono e da não degradação dos solos, mas elas também dependem do mercado de carbono e de outros insumos que podem levar à grilagem de terras e a práticas ambientais destrutivas que podem impactar negativamente a ecologia e não contribuem para a economia rural. Estas soluções podem não proporcionar o tão argumentado “triplo ganho” na adaptação, mitigação e segurança alimentar e, mais provavelmente, podem conduzir a continuação de políticas destrutivas, como mais monoculturas e, finalmente, prejudicar a segurança alimentar. Além disso, abordagens tais como a bioeconomia (combustível fóssil convertido em energia ou materiais à base de biomassa) podem ser mais destrutivas do meio ambiente do que a era do combustível fóssil; podem impactar adversamente a biodiversidade, o ecossistema e as pessoas. Podem também atingir negativamente homens e mulheres pequenos agricultores e camponeses.

Em oitavo lugar, há a necessidade de fortalecer os mercados locais, a infraestrutura e tecnologias que apoiem as comunidades rurais e as economias domésticas. As prioridades deveriam ser para os pequenos agricultores e para os bens sociais.

Nono, existe também a necessidade de planejamento do uso do território que seja a favor dos pobres e sensível ao gênero, e que proteja os territórios de homens e mulheres indígenas. Políticas florestais fundamentadas na repartição de benefícios e nas salvaguardas são também de extrema importância.

### *Políticas específicas automáticas integrativas dos três pilares e preocupações imperativas para a economia do cuidado*

Para que a economia do cuidado continue desempenhando o seu importante papel no desenvolvimento econômico e na proteção ambiental, existem áreas e conjuntos de especializações políticas específicas que exigirão pró-atividade por parte dos governos e dos defensores da igualdade de gênero. Em termos de questões setoriais, estes são: agricultura e segurança alimentar, segurança da água e o fornecimento de energia limpa e a preços acessíveis para as famílias e as comunidades. Estas devem ser complementadas pela posta em prática de uma rede de segurança financeira global e pela implementação de políticas eficazes para promover e assegurar a inclusão financeira, incluindo suporte para um piso de proteção

social sensível ao gênero não com base no mercado (inclusive da economia do cuidado e da agricultura camponesa).

Um segundo conjunto destas abordagens políticas inter-relacionadas que podem atuar como mecanismo integrador automático é o nexos fiscal e monetário de investimento público-político e de proteção social. A proteção social exige uma política monetária de apoio que funcione. Dada a atual crise econômica e seu processo de difícil recuperação, assim como a tendência à crise do sistema global e a ausência de execução das recomendações sugeridas aqui, certamente há uma necessidade de passar do atual caminho de austeridade para assegurar a necessária reforma estrutural a favor dos pobres, pró-desenvolvimento, sensível ao gênero e para o crescimento sustentável. Não pode ser simplesmente uma virada para uma abordagem de ajuste estrutural, ao estilo dos anos 80, que criou um enorme deslocamento social e aumentou a dificuldade das mulheres na África, na América Latina e no Caribe, resultando nas décadas perdidas nas duas últimas áreas.

### *Preocupações e prioridades sobre a abordagem da política econômica para o desenvolvimento verde/desenvolvimento verde economi-cum-sustentável*

Um conjunto de preocupações sistêmicas consta em relação à agenda de crescimento verde, que está baseada na liberalização do comércio e dos serviços ambientais. Estes representam, dentre outros, um grave perigo para o acesso a água por parte das mulheres e homens. A distribuição de água é um serviço e pode qualificar-se como serviço ambiental neste quadro e, conseqüentemente, o acesso à água para as necessidades locais poderia não ser protegido. Há também a necessidade de uma abordagem de precaução frente às tendências crescentes para banir o requisito de conteúdo local (LCR por sua sigla em inglês) em serviços e investimentos ao longo de todas as cadeias de valor. Ao mesmo tempo, não há nenhum acordo vinculante sobre transferência de tecnologia. O LCR é um dos mecanismos fundamentais, permanecendo como um instrumento que os países podem usar para construir internamente serviços e mercados de bens, então se isso ocorrer haverá um desequilíbrio no crescimento verde.

Por isso, é extremamente importante:

- Defender a integração da igualdade de gênero e os objetivos de empoderamento das mulheres nos acordos de comércio e investimento, especialmente no que diz respeito aos contratos públicos, que

constitui uma área muito importante para apoiar o crescimento e desenvolvimento dos pequenos negócios das mulheres e outros. Os acordos e as políticas comerciais devem também trabalhar para promover o desenvolvimento sustentável e explicitamente para proteger o meio ambiente. Isto significa ir além das estreitas preocupações neoliberais de promoção da liberalização de bens e serviços ambientais. Neste sentido, é preciso haver atenção pró-ativa e de precaução para com os serviços ambientais como a água, que são críticos para a economia do cuidado, a saúde e a produção de alimentos. A distribuição e gestão da água não devem ser liberalizadas sem levar em consideração a sua importância para os direitos humanos e os meios de subsistência de mulheres e homens.

- Da mesma forma, a abordagem da precaução e do “não ser danoso” deve ser adotada no que diz respeito a restrições da proteção dos investimentos (tais como a exigência de conteúdo local) por parte dos países em desenvolvimento. Tal restrição poderia causar o retrocesso ou coibir os países a introduzir medidas de apoio às mulheres, indígenas e às minorias étnicas. Os acordos de investimento não tem buscado proteger o meio ambiente nem incluir as salvaguardas ambientais e sociais.
- A facilitação do comércio é outra área que merece atenção. Pelo visto parece simples, mas é caro. O governo terá que usar recursos internos escassos ou incorrer em dívidas, a fim de atualizar os portos e serviços alfandegários para facilitar o fluxo de importações. Em ambos os casos, haverá impacto negativo sobre as despesas do sector social.

*Recomendação de medidas e mecanismos para proteger e garantir a vida das mulheres, das crianças e dos homens no que diz respeito ao risco climático e de eventos climáticos extremos*

- Expandir e melhorar as despesas para proteger a saúde das mulheres e dos homens a partir de uma série de riscos associados com a mudança climática, a poluição e a degradação ambiental. Estes devem, necessariamente, estar cientes dos riscos diferenciados de gênero que as mulheres e meninas encaram e tomar medidas corretivas. Estas incluem:
- Construir e criar uma captação da água segura e de fácil acesso e outras instalações perto das comunidades que sofrem pela seca de poços, rios e outras fontes tradicionais de água ou onde a água tem sido impactada pela salinização etc. Essas instalações devem ser construídas e localizadas através

de um processo de consulta sensível ao gênero com os homens, as mulheres e as crianças afetados nas comunidades.

- Garantir que os sistemas de alerta precoce levem em consideração de que forma as mulheres receberão as informações da melhor maneira. Esta deverá ser específica para cada local ou comunidade, e deve ser fácil de compreender em todas as suas dimensões e implicações com as instruções específicas de sobrevivência que as mulheres e meninas podem efetivamente utilizar.
- Desenvolver a capacidade dos grupos de mulheres para realizar o planejamento de desastres de forma eficaz e apoiar os projetos de adaptação e mitigação que mulheres e homens nas comunidades estão elaborando com base em sua experiência de vida, no conhecimento tradicional e com as tecnologias indígenas.
- Fornecer financiamento adequado e transferência de tecnologia para apoiar projetos de adaptação e mitigação empreendidos por mulheres e homens nas comunidades. Isso inclui a intensificação do financiamento para atividades de base comunitária, mantendo critérios que suportem uma ampla variedade de tamanhos de projetos.

### *Pesquisa*

Há a necessidade de pesquisas sensíveis ao gênero que visem ajudar a preencher as lacunas na compreensão de como a agricultura e as práticas agrícolas das mulheres em diferentes comunidades podem contribuir para a adaptação e mitigação. Há também necessidade urgente de análise e investigação orientada à política sobre a implicação da financeirização dos recursos naturais nas mulheres no contexto da economia verde. Existem também informação e avaliação inadequadas das necessidades tecnológicas das mulheres e catalogação (com arquivos disponíveis para o público) do diverso conhecimento tradicional e das tecnologias indígenas e sua aplicação. Deve haver também provisões que impeçam o roubo e subsequente *copyrighting* ou patenteamento dessas bases de conhecimento.

Finalmente, há a necessidade de documentação da abrangente pesquisa sobre o papel da mulher no desenvolvimento rural, a adaptação às mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável em geral. Isso poderia incluir propostas para o aprimoramento e formação das mulheres na ciência e na gestão dos recursos naturais. O ponto final desta pesquisa e esforço de formação deve, em última instância, ser para

reorientar as prioridades políticas do financiamento e da pesquisa para a agricultura ecológica (em contraste com a agricultura “de clima inteligente”) e minimizar o papel dos mercados de carbono no financiamento da adaptação. A pesquisa também deveria focar em melhorar a compreensão sobre as implicações na sustentabilidade do comércio de créditos de carbono do solo para as mulheres na agricultura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ECN (2011). Conference Report. The Financialization of natural resources: understanding the new dynamics and developing civil society answers to it. European Cross Networking (ECN) Meeting on the Global Crisis.
- Godfrey, S (2011) Conference Report for Euro/Africa Cross Networking Meeting on the Global Crisis. The Financialization of Natural Resources.
- Khor, Martin “**Challenges of the green economy concept and policies in the context of sustainable development, poverty and equity**”. In: United Nations, United Nations Environment Programme and United Nations Conference on Trade and Development, *The transition to a green economy: benefits, challenges and risks from a sustainable development perspective*. Report by a Panel of Experts to the Second Preparatory Committee Meeting for the United Nations Conference on Sustainable Development, New York, 7 and 8 March 2011. Pp. 68 96
- Nayyar, Deepak 2011. **The MDGs Beyond 2015**. Research paper 38, May. South Centre
- Williams, M. 2012A. **Towards the ‘World We Want’: Building Women’s Resiliency Through Enhanced Financing of Adaptation**. Paper prepared for UNDP. Gender Unit. Preparation of Rio+20.
- Williams, M. 2012B. **Rebalancing the World through Advancing gender equality, women’s empowerment and equity in Sustainable Development**. Paper for UN Women in Preparation for Rio+20 meeting June 2012.



**WOMEN HOUSING AND HERITAGE RIGHTS**

**LAND IS LIFE**

**END POVERTY NOW**

**STAND UP FOR YOUR RIGHTS**

NO WARREN NEEDS EARTH VIVA!

WOMEN GUARDIAN OF LIFE ON EARTH. VIVA!

Oxiam

Peed

NA RIO+20

January 4

# **DECLARAÇÃO DA ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS PARA A CÚPULA DOS POVOS**

*Por alternativas que efetivem igualdade e justiça socioambiental com liberdade, autonomia e participação política das mulheres.*

CÚPULA DOS POVOS NA RIO+20

Em oposição à reunião do G20 no México e numa perspectiva crítica aos rumos da Rio +20 no Rio de Janeiro, nos engajamos na construção da Cúpula dos Povos. Entendemos que o momento histórico de crise da civilização exige a presença crítica e propositiva dos movimentos sociais na arena política mundial. Nesse processo, nós mulheres queremos ser sujeitos de nossas próprias reivindicações, falarmos em nosso próprio nome e posicionarmos nosso movimento desde nossas próprias leituras e práticas políticas. Escolhemos construir e estar na Cúpula dos Povos porque este é o espaço livre do controle das corporações e dos governos, onde poderemos dialogar com outros movimentos sociais e com a sociedade. Neste espaço, expressaremos livremente nossos pontos de vista, apontando os problemas mundiais e alternativas que são também alternativas para os problemas de nosso dia a dia aqui no Brasil, nas cidades, no campo e nas florestas, em nossas casas, no trabalho, na política e na economia.

## **PELA NOSSA AÇÃO, AFIRMAMOS O CARÁTER CONTRA-HEGEMÔNICO DO NOSSO FEMINISMO**

Estamos na Cúpula dos Povos, como estivemos no Fórum Social Temático e no preparatório, para fortalecer perspectivas alternativas, fazer avançar nossa organização e consolidar propostas de ações coletivas. Estamos no Grupo de Articulação da Cúpula para dar nossa contribuição para contribuir nas lutas sociais e aprofundar diálogos e convergências entre sujeitos políticos da luta democrática, antipatriarcal, anticapitalista e antirracista, contra a mercantilização da vida e em defesa dos bens comuns.

Estaremos no Território Global das Mulheres trocando pontos de vista, construindo relações interculturais entre mulheres de diferentes lugares do planeta e preparando, a cada dia, a nossa contribuição para as Assembleias dos eixos estruturadores desta Cúpula. Faremos isso junto com outras 34 redes e movimentos nacionais e internacionais de mulheres que conosco somaram-se. Temos a convicção de que este tipo de ação fortalece e enriquece o feminismo e a nosso próprio movimento e por isso mesmo, fortalece a construção do poder popular e a rearticulação internacional das lutas por transformação social. Estamos cientes de que os movimentos de mulheres e o nosso campo feminista no Brasil, América Latina e no mundo, possui como riqueza e desafio a pluralidade de lutas e sujeitos, as possibilidades de fortalecer alianças e articulações baseadas na autonomia desde nossas diversidades.

Entendemos que a emancipação das mulheres exige o enfrentamento da ofensiva do capital sobre os territórios onde vivemos, o ar que respiramos, a água que bebemos e sobre nossos corpos. E que é urgente deter o processo de perda de direitos a que estamos submetidas pela dinâmica perversa das políticas impostas pelas instituições financeiras, pelos governos dos países ricos e emergentes e pelo crescente fundamentalismo religioso que disputa, com seus pressupostos reacionários e conservadores, o sentido de defesa da vida.

Apoiamos a construção de um posicionamento crítico da Cúpula dos Povos frente à Conferência Rio+20. É preciso democratizar o direito à comunicação, fazendo ecoar muitas vozes e perspectivas sobre os problemas globais que hoje enfrentamos. Acolher e disseminar a multiplicidade de contribuições dos movimentos sociais que lutam por direitos e contra o atual padrão de desenvolvimento capitalista, contra o sistema patriarcal e o racismo.

Não reconhecemos validade em compromissos governamentais fixados na forma de programas mínimos como foram as Metas do Milênio e serão os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Estes acordos reduzem a amplitude das demandas e propostas e promovem a busca de resultados paliativos e parciais deixando intocadas as causas estruturais dos problemas sociais, econômicos e ambientais do presente.

Contudo, esperamos que pelo menos esta pequena derrota, ou seja, a aprovação de Metas relativas ao desenvolvimento sustentável, esteja colocada para as corporações ao final da Rio+20.

Em contrapartida às Metas, defendemos a efetivação dos direitos de todos os povos do mundo a seus territórios e seus modos de vida. E defendemos o direito de nós mulheres à igualdade, autonomia e liberdade em todos os territórios onde vivemos e naqueles onde existimos, nossos corpos, nosso primeiro território.

Demandamos a efetivação dos direitos humanos, individuais e coletivos, direitos sociais, culturais, ambientais, direitos reprodutivos, direitos sexuais, direitos econômicos, direito à educação, à segurança e soberania alimentar, direito à cidade, à terra, à água, direito à participação política equitativa e igualitária.

Enfim, direitos que são soberanos em relação a todo e qualquer mecanismo de mercado e de governos para regulação dos rumos da economia e de nossas vidas.

## **PELA NOSSA VOZ, FAZEMOS SOAR E ECOAR A CRÍTICA CIVILIZATÓRIA FEMINISTA**

Entendemos que a construção de um mundo melhor, mais justo e igualitário, passa necessariamente pela superação da racionalidade instrumental que separa as pessoas da natureza e hierarquiza natureza e cultura, colocando o homem no centro do universo e a natureza a seu serviço. Essa racionalidade desconsidera e desvaloriza os saberes das mulheres e grupos populacionais discriminados, negando validade a diversidade possível de modos de vida sustentáveis.

É preciso democratizar a democracia política e superar sua herança burguesa que sustenta sistemas de poder excludentes, com sub-representação das mulheres, populações negras e da classe trabalhadora, sistemas controlados pelo poder econômico e pela grande mídia a ele associada. E ainda ir além, construindo a radicalização da democracia na economia, na cultura e na vida cotidiana.

É preciso acabar com relações de produção e trabalho baseadas na exploração sem fim das pessoas e da natureza, na divisão sexual do trabalho e na superexploração das mulheres dela decorrente. Superar a hegemonia da economia capitalista e reconhecer legitimidade a outras formas de economia e de produção do viver, em bases colaborativas e solidárias.

É preciso mudar o padrão de consumo capitalista, onde muitos não têm acesso ao mínimo de que necessitam e condenar eticamente o consumo de alto luxo. É urgente conter e reorientar o modelo consumista de civilização que vivemos, com seus produtos descartáveis e suas propagandas que orientam a vida para o consumo, tornando descartáveis também as pessoas e os bens comuns e transformando nossos corpos em mercadorias.

## **RECHAÇAMOS O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO VERDE QUE SÓ AGRAVA A CRISE SOCIAL E AMBIENTAL**

Denunciamos que essa proposta está desde já apodrecida, porque segue a mesma lógica da busca desenfreada pelo crescimento econômico, concentração do poder e da riqueza e apropriação dos bens comuns.

Sob o manto da ‘economia verde’ esconde-se a tentativa de renovar o capitalismo e a recusa dos governos a comprometer-se com direitos das populações e da natureza. Tenta-se resolver as múltiplas crises – social, ambiental, climática, financeira, alimentar – a partir da mesma lógica de mercado capitalista, lógica que está na origem destas crises.

No debate da sustentabilidade entre as corporações, com aportes político, econômico e jurídico dos Estados e Governos, o que tem predominado são os interesses em ampliar lucros a partir questões ambientais, especialmente focadas na crise climática, fazendo disto mais um lucrativo negócio, e deixando intocado o modo de produção que, associado ao patriarcado e ao racismo, está levando o planeta e as pessoas ao esgotamento e à degradação.

A expansão de monocultivos para exportação, as grandes obras e formas insustentáveis de produção de energia, como os combustíveis fósseis, agrocombustíveis e grandes hidrelétricas, são parte do modelo de desenvolvimento que vivenciamos hoje no Brasil. Este padrão de desenvolvimento se sustenta na opressão e exploração de grandes grupos populacionais, gera consequências nefastas na vida de nós mulheres e das populações atingidas diretamente pelos grandes projetos, que perdem seus territórios e modos de vida. As mulheres e suas famílias são desalojadas, expostas a situações degradantes e, muitas vezes, vivenciam condições de trabalho desumanas e a violação de si pela exploração sexual.

Diante da magnitude das crises mundiais, mudanças de atitudes individuais e inovações tecnológicas para redução de danos gerados pelo sistema de produção, embora importantes e urgentes, não serão suficientes para alcançarmos novas possibilidades de existência. É preciso coletivizar as responsabilidades considerando a urgente promoção da igualdade e combatendo as desigualdades e as injustiças de classe, de gênero, de raça, de orientação sexual e todas as formas de opressão.

É preciso democratizar os conhecimentos, as ciências e as tecnologias, redirecionando-as para a produção do bem comum, reconhecendo os acúmulos dos diferentes povos, acolhendo, respeitando e efetivamente valorizando as diferentes cosmovisões das sociedades humanas. Junto com isso, se fazem

necessários esforços coletivos para superar as opressões e violências que atingem as mulheres e a comunidade LGBT e outros grupos historicamente discriminados nessas sociedades.

Entendemos que um mundo livre de opressões e baseado em relações socioambientais efetivamente sustentáveis, exige a construção e promoção de outras economias e políticas, que valorizem e respeitem as diversidades culturais e necessidades dos povos, que não privatize a vida, a natureza e o acesso aos bens comuns.

### **PELAS NOSSAS LUTAS, REAFIRMAMOS A NECESSIDADE DE ROMPER COM TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO**

Consideramos a urgência de reconstruir as relações sociais e os processos de sociabilidades, reconhecendo os diferentes jeitos de instituir famílias; redistribuindo de forma justa as responsabilidades domésticas e os cuidados com a reprodução das pessoas; rechaçando todas as formas de violência e a exploração sexual.

Conferimos prioridade à democratização do acesso ao mundo público e com isso às decisões sobre as instituições públicas; a produção e distribuição da riqueza; o livre exercício de crença e culto; o reconhecimento das diversidades de afeto e da livre expressão sexual, em uma vida livre e com direitos.

Atuamos para estabelecer novas formas de produção e reprodução da vida, baseadas no projeto ético-político emancipatório de autonomia e garantia dos direitos humanos individuais e coletivos.

Por tudo isso, dizemos não ao capitalismo verde, patriarcal e racista e afirmamos nossa disposição de construir unidade nesta luta com todos os movimentos sociais.

Por nós e pelas outras, hoje e até quando for necessário, seguiremos empenhadas em contribuir para transformar o mundo, nossos movimentos e à nós mesmas, para que nossas lutas tenham a radicalidade da justiça e da igualdade e para que nossos sonhos, pensamentos e práticas libertárias e emancipatória sejam reais desde agora!

*Rio de Janeiro, Brasil, junho de 2012.*

# DO TERRITÓRIO GLOBAL DAS MULHERES NA CÚPULA DOS POVOS PARA A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO + 20)

Nós, de organizações feministas e de mulheres de diferentes países, reunidas no Território Global das Mulheres da Cúpula dos Povos, nos manifestamos frente aos governos que participam da Rio+20 para denunciar a sistemática violação dos compromissos mínimos assumidos na Eco 92 e as falsas soluções para alcançar o desenvolvimento sustentável baseadas na financeirização da natureza, e no aprofundamento de um modelo de produção e consumo que é desigual e insustentável. A necessidade de lidar com os limites que a natureza impõe torna ainda mais dramáticas e urgentes as decisões governamentais para enfrentar as causas estruturais da crise sistêmica.

O sistema capitalista, em crise, prossegue explorando os bens comuns, privatizando os recursos naturais e mercantilizando o acesso aos direitos. Uma crise que tem suas raízes na perversa combinação entre capitalismo, patriarcado e racismo - sistemas que estruturam as desigualdades e injustiças pela militarização, pela divisão sexual do trabalho, pelo racismo ambiental, pela violação dos corpos das mulheres, entre outras formas de dominação e exploração no planeta e em nossas sociedades.

Esta crise é civilizatória. Abarca elementos econômicos e financeiros, mas também políticos, ambientais, culturais e sociais. Resulta na destruição da biodiversidade e dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que permite a consolidação de novas formas do patriarcado, incentiva e sustenta a criminalização da ação dos movimentos sociais.

Rechaçamos a imposição de um modelo econômico e de desenvolvimento que gera ao mesmo tempo em que acirra as desigualdades, que destrói a natureza e a mercantiliza inventando, cinicamente, uma “economia verde” que aumenta as taxas de crescimento e de lucro para os mercados. Um modelo

que prefere salvar os bancos e os banqueiros embora a precariedade e o desemprego deixem nas ruas milhões de pessoas. Um modelo baseado no lucro e na competição no qual, mais importante do que a cidadania das pessoas, e sua qualidade enquanto consumidoras. Um sistema que para sair da crise que ele próprio gerou se apoia em forças retrógradas e fundamentalistas.

Os movimentos de mulheres e o movimento feminista participaram ativamente desde a Eco 92, lutando todos os dias para efetivar os direitos humanos, em particular os direitos das mulheres, e questionando as bases do sistema capitalista. Nossos movimentos não se calaram durante todos esses anos, quando muitos governos e organismos internacionais não fizeram a sua parte e tampouco prestaram contas sobre os compromissos assumidos na Rio 92.

Hoje, na Rio + 20, viemos denunciar a evidente tentativa de retroceder em relação à garantia de direitos e à justiça socioambiental. Conclamamos representantes dos países na Rio+20, em especial o governo brasileiro, que coordena neste momento as negociações, a manter o compromisso com os direitos humanos já conquistados, inclusive os direitos sexuais e reprodutivos, assumindo a obrigatoriedade da sua efetivação com políticas públicas universais.

Repudiamos a ação ilegítima do G20 que, ora reunido no México, pretende impor um pacote de medidas pré-definidas. São medidas que sequestram a democracia de um sistema internacional multilateral, instaurando uma agenda de aprofundamento da financeirização do sistema econômico e mercantilização dos direitos. São medidas que configuram uma captura corporativa das Nações Unidas por parte dos empreendimentos multinacionais que pretendem substituir por serviços, os direitos que devem ser garantidos pelos Estados.

Reivindicamos que os governos e organismos internacionais presentes à Rio +20 não retrocedam em relação aos compromissos assumidos pelos Estados, em termos de direitos humanos. Instamos os Estados-membros presentes nessa Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável a tomar medidas efetivas e alocar os recursos necessários para fazer cumprir o que foi pactuado na Eco-92, Viena-93, Cairo 94, Beijing 95, Durban 2001.

Demandamos a efetivação dos direitos humanos, individuais e coletivos, direitos sociais, culturais, ambientais, direitos reprodutivos, direitos sexuais de mulheres e meninas, direitos econômicos, direito à educação, direito à segurança e soberania alimentar, direito à cidade, à terra, à água, direito à participação política equitativa e igualitária.

Rechaçamos a falsa solução apresentada pela chamada “economia verde”, um instrumento que acirra ao invés de fazer retroceder o impacto destruidor da mercantilização e da financeirização da vida promovidas pelo capitalismo.

Finalmente, afirmamos que não validamos os compromissos governamentais concebidos sob a forma de programas mínimos, contraditórios com a responsabilidade pública assumida pelos governos e organismos internacionais com relação a garantia dos direitos humanos das mulheres. Não aceitamos paliativos, que deixam intocadas as causas estruturais dos problemas sociais, econômicos e ambientais, reproduzindo e agravando as múltiplas formas de desigualdades vividas pelas mulheres, assim como as injustiças socioambientais. Não nos bastam os objetivos reduzidos, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio-ODMs, e tampouco nos bastam os objetivos que ora se propõe com as Metas de Desenvolvimento Sustentável. Uma proposta que se impõe no vácuo da menção aos direitos humanos, abrindo caminho para a privatização de sua efetivação. Demandamos a efetivação dos direitos de todos os povos do mundo a seus territórios e seus modos de vida. Defendemos o direito de nós mulheres à igualdade, autonomia e liberdade em todos os territórios onde vivemos e naqueles onde existimos, ou seja, nossos corpos, nosso primeiro território!

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2012.

# **DECLARAÇÃO FINAL DA CÚPULA DOS POVOS NA RIO+20**

*sexta-feira, 22 junho, 2012*

O documento final da Cúpula dos povos sintetiza os principais eixos discutidos durante as plenárias e assembleias, assim como expressam as intensas mobilizações ocorridas durante esse período – de 15 a 22 de junho – que apontam as convergências em torno das causas estruturais e das falsas soluções, das soluções dos povos frente às crises, assim como as principais agendas de luta para o próximo período.

As sínteses aprovadas nas plenárias e as convocatórias para a Cúpula integram e complementam este documento político para que os povos, movimentos e organizações possam continuar a convergir e aprofundar suas lutas e construção de alternativas em seus territórios, regiões e países em todos os cantos do mundo.

## **DECLARAÇÃO FINAL : CÚPULA DOS POVOS NA RIO+20 POR JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL – EM DEFESA DOS BENS COMUNS, CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA**

Movimentos sociais e populares, sindicatos, povos, organizações da sociedade civil e ambientalistas de todo o mundo presentes na Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental vivenciaram nos acampamentos, nas mobilizações massivas, nos debates, a construção das convergências e alternativas, conscientes de que somos sujeitos de uma outra relação entre humanos e humanas e entre a humanidade e a natureza, assumindo o desafio urgente de frear a nova fase de recomposição do capitalismo e de construir, através de nossas lutas, novos paradigmas de sociedade.

A Cúpula dos Povos é o momento simbólico de um novo ciclo na trajetória de lutas globais que produz novas convergências entre movimentos de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores/as familiares e camponeses, trabalhadores/as, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, lutadores pelo direito a cidade, e religiões de todo o mundo. As assembleias, mobilizações e a grande Marcha dos Povos foram os momentos de expressão máxima destas convergências.

As instituições financeiras multilaterais, as coalizações a serviço do sistema financeiro, como o G8/G20, a captura corporativa da ONU e a maioria dos governos demonstraram irresponsabilidade com o futuro da humanidade e do planeta e promoveram os interesses das corporações na conferência oficial. Em contraste a isso, a vitalidade e a força das mobilizações e dos debates na Cúpula dos Povos fortaleceram a nossa convicção de que só o povo organizado e mobilizado pode libertar o mundo do controle das corporações e do capital financeiro.

Há vinte anos o Fórum Global, também realizado no Aterro do Flamengo, denunciou os riscos que a humanidade e a natureza corriam com a privatização e o neoliberalismo. Hoje afirmamos que, além de confirmar nossa análise, ocorreram retrocessos significativos em relação aos direitos humanos já reconhecidos. A Rio+20 repete o falido roteiro de falsas soluções defendidas pelos mesmos atores que provocaram a crise global. À medida que essa crise se aprofunda, mais as corporações avançam contra os direitos dos povos, a democracia e a natureza, sequestrando os bens comuns da humanidade para salvar o sistema econômico-financeiro.

As múltiplas vozes e forças que convergem em torno da Cúpula dos Povos denunciam a verdadeira causa estrutural da crise global: o sistema capitalista patriarcal, racista e homofóbico.

As corporações transnacionais continuam cometendo seus crimes com a sistemática violação dos direitos dos povos e da natureza com total impunidade. Da mesma forma, avançam seus interesses através da militarização, da criminalização dos modos de vida dos povos e dos movimentos sociais promovendo a desterritorialização no campo e na cidade.

Da mesma forma denunciamos a dívida ambiental histórica que afeta majoritariamente os povos oprimidos do mundo, e que deve ser assumida pelos países altamente industrializados, que ao fim e ao cabo, foram os que provocaram as múltiplas crises que vivemos hoje.

O capitalismo também leva à perda do controle social, democrático e comunitário sobre os recursos naturais e serviços estratégicos, que continuam sendo privatizados, convertendo direitos em mercadorias e limitando o acesso dos povos aos bens e serviços necessários à sobrevivência.

A dita “economia verde” é uma das expressões da atual fase financeira do capitalismo que também se utiliza de velhos e novos mecanismos, tais como o aprofundamento do endividamento público-privado, o super estímulo ao consumo, a apropriação e concentração das novas tecnologias, os mercados de carbono e biodiversidade, a grilagem e estrangeirização de terras e as parcerias público-privadas, entre outros.

As alternativas estão em nossos povos, nossa história, nossos costumes, conhecimentos, práticas e sistemas produtivos, que devemos manter, revalorizar e ganhar escala como projeto contra-hegemônico e transformador.

A defesa dos espaços públicos nas cidades, com gestão democrática e participação popular, a economia cooperativa e solidária, a soberania alimentar, um novo paradigma de produção, distribuição e consumo, a mudança da matriz energética, são exemplos de alternativas reais frente ao atual sistema agro-urbano-industrial.

A defesa dos bens comuns passa pela garantia de uma série de direitos humanos e da natureza, pela solidariedade e respeito às cosmovisões e crenças dos diferentes povos, como, por exemplo, a defesa do “Bem Viver” como forma de existir em harmonia com a natureza, o que pressupõe uma transição justa a ser construída com os trabalhadores/as e povos.

Exigimos uma transição justa que supõe a ampliação do conceito de trabalho, o reconhecimento do trabalho das mulheres e um equilíbrio entre a produção e reprodução, para que esta não seja uma atribuição exclusiva das mulheres. Passa ainda pela liberdade de organização e o direito a contratação coletiva, assim como pelo estabelecimento de uma ampla rede de seguridade e proteção social, entendida como um direito humano, bem como de políticas públicas que garantam formas de trabalho decentes.

Afirmamos o feminismo como instrumento da construção da igualdade, a autonomia das mulheres sobre seus corpos e sexualidade e o direito a uma vida livre de violência. Da mesma forma reafirmamos a urgência da distribuição de riqueza e da renda, do combate ao racismo e ao etnocídio, da garantia do direito a terra e território, do direito à cidade, ao meio ambiente e à água, à educação, a cultura, a liberdade de expressão e democratização dos meios de comunicação.

O fortalecimento de diversas economias locais e dos direitos territoriais garantem a construção comunitária de economias mais vibrantes. Estas economias locais proporcionam meios de vida sustentáveis locais, a solidariedade comunitária, componentes vitais da resiliência dos ecossistemas. A di-

versidade da natureza e sua diversidade cultural associada é fundamento para um novo paradigma de sociedade.

Os povos querem determinar para que e para quem se destinam os bens comuns e energéticos, além de assumir o controle popular e democrático de sua produção. Um novo modelo energético está baseado em energias renováveis descentralizadas e que garanta energia para a população e não para as corporações.

A transformação social exige convergências de ações, articulações e agendas a partir das resistências e alternativas contra hegemônicas ao sistema capitalista que estão em curso em todos os cantos do planeta. Os processos sociais acumulados pelas organizações e movimentos sociais que convergiram na Cúpula dos Povos apontaram para os seguintes eixos de luta:

- Contra a militarização dos Estados e territórios;
- Contra a criminalização das organizações e movimentos sociais;
- Contra a violência contra as mulheres;
- Contra a violência as lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros;
- Contra as grandes corporações;
- Contra a imposição do pagamento de dívidas econômicas injustas e por auditorias populares das mesmas;
- Pela garantia do direito dos povos à terra e território urbano e rural;
- Pela consulta e consentimento livre, prévio e informado, baseado nos princípios da boa fé e do efeito vinculante, conforme a Convenção 169 da OIT;
- Pela soberania alimentar e alimentos saudáveis, contra agrotóxicos e transgênicos;
- Pela garantia e conquista de direitos;
- Pela solidariedade aos povos e países, principalmente os ameaçados por golpes militares ou institucionais, como está ocorrendo agora no Paraguai;
- Pela soberania dos povos no controle dos bens comuns, contra as tentativas de mercantilização;
- Pela mudança da matriz e modelo energético vigente;
- Pela democratização dos meios de comunicação;
- Pelo reconhecimento da dívida histórica social e ecológica;
- Pela construção do DIA MUNDIAL DE GREVE GERAL e de luta dos Povos.

Voltemos aos nossos territórios, regiões e países animados para construirmos as convergências necessárias para seguirmos em luta, resistindo e avançando contra o sistema capitalista e suas velhas e renovadas formas de reprodução.

Em pé continuamos em luta!

*Rio de Janeiro, 15 a 22 de junho de 2012.  
Cúpula dos Povos por Justiça Social  
e ambiental em defesa dos bens comuns,  
contra a mercantilização da vida.*

Articulação  
de Mulheres  
Brasileiras



BRASIL





Av. da Saída  
Av. Beira Mar

VIVEMOS A  
DEMOCRACIA  
E A POPULARIDADE

COMUNIDADE

SIQUEIRA  
NA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE JABOATÃO DO VAL

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE JABOATÃO DO VAL



A agenda internacional dos próximos anos incluirá certamente os desdobramentos da Rio+20 e a avaliação dos 20 anos da Plataforma de Ação de Beijing. No plano nacional, deverá focar o acompanhamento dos diversos conflitos ambientais, tais como a construção de Belo Monte e as usinas planejadas na região amazônica, os impactos dos Mega eventos, como a Copa 2014 e as Olimpíadas 2016, os impactos dos Megaprojetos como a construção de portos, complexos petroquímicos, usinas nucleares etc. obras que vêm provocando inúmeros conflitos nos territórios.

Está claro que essa agenda já tem a presença das mulheres organizadas, uma presença forte que está sendo qualificada a cada dia.

Sabemos que a transformação não pode ser processada a partir de algo como a saudade do passado, e sim desde a realidade atual e trágica das novas formas de exploração e financeirização da natureza e do trabalho para continuar com a acumulação capitalista; más também da realidade das novas formas de luta, expressadas por amplos movimentos sociais organizados; e também pelos movimentos das ruas das principais capitais do mundo, que estão mostrando a urgência da transformação do atual modelo de acumulação capitalista predatória.

Num momento histórico, em que o mundo precisa de novos atores e novas alianças para assumir a responsabilidade com o cuidado da vida no planeta e a mudança do paradigma civilizatório, o *ecofeminismo* – junto a outros pensamentos que refletem acerca da diversidade e da pluriculturalidade – se perfila como um conceito que nos instiga a atualizar o feminismo às demandas e necessidades contemporâneas.

Este é o desafio que aceitamos, e esperamos que esta publicação - que apresenta artigos com diferentes visões e perspectivas sobre a Rio+20 e os temas da sustentabilidade - nos ajude a superar.

Apoio:

Secretaria de  
Políticas para as Mulheres



ISBN 978-85-60794-16-4



9 788560 794164